



UNILA

Universidade Federal
da Integração
Latino-Americana

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE MOÇAMBIQUE E BRASIL (2004-2011): O
CASO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE NO PROJETO MOATIZE**

MARÍLIA JECANE MASSAVA

Foz do Iguaçu

2023



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE MOÇAMBIQUE E BRASIL (2004-2011): O
CASO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE NO PROJETO MOATIZE**

MARÍLIA JECANE MASSAVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na área de Política Externa, Atores e Processos Internacionais, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Dr^a. Karen Honório

Foz do Iguaçu

2023

MARÍLIA JECANE MASSAVA

**COOPERAÇÃO SUL-SUL ENTRE MOÇAMBIQUE E BRASIL (2004-2011): O
CASO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE NO PROJETO MOATIZE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na área de Política Externa, Atores e Processos Internacionais, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dr^a. Karen Honório
(PPGRI/UNILA- Orientadora)

Prof. Dr. Fábio Borges
(PPGRI/UNILA- Avaliador Interno)

Prof. Dr. Fábio Borges
(ILAESP/UNILA- Avaliador Externo)

Foz do Iguaçu, 14 de dezembro de 2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA – PTI

M414c

Massava, Marília Jecane.

Cooperação sul-sul entre Moçambique e Brasil (2004-2011): o caso da Companhia Vale do Rio Doce no Projeto Moatize / Marília Jecane Massava. - Foz do Iguaçu, 2024.

133 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI).

Orientador: Profa. Dra. Karen Dos Santos Honório.

1. Relações econômicas internacionais - Brasil - Moçambique. 2. Relações internacionais. 3. Companhia Vale do Rio Doce. I. Honório, Karen Dos Santos. II. Título.

CDU 339.9(81:679)

DEDICATÓRIA

Ao meu bom Deus em primeiro lugar, por nunca me permitir desistir mesmo quando tudo parecia errado.

Aos meus pais Jecane Essau e Deolinda Macucule, dedico o resultado do esforço tão árduo realizado ao longo deste percurso, obrigada pela confiança que sempre depositaram em mim.

A minha querida orientadora, sem a qual não teria conseguido findar este ciclo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu bom Deus pelo dom da vida, pela saúde e por todas as coisas que me tem proporcionado.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Deolinda Macucule e Jecane Essau, pela criação, educação e por me ajudarem a me manter no Brasil durante esses anos que cá estou. Eu nunca irei conseguir retribuir todo o esforço e sacrifício que tem feito por mim, por isso o meu muito obrigada por tudo. Minhas irmãs Nilva e Isa, obrigada pelo apoio, minha cunhada Maida, um especial agradecimento por sempre procurar saber como realmente estou e obrigada pela linda sobrinha que me deu.

Agradeço ao governo brasileiro, em especial a UNILA, instituição a qual me formo. Nesse contexto, agradeço a minha querida e amada orientadora Dra. Karen Honório, pela orientação, pela paciência, quando olho para minha orientadora, a forma como ela lida com seus orientandos, o seu engajamento na academia, me dá a certeza que quero seguir os passos dela e que estou no caminho certo na ciência. A nossa relação extravasa a academia, e isso é bom, pois se não desisti do mestrado, grande parte foi por saber que ela nunca largou a minha mão, sempre esteve ali acreditando no meu potencial e me fazendo enxergar tal potencial, por isso e por outras coisas, digo, OBRIGADA, OBRIGADA.

Um agradecimento especial aos professores Lucas Mesquista, Ramon Blanco, Fábio Borges, Paula Fernandez, Marcelino Lisboa, Ana Carolina, Gustavo Oliveira, e a todos com que tive contato durante esses quase três anos de mestrado. Agradeço a secretaria do PPGRI, em nome do ex-funcionário querido Luís Fernando Matias. Agradeço a todo corpo docente que faz o curso de Relações Internacionais acontecer. Aos meus colegas Sanel, Thaila, Mayara, William e aos demais, agradeço os momentos de partilha e aprendizado que compartilhamos.

Em Moçambique, agradeço a quem se disponibilizou a responder aos nossos questionários, o meu muito obrigada.

Meu grande amigo e parceiro acadêmico Baltazar, obrigada por sempre abraçar as minhas causas e pela grande ajuda mesmo que a distância durante todo o percurso acadêmico do mestrado. Obrigada por me apresentar a UNILA, você é uma alma iluminada na minha vida.

Sandra Muondo, minha eterna dupla. Minha companheira de todas as batalhas, sempre esteve ao meu lado ao longo dos períodos de loucura e depressão que caracterizaram este processo, representando paz, tranquilidade e segurança, me apoiando na tomada de decisões e sempre me encorajando a fechar ciclos mesmo que difícil, pelo bem da minha sanidade mental. Muito obrigada por tudo amiga.

À todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha trajetória acadêmica, que contribuíram de alguma forma para a finalização desta dissertação.

Agradeço a força e a perseverança que me possibilitaram chegar ao fim deste trabalho apesar de toda a dificuldade.

RESUMO

A pesquisa analisa as relações entre Moçambique e o Brasil no contexto da cooperação Sul-Sul por meio da Companhia Vale do Rio Doce no projeto Moatize, que sob respaldo de acordos de exploração de carvão mineral com o governo de Moçambique, iniciou a exploração mineira por meio do direito concedido após o processo de licitação em que o Brasil se consagrou vencedora. A presença da Vale em Moçambique pode ser vista como um fator estratégico impulsionado pela cooperação Sul-Sul, onde a ação governamental brasileira foi essencial para que a empresa fosse vitoriosa no processo de licitação, uma vez que o perdão de parte da dívida externa moçambicana em 2004 concedido pelo governo brasileiro possibilitou que o país recebesse novos empréstimos, abrindo caminho para que a Vale obtivesse o crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pudesse apresentar uma proposta mais robusta no processo licitatório. Deste modo, pergunta central que motiva essa pesquisa é: a cooperação Sul-Sul deve ser entendida como instrumento de maximização de desenvolvimento e autonomia dos países envolvidos, a partir de relações horizontalizadas ou apenas reproduz e reposiciona, sob o verniz do Sul-Sul, novas dinâmicas de dependência entre os países envolvidos? Através da forma de abordagem do problema, utilizou-se a abordagem qualitativa por permitir uma maior compreensão entre as teorias trabalhadas e o objeto de estudo, a Vale. O estudo de caso com enfoque descritivo ocorreu por intermédio de aplicação de entrevistas semiestruturadas à três grupos de atores envolvidos, nomeadamente: agentes do governo, órgãos sociais e funcionários da Vale em Moatize. Como resultado percebe-se que as críticas que mobilizaram os conflitos em torno da Vale foram motivadas por mudanças estruturais que se instalaram durante o percurso da instalação e implantação da Vale em Moatize, os quais confrontam com os objetivos iniciais do que seria a Vale em Moçambique e a expectativa frustrada em relação aos reassentamentos. Dessa forma, a pergunta contribui para a avaliação dos impactos sociais de projetos de cooperação Sul-Sul nas localidades nacionais. Observou-se ainda que a anuência do governo moçambicano deu espaço para que muitos erros cometidos durante a instalação e a implantação do projeto da Vale em Moatize fossem mais adiante, e o Brasil aproveitou-se das fragilidades do Estado moçambicano para se projetar economicamente e politicamente no sistema internacional dentro das diretrizes Sul-Sul.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul, Política Externa, Moçambique, Brasil, Projeto Vale em Moatize.

ABSTRACT

This research analyzes the relations between Mozambique and Brazil in the context of South-South cooperation through Companhia Vale do Rio Doce in the Moatize project, which, under the support of coal mining agreements with the Mozambican government, began mining through the right granted after the bidding process in which Brazil was the winner. Vale's presence in Mozambique can be seen as a strategic factor driven by South-South cooperation, where Brazilian government action was essential for the company to be victorious in the bidding process, since the forgiveness of part of Mozambique's foreign debt in 2004 granted by the Brazilian government made it possible for the country to receive new loans, paving the way for Vale to obtain credit from the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) and be able to present a more robust proposal in the bidding process. Thus, the central question motivating this research is: should South-South cooperation be understood as an instrument for maximizing the development and autonomy of the countries involved, based on horizontal relations, or does it merely reproduce and reposition, under the veneer of South-South, new dynamics of dependency between the countries involved? A qualitative approach was used to approach the problem, as it allowed for a better understanding of the theories being worked on and the object of study, Vale. The case study with a descriptive approach was carried out using semi-structured interviews with three groups of actors involved: government agents, social organizations and Vale employees in Moatize. The results show that the criticisms that led to the conflicts surrounding Vale were motivated by structural changes that took place during the installation and implementation of Vale in Moatize, which clashed with the initial objectives of what Vale would be in Mozambique and the frustrated expectations in relation to the resettlements. In this way, the question contributes to assessing the social impacts of South-South cooperation projects in national locations. It was also observed that the consent of the Mozambican government allowed many mistakes made during the installation and implementation of Vale's project in Moatize to go further, and Brazil took advantage of the weaknesses of the Mozambican state to project itself economically and politically in the international system within South-South guidelines.

Keywords: South-South Cooperation, Foreign Policy, Mozambique, Brazil, Vale Project in Moatize.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------|---|
| ABC | Agência Brasileira de Cooperação |
| AOD | Assistência Oficial ao Desenvolvimento |
| APD | Agência Pública ao Desenvolvimento |
| APE | Análise da Política Externa |
| APEX | Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CAD | Comitê de Assistência ao Desenvolvimento |
| CAE/CPLP | Centro de Análise Estratégica da CPLP |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEPD | Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento |
| CID | Cooperação Internacional para o Desenvolvimento |
| CNS | Cooperação Norte-Sul |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| CSS | Cooperação Sul-Sul |
| CTR | Cooperação Triangular |
| CTPD | Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento |
| CVRD | Companhia Vale do Rio Doce |
| ECOSOC | Conselho Econômico Social da Nações Unidas |
| EDM | Eletricidade de Moçambique |
| EMBRAPA | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária |
| FIOCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FRELIMO | Frente de Libertação de Moçambique |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| INS | Instituto Nacional de Saúde |
| JICA | Agência de Cooperação Internacional do Japão |
| MIC | Ministério da Indústria e Comércio |
| MISAU | Ministério da Saúde |
| MST | Movimento dos Sem Terra |
| ODA | Ajuda Oficial do Desenvolvimento |
| OCDE | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico |

| | |
|-----------|---|
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCM | Projeto Carvão Moatize |
| PEB | Política Externa Brasileira |
| PEM | Política Externa Moçambicana |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PRODECER | Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados |
| PROSAVANA | Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura na Savana Tropical em Moçambique |
| RENAMO | Resistência Nacional Moçambicana |
| UNAC | União Nacional dos Camponeses |
| UNILA | Universidade Federal da Integração Latino-Americana |
| UNILAB | Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira |
| UNITED | Nations Conference on Trade and Development |
| ZOPACAS | Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul |

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Distrito de Moatize.....95

Figura 2: Mapa de Localização dos Atingidos pela Vale S.A em Moatize (2018)96

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 01: Significados do termo Sul Global..... | 40 |
| Quadro 02: Diferenças entre a CNS e CSS..... | 53 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 15 |
| 2. O SUL GLOBAL COMO NEXO CAUSAL DAS RELAÇÕES BRASIL-MOÇAMBIQUE NOS GOVERNOS LULA | 25 |
| 2.1 O Sul Global no contexto histórico e político mundial | 25 |
| 2.2 O Sul Global como categoria analítica nas Relações Internacionais | 34 |
| 2.4 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento..... | 41 |
| 2.5 Duas modalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Norte-Sul e Sul-Sul | 46 |
| 2.6 Cooperação Norte-Sul versus Cooperação Sul-Sul..... | 50 |
| 2.7 Áreas de atuação do Brasil em Moçambique, sua política de cooperação Sul-Sul e suas estratégias de implementação nos governos Lula | 55 |
| 2.8 Acordos Brasil-Moçambique no âmbito da cooperação Sul-Sul | 57 |
| 2.8.1 Saúde, Tecnologia e Educação..... | 58 |
| 2.8.2 Agricultura | 60 |
| 2.8.3 Defesa e Segurança | 64 |
| 2.8.4 Comércio e Recursos Minerais | 67 |
| 2.8.5 Energia | 68 |
| 2.8.6 Investimento Direto..... | 69 |
| 2.9 Cooperação Sul-Sul a partir da experiência de Moçambique | 71 |
| Conclusão do capítulo | 79 |
| 3. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E MOÇAMBIQUESA (2004-2011) | 83 |
| 3.1 Conceituando a política externa | 83 |
| 3.2 Política externa brasileira até o governo Lula | 85 |
| 3.3 Política externa moçambicana (2004-2011)..... | 87 |
| Conclusão do capítulo | 92 |
| 4. COOPERAÇÃO SUL-SUL E A VALE EM MOÇAMBIQUE: O PROJETO MOATIZE | 94 |
| 4.1 Localizando nosso objeto de estudo..... | 94 |
| 4.2 A Vale e o Projeto Moatize | 97 |
| 4.3 Breves notas de pesquisa..... | 100 |

| | |
|---|-----|
| 4.3.1 O ciclo da hegemonia da Vale em Moatize e a convivência de Moçambique | 101 |
| 4.3.2 As relações trabalhistas no projeto Vale em Moatize | 104 |
| 4.3.3 A luta das organizações da sociedade civil | 105 |
| Conclusão do capítulo | 107 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 109 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 112 |
| ANEXO A: PERGUNTAS PARA OS ENTREVISTADOS | 123 |
| ANEXO B: RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS | 125 |

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, desenvolvido no marco do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), consiste em uma análise da cooperação Sul-Sul entre Moçambique e o Brasil no caso da Vale do Rio Doce no projeto Moatize durante os anos de 2004-2011.

Desenvolver o assunto sobre a cooperação Sul-Sul entre Moçambique e Brasil, significa discutir também a cooperação internacional brasileira, temática que aparece pela primeira vez na pauta da Política Externa do país em 1981, quando foi assinado o Acordo Geral de Cooperação, cujo principal objetivo era fomentar o relacionamento econômico, social e político entre o Brasil e os demais países por via da cooperação.

A Cooperação Sul-Sul foi considerada uma das prioridades do Governo Federal no âmbito da cooperação a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003-2010, pois a mesma buscou o desenvolvimento conjunto de países economicamente emergentes. Tratou-se de uma nova tendência de cooperação brasileira alinhada com a própria diretriz Sul-Sul da política externa do período em âmbito geral. À vista disso, o Brasil mudou de papel na lógica da cooperação internacional, passando de um país receptor de cooperação a um país ator de cooperação através do envio de técnicos brasileiros para compartilhar suas experiências exitosas e fechando acordos de cooperação nas mais diferentes áreas (FNP, 2021).

Conforme Honório (2019), a orientação Sul-Sul da diplomacia dos governos Lula, pode ser entendida como a diretriz ampla da estratégia internacional do Brasil no período. Tal diretriz foi organizada a partir de quatro eixos principais de atuação do país: 1) América do Sul; 2) África Ocidental; 3) Ásia e 4) Europa e América do Norte. Tais eixos tinham como objetivo formalizar uma relação estratégica de cooperação a fim da inserção internacional do Brasil na política internacional, impulsionados por acordos multilaterais e bilaterais nos países dessas regiões.

Antes de entrar especificamente na análise de nosso caso, a participação da Vale no projeto Moatize sob o enquadramento da cooperação Sul-Sul Brasil e Moçambique, faz-se necessário compreender como as relações entre esses países foram construídas ao longo dos anos.

As relações Brasil-Moçambique datam desde muito antes da Independência de Moçambique, tendo tido início ainda no período da escravidão. Assim, Saraiva (1996)

considera que as relações entre o Brasil e a África subsaariana são marcadas por momentos de aproximação e distanciamento. Isso se deve pela história do Brasil como Colônia e Império. Segundo a autora, para a política externa brasileira, as relações com Portugal, Inglaterra e posteriormente com os Estados Unidos estavam no centro da agenda diplomática brasileira, o que fez com que o estabelecimento de relações com o continente africano adquirisse baixa prioridade. Igualmente, o comércio e a vinda de pessoas escravizadas da costa ocidental africana impossibilitavam qualquer aproximação.

De acordo com Rodrigues (1982) *apud* Jean (2019), a distribuição dos postos diplomáticos na história sempre privilegiou a Europa. Para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos durante sua fase de hegemonia, a política externa desejada para o Brasil era no máximo o protagonismo dentro da América Latina, sendo o interesse e sobretudo a atuação extracontinental vistas como indesejáveis. Do mesmo modo, para Portugal e as outras metrópoles europeias, a preferência era a ausência do Brasil no continente africano. Essas exigências impossibilitam qualquer aproximação do Brasil em relação à África.

Ao longo do século XX, as relações entre ambos países tomaram uma nova dimensão quer no âmbito político quer no âmbito econômico. Em virtude da falta de apoio do Brasil ao movimento que lutou contra o colonialismo em Moçambique, as relações entre os dois países foram marcadas pela distância no período. Esta situação pode ser justificada pela posição do Brasil no cenário internacional durante o período em que se deu início a luta de libertação nacional em Moçambique (1964), o Brasil passava por uma situação turbulenta na política interna que culminou com o golpe militar em 1964, e um posterior “alinhamento com os Estado Unidos nos três anos iniciais do regime militar” (CUCO, 2018).

Entre 1970 e 1973 as relações entre os países foram praticamente inexistentes por conta, principalmente, conforme já mencionamos, das transformações que ocorriam em Moçambique (luta de independência). Com Moçambique independente, em 1975, as relações dos países ficaram marcadas pela desconfiança por parte de Moçambique, pelo profundo ressentimento guardado pelo presidente na época, Samora Machel (1975-1986), em relação à omissão brasileira no tocante à luta de libertação (CAMPOS, 2015).

Segundo Bussotti e Macamo (2018), a primeira tentativa de aproximação do Brasil ao continente africano foi entre 1961 e 1964, com o lançamento da Política Externa Independente, por parte do presidente Jânio da Silva Quadros. No entanto, quando a

ditadura militar assumiu o poder, em 1964, o pouco que tinha sido feito foi praticamente desfeito.

Quanto a Moçambique, o primeiro passo para a aproximação ocorreu na XXX Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1975, com vista a estabelecer laços formais entre os dois países. Acreditava-se, no seio diplomático brasileiro, que o Brasil tardou a estreitar laços com Moçambique e, desse modo, não se podia esperar que em curto prazo houvesse uma transformação substancial de Moçambique em relação ao Brasil (CAMPOS, 2015).

Entretanto, no mesmo ano (1975), o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique deu início ao progresso significativo nas relações entre os dois países, de modo que empresas brasileiras passaram a atuar em Moçambique, inaugurando-se a fase de cooperação entre os países.

Conforme Luciana Campos (2015), no ano de 1981 registra-se um aprofundamento do diálogo entre o Brasil e Moçambique, com expressivo progresso em suas relações no campo da cooperação econômica, técnica, científica, comercial e financeira e, com o prosseguimento de inúmeros contatos e entendimentos nessas áreas. Ou seja, a despeito desses acontecimentos, é com a Independência de Moçambique que os laços com o Brasil estreitaram-se, sendo marcadas por diversos acordos bilaterais e tendo a cooperação internacional como uma grande promessa do governo brasileiro.

Desde então, as relações entre os dois países têm sido marcadas por diversos acordos no âmbito da cooperação. Vale salientar que Moçambique tem sido o primeiro país, entre os cerca de 80 abrangidos pela ação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) brasileiro, tendo acordos grandiosos, como o Projeto ProSavana (com a cooperação Japonesa); a Companhia Vale do Rio Doce no projeto em Moatize; assim como acordos bilaterais para intensificar as relações comerciais entre os dois países. (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

Importa mencionar que durante o governo Lula, diversos estímulos estatais foram dados para que empresas brasileiras expandissem sua atuação internacional tanto na América Latina quanto no continente africano (MORAIS, 2019). Por exemplo, os investimentos diretos em Moçambique foram facultados por negociações no âmbito da cooperação entre os países. A escolha de investidores está atrelada a uma estratégia de agenda bilateral influenciada por compromissos de cooperação em áreas de interesses dos dois países.

A APD designa o conjunto de financiamentos concedidos dos países mais ricos para melhorar as condições de vida nos países de renda baixa e média. A população mais pobre do mundo encontra-se no continente africano, e é para lá que a APD mais coloca os seus esforços financeiros (AFD, 2019). Apesar da existência da APD, o relacionamento entre Brasil e Moçambique não se limitou a cooperação em termos de APD, mas trouxe também investimentos diretos do grande capital brasileiro no território moçambicano, como por exemplo a Vale ou a Odebrecht (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

A mineração e a exploração de petróleo são áreas com forte presença brasileira no continente africano. Especializada em exploração petrolífera em águas profundas, a Petrobrás está a desenvolver projetos em vários países africanos, Moçambique é um deles. Quanto à mineração, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) participa de projetos em Moçambique. Uma das maiores apostas de mineração brasileira é a gigantesca mina de carvão de Moatize, em Tete, objeto de análise dessa pesquisa, assim como a construção de um terminal para a exportação do carvão no porto de Nacala, na província de Nampula (CAU, 2011).

A CVRD com sede no Brasil, atua em 38 países nos cinco continentes. Dentro do contexto da agenda de cooperação Sul-Sul, a abertura comercial experimentada por Moçambique teve início em 2004, quando a Vale venceu o concurso internacional lançado pelo governo moçambicano através de critérios que podem ser considerados não transparentes. Conforme Moraes (2019), a ação governamental brasileira foi essencial para que fosse vitoriosa, inicialmente, perdendo parte da dívida externa moçambicana, que impossibilitava que Moçambique recebesse novos empréstimos, abrindo caminho para que a Vale tivesse crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pudesse apresentar uma proposta mais robusta.

Restam poucas dúvidas relativamente à estratégia da diplomacia brasileira em Moçambique, o perdão de quase toda a dívida bilateral moçambicana expõe muito bem o porquê do concurso internacional da Vale ter sido considerado não transparente. Para Bussotti e Macamo (2018), pode-se concluir que existia sim um compromisso de Lula para com Moçambique, entretanto, observa-se também uma estratégia do presidente centralizada na evocação da solidariedade para com o “Sul Global”, mas acotada em fortes interesses comerciais e empresariais brasileiros, assim como no escasso domínio da área e num certo populismo de tendência “personalístico e retórico”.

No entendimento de Moraes (2019), o perdão da dívida é um aspecto concreto que acaba legitimando o discurso da cooperação Sul-Sul e está presente na ação brasileira no continente africano, porém, não pode ser visto como uma simples questão de solidariedade, pois através do perdão, existe a estratégia de potencializar as relações econômicas entre esses países e a promoção das empresas brasileiras no continente africano.

Consoante Mutzenberg (2014), por ocasião da visita do Presidente Lula em 2003 a Moçambique, Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, afirmou que as perspectivas para o redimensionamento das relações políticas e econômicas-comerciais dos dois países eram promissoras, tendo exemplificado o grande interesse de Moçambique em contar com a participação do Brasil no projeto de exploração de carvão de Moatize. No ano seguinte, a Vale iniciou suas atividades de pesquisa em Moçambique, após ter ganho o concurso internacional da concessão das minas de Moatize.

O ex-presidente Lula afirmou que o governo apoiou a Vale “por interesse estratégico”, porque “o minério é uma coisa estratégica para qualquer país do mundo e sobretudo, quando se trata de carvão que o Brasil não tem. Então era exatamente importante que se tivesse o carvão, não só para exportar, mas para suprir a necessidade do mercado interno” (MORAIS, 2019). A presença da Vale em Moçambique segundo Mutzenberg (2014), pode ser vista como um fator estratégico de cooperação entre os países do Sul, a cooperação Sul-Sul entre o Brasil e Moçambique, conotado como elemento agregador de novas sinergias no estabelecimento de “uma cooperação que não seja opressiva, que seja baseada em vantagens mútuas e valores compartilhados.

O Projeto Carvão Moatize (PCM) consiste em um megaprojeto de exploração de carvão mineral por meio de minas a céu aberto localizadas no distrito de Moatize, província de Tete, região central de Moçambique, África Austral. Trata-se de uma das maiores bacias carboníferas do mundo, cuja exploração efetiva teve início em 2011 e estima-se que terá duração de cerca de trinta e cinco anos (RODRIGUES, 2015).

A cooperação Sul-Sul carrega consigo o viés de ajuda entre países emergentes e/ou em desenvolvimento, sendo o Brasil, no contexto deste trabalho, o país doador e Moçambique o país receptor. A presença brasileira em Moçambique é bastante forte, sendo marcada por acordos nas mais diversas áreas de desenvolvimento (saúde, agricultura, tecnologia, educação, mineração, defesa, entre outros). Tendo em vista a complexidade que envolve a análise da cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique

no período de 2004 a 2011, essa pesquisa busca contribuir com tal temática analisando especificamente o projeto Moatize e as dinâmicas deste.

A partir da problematização da cooperação Sul-Sul na política externa brasileira dos governos Lula, a pesquisa buscará responder às seguintes questões iniciais: 1) de que forma o Brasil, enquanto país doador capitalizou politicamente e economicamente suas ações de cooperação Sul-Sul para sua atuação na política internacional? 2) quais os impactos da cooperação Sul-Sul para Moçambique, utilizando a atuação da Companhia Vale do Rio Doce no projeto Moatize como objeto? Tais perguntas são subsidiárias à questão central que motiva essa pesquisa: a cooperação Sul-Sul deve ser entendida como instrumento de maximização de desenvolvimento e autonomia dos países envolvidos, a partir de relações horizontalizadas ou apenas reproduz e reposiciona, sob o verniz do Sul-Sul, novas dinâmicas de dependência entre os países envolvidos?

Defende-se a hipótese de que a Cooperação Sul-Sul em Moçambique, projetou o Brasil como protagonista em debates internacionais pela sua atuação em projetos estruturantes, como é o caso do projeto Vale em Moatize. Com isso, o Brasil passou a fortalecer seu poder de influência em fóruns e organismos internacionais. O desenvolvimento e autonomia de Moçambique foram objetivos destacados nos documentos e narrativas que subsidiaram os acordos e políticas entre os dois governos no âmbito da cooperação Sul-Sul, porém tais elementos estão diretamente relacionados com o investimento da companhia Vale no projeto Moatize, foi o Brasil quem utilizou suas ações na cooperação Sul-Sul para impulsionar-se como ator do Sul Global na Política Internacional.

A motivação pela escolha da cooperação Sul-Sul entre Moçambique e Brasil no caso da Vale em Moatize, deu-se a partir da atuação como discente de graduação da pesquisadora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), uma vez que, a mesma foi construída com base na política de Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. No olhar da pesquisadora, o Sul Global resplandece na UNILAB, tendo no seu DNA a internacionalização Sul-Sul.

Outra motivação, nascida pelo desejo da pesquisadora singrar profissionalmente em alguma multinacional em algum momento de sua vida, tendo a Vale entre as desejadas, dado que a narrativa divulgada entre os jovens de Moçambique é de que a

empresa é a melhor tanto para o crescimento pessoal quanto profissional, a questão da remuneração era/é o principal atrativo entre a camada jovem, quem conseguisse uma vaga na empresa, era considerado/a bem sucedido/a. Entretanto, algo que também despertou interesse foi a outra face da Vale que pouco se fala, as consequências socioambientais, os reassentamentos que as comunidades locais vivem, os impactos que pouco se divulga entre a sociedade, é como se Vale fosse projetada para apenas divulgar o lado positivo da empresa, as pessoas que sabem do lado negativo são os que pesquisam mais a fundo sobre ela.

O interesse de trazer como objeto de estudo o território moçambicano, parte a princípio por ser um trabalho a ser realizado por uma moçambicana, isto é, de um sujeito que fala a partir de seu país de origem, e conseqüentemente pode contribuir não só academicamente, mas também para a sociedade moçambicana, e aos interessados sobre a temática que preza pela produção de conhecimento a partir da relação com os países envolvidos. O contexto da graduação e as observações feitas enquanto moçambicana sobre o impacto positivo que a Vale tinha no país sob entendimento da pesquisadora, instalou a ideia de que a cooperação Sul-Sul era extremamente comprometida com o sucesso e resolução de problemas de cunho econômico para os países emergentes, mas atualmente, o contato com leituras e outras perspectivas teóricas têm feito a pesquisadora refletir criticamente sobre a cooperação Sul-Sul e a Vale em Moatize.

Configura-se como objetivo geral da dissertação analisar as relações entre Moçambique e Brasil com enfoque no estudo da Cooperação Sul-Sul e através da Companhia Vale do Rio Doce no projeto Moatize. E cinge-se nos seguintes objetivos específicos: descrever as relações históricas entre Moçambique e Brasil; examinar as áreas de atuação do Brasil em Moçambique, sua política de cooperação Sul-Sul e suas estratégias de implementação; analisar o processo de elaboração, planejamento e execução da Vale no projeto Moatize e; identificar os impactos da cooperação Sul-Sul para Moçambique e Brasil, bem como o impacto da Vale no projeto Moatize.

A seguir discorreremos sobre os caminhos metodológicos e teóricos que guiam o desenvolvimento da dissertação.

O presente trabalho busca analisar a inserção da Vale em Moçambique através da cooperação Sul-Sul e refletir criticamente sobre a mesma. Nesse sentido, com o intuito de responder ao nosso problema de pesquisa, assim como a confirmação da nossa hipótese, a investigação pode ser caracterizada como de natureza qualitativa de caráter

descritivo. Para a coleta de dados será adotada a seguinte combinação de técnicas: pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semiestruturada.

A abordagem qualitativa conforme Mendicoa (2003), significa um conjunto de operações, estratégias e táticas que o investigador desempenha antes com o fenômeno em estudo em relação às operações que ele mesmo concede, ou seja, sua interação no grupo social. Nesta lógica, a abordagem qualitativa se aplica a nossa pesquisa, uma vez que se propõe analisar as relações entre Moçambique e Brasil com enfoque no estudo da Cooperação Sul-Sul e através da Companhia Vale do Rio Doce no projeto Moatize.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se, portanto, por permitir à investigadora uma maior interação com o fenômeno estudado, na medida em que possibilita compreender situações em um contexto considerando as suas interações e, no nosso caso, permite a compreensão do problema da pesquisa, baseada no olhar construído pelos atores envolvidos. Em linha com Gerhardt e Silveira (2009), os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa terão maior aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, ou de qualquer fenômeno a ser estudado.

Contamos com o suporte da pesquisa documental, que será procedida pela coleta de informações através de fontes primárias e secundárias. Consoante Gerhardt e Silveira (2009), fontes primárias são aquelas que não receberam qualquer tratamento analítico como, por exemplo, documentos oficiais, contratos, entre outros. E fontes secundárias são as que receberam tratamento analítico, como por exemplo, trabalhos científicos sobre temas como a política externa brasileira nos governos Lula, política externa moçambicana, cooperação Sul-Sul e Norte-Sul e a literatura sobre o Sul Global, relatórios de pesquisa, manuais internos de procedimentos, dentre outros. O uso combinado dessas fontes permitirá investigar fatos e acontecimentos ocorridos durante o recorte temporal da pesquisa (2004-2011).

A pesquisa documental nos vai permitir buscar informações produzidas pelos governos brasileiro e moçambicano no tocante ao nosso objeto de estudo, assim como informações da empresa no site oficial da Vale e em demais fontes oficiais como: o site do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), o Centro de Promoção de Investimento (CPI) moçambicano, o Gabinete das Zonas Econômicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA) moçambicano, o site da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) brasileiro e nos Ministérios das Relações Exteriores tanto do Brasil quanto de Moçambique. Essa

busca pela informação será feita primeiramente pela internet e, posteriormente, presencialmente.

Para maior aprofundamento da nossa pesquisa, o estudo descritivo nos auxiliará, na medida em que ela coloca a pesquisadora diante de um objeto de estudo do qual será descrito e forçará a mensuração das variáveis que entram em jogo (MENDICOA, 2003). A pesquisa descritiva exige da investigadora uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, esse estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (GERHARDT E SILVEIRA, 2009). O nosso objetivo é, portanto, estar diante de todos atores envolvidos no projeto da Vale em Moatize que possam nos ajudar a realizar o nosso estudo de caso. Assim sendo, para o estudo de caso, a técnica de coleta de dados que será utilizada junto a esses atores é a entrevista semiestruturada. A combinação destas técnicas possibilitará maior aprofundamento e abrangência do objeto de estudo. Conforme Barragán (2008) entrevistas são conversas cujo objetivo é obter informações sobre um tema, ou pode ser também, uma forma de executar o que foi estudado, ou seja, é interação.

Com a pesquisa e análise crítica das fontes, buscaremos compreender melhor o intuito do Brasil no âmbito da cooperação e os impactos em Moçambique através da Vale em Moatize. Objetiva-se trazer o olhar de Moçambique perante o tema aqui abordado, o estudo de caso buscará fazer entrevistas as comunidades envolvidas da Vale em Moçambique, a fim de avaliar a possibilidade de analisar os impactos socioambientais.

A questão dos impactos da Vale em Moçambique, nos remete a autora Maristella Svampa (2019), que aborda a questão do neoextrativismo como um tipo de apropriação e exploração de recursos naturais e que envolve relações de poder e disputas de jogo. Segundo a autora, uma das consequências dessas práticas são os conflitos socioambientais. Os conflitos confrontam interesses e valores divergentes por parte dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder. Em outras palavras, à medida que inúmeros megaprojetos como, por exemplo, o de Moatize, a Vale tende a reconfigurar o território para seus interesses, os conflitos com comunidades locais acabam por estabelecer uma disputa e surge o debate sobre o que se entende por desenvolvimento.

A partir das experiências empíricas dos moradores locais, assim como de outros atores envolvidos no projeto da Vale em Moçambique, iremos realizar as entrevistas semiestruturadas com ajuda de um questionário previamente elaborado. O objetivo é ter entrevistas com o lado técnico (agentes/atores da Vale em Moçambique) e entrevistas

com os afetados localmente. As entrevistas e as análises das fontes nos darão as respostas para a nossa pergunta de partida e a confirmação da hipótese.

A pertinência da pesquisa, portanto, se evidencia na medida em que a empresa Vale é uma das maiores empresas em Moçambique e no Brasil respectivamente, deste modo, buscaremos captar seus impactos em Moçambique e analisar qual tem sido o papel do Brasil nesta cooperação. Destacamos o período de 2004-2011, porque foi nesta época em que o governo moçambicano concedeu, após processo de licitação, o direito de exploração das áreas carboníferas em Moatize a então Companhia Vale do Rio Doce, ponderando as consequências sociais, ambientais e econômicas em Moçambique de projetos como esse, impulsionados pela cooperação Sul-Sul.

No campo teórico, trabalharemos com o conceito de Sul Global como chave para entender os sentidos políticos, epistêmicos e econômicos da utilização do termo como adjetivação de identidades internacionais e ações de política externa, como no caso da cooperação Sul-Sul. Portanto, construir um aparato epistêmico que funcione como sustentação da análise teórica e seja igualmente uma guia lógica do trabalho, nos leva a duas grandes perspectivas do Sul Global: a perspectiva histórico-político e a teórico-acadêmico. O resgate do Sul Global à luz do seu desenvolvimento histórico-político tem o objetivo de demonstrar como essa perspectiva construiu-se na política internacional e nos auxilia a refletir sobre como o desenvolvimento dessa “identidade internacional” foi reivindicada mais recentemente, buscando compreender a ascensão do Sul Global geopolítico no século XXI. No que tange a perspectiva teórico-acadêmico, apresenta-se como tem sido feita a interpretação de tal conceito “Sul Global” no campo das Relações Internacionais e o que ele lança luz para a compreensão de nosso objeto.

Com isso, este trabalho procura analisar a cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique, através do grande investimento de US\$ 1,3 bilhão feito pela Vale para o projeto Moatize. O argumento central assenta-se na ideia de que o Brasil utiliza a cooperação Sul-Sul com Moçambique como elemento de fortalecimento de sua autodeclarada estratégia identitária de país do Sul Global nos governos Lula e que tal relação para Moçambique reposiciona o país em relações assimétricas e de dependência com o parceiro sul-americano.

2. O SUL GLOBAL COMO NEXO CAUSAL DAS RELAÇÕES BRASIL-MOÇAMBIQUE NOS GOVERNOS LULA

O presente capítulo tem como ponto de partida o argumento de que a ideia de Sul Global é indispensável para se entender as relações Brasil-Moçambique nos Governos Lula sendo, portanto, onexo causal para compreensão e contextualização de tais relações. As rupturas e transformações ocorridas durante o período analisado, 2004-2011, são complexas, sendo de suma importância analisá-las para conseguir compreender as relações Brasil-Moçambique durante o governo Lula. O segundo capítulo se insere no plano de fundo mais amplo da dissertação e tem como objetivo central preparar o cenário para apontar, no capítulo subsequente, a análise dos impactos da Vale em Tete.

Apresentaremos os conceitos teóricos utilizados na pesquisa. Para tal, começaremos a discussão sobre o significado do termo Sul Global, tratando tal como categoria analítica. Conforme apontado pela literatura, apresentaremos duas perspectivas do significado do Sul Global: a vertente histórico-político e a vertente teórico-acadêmico.

A partir dessas análises iremos apontar as áreas de cooperação entre o Brasil e Moçambique, e verificar em que medida o Brasil desenvolveu relações mais diversificadas e de cooperação Sul-Sul, ou se apenas aproveitando e fomentando a internacionalização de empresas brasileiras de determinados setores no continente africano, reinventou formas de dependência em um período em que a argumentação da cooperação Sul-Sul se fortalece e abre caminhos para outros tipos de acordos e atores.

De maneira a construir um escopo teórico adequado do tema, o segundo capítulo se inicia com o que foi o Sul Global no contexto mundial, resgatando termos utilizados na Guerra Fria, como Terceiro Mundo e o Movimento dos Não-Alinhados. O principal objetivo dessa primeira subseção é localizar no tempo e no espaço as mudanças do sentido do Sul Global geopolítico até sua utilização para a institucionalização da cooperação Sul-Sul, o nosso objeto de estudo.

2.1 O Sul Global no contexto histórico e político mundial

Os primeiros movimentos políticos associados com a ideia de Sul Global surgem durante a Guerra Fria por meio de países que não se identificavam com as disputas dos países do Norte Global nesse contexto. O objetivo desses países era, portanto, buscar e

afirmar a sua independência face aos processos de descolonização na África e na Ásia, bem como reivindicar a discussão na política internacional de processos de desenvolvimento que correspondessem às suas próprias realidades (PISETA, 2019).

Politicamente, o conceito de Sul Global tem suas origens ligadas ao anticolonialismo no século XX, na Conferência de Bandung de 1955, no Movimento dos Não-Alinhados de 1961 e no Tricontinentalismo. O termo Sul Global ganhou força no final da Guerra Fria, quando o termo Terceiro Mundo parecia cair em desuso, entretanto, a mudança no termo não significou uma renúncia ao Terceiro Mundo, apenas sinalizou um ajuste no posicionamento ideológico e político para se pensar em novas formas de contenção em torno dos legados do colonialismo (GROVOGUI, 2011).

Para Ballestrin (2020) o Sul Global politicamente, contou e ainda conta com as disputas por forças progressistas e regressivas da sociedade internacional multipolar. Hoje em dia, o Sul Global possui muitos desafios para permanecer como projeto político indispensável em direção a um mundo menos desigual. Fatos como o ressurgimento do fascismo, os impactos da pandemia de COVID-19 e a percepção das consequências das mesmas estão modificando rapidamente a já frágil ordem internacional.

A primeira significativa expressão política do Terceiro Mundo veio com a realização da Conferência Afro-Asiática, também conhecida como Conferência de Bandung em 1955, na qual 29 países africanos e asiáticos se reuniram e advogaram pela adoção de uma postura comum de não-alinhamento em relação ao conflito bipolar global que permeou o período da Guerra Fria.

A Conferência de Bandung foi responsável pela formação de uma primeira identidade própria dos povos do Terceiro Mundo/Sul Global, que não se confundia com a plataforma ideológica quer do bloco capitalista quer do bloco socialista. Essa conferência foi um marco na união de países para a coordenação de ações de temas de interesse comum, fundando assim, a “solidariedade dos povos do Sul”. Com essa união, foi possível interferir na agenda externa e flexibilizar a rigidez do poder do condomínio bipolar (LEITE, 2011).

A Declaração Final de Bandung representou as aspirações desse coletivo no que concerne à condenação ao colonialismo e à promoção de uma agenda a favor da autodeterminação e independência dos povos e cooperação econômica entre os países do Terceiro Mundo. Os principais pontos estabelecidos na Declaração Final (BANDUNG, 1955), foram os seguintes:

- 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, conforme aos fins e aos princípios da Carta das Nações Unidas;
- 2) Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
- 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, pequenas e grandes;
- 4) Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países;
- 5) Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas;
- 6.a) Rejeição a todo acordo de defesa coletiva destinado a servir aos interesses particulares das grandes potências quaisquer que forem; 6.b) Rejeição a toda pressão que uma potência, qualquer que seja, tente exercer sobre outra;
- 7) Abstenção a atos de ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
- 8) Resolução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e resolução diante de tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam eleger os países interessados, conforme a Carta das Nações Unidas;
- 9) Estímulo dos interesses mútuos e a cooperação;
- 10) Respeito à justiça e às obrigações internacionais (BANDUNG, 1955).

Bandung traduziu a estratégia dos países do Terceiro Mundo, em um cenário de descolonização e Guerra Fria, de evitar o sistema de alianças que levou à Segunda Guerra Mundial se repetisse e de consolidar o processo de descolonização em curso na Ásia, mas ainda temido no continente Africano (SANTOS, 2017). O documento resultante dessa conferência, forneceu as bases ideológicas do que mais tarde veio a se chamar cooperação Sul-Sul.

Bandung forjou uma aliança fundacional entre esses países, institucionalizado posteriormente na cooperação Sul-Sul. Quando se estabeleceu o princípio de interesse mútuo e cooperação, reconhecendo-se a urgência em promover o desenvolvimento econômico da zona afro-asiática dentro do respeito à independência nacional, por meio de assistência técnica e a importância de se estabelecer a cooperação cultural com o desenvolvimento de missões científicas, literárias e artísticas, o intercâmbio de livros, de professores e estudantes (SANTOS, 2017).

Como consequência da Conferência de Bandung, em 1961, foi criado o Movimento dos Países Não-Alinhados, na Conferência de Belgrado. Com 25 países na sua fundação, esse movimento priorizou a defesa de um caminho de independência que impedisse que os países do Terceiro Mundo fossem peões na disputa de poder entre as superpotências, esse movimento era fundamentado em uma identidade de negação (não identificação com a disputa bipolar das superpotências), e não na criação de uma

identidade afirmativa comum, como a construção de um pensamento político e econômico alternativo ao capitalismo e ao socialismo (FONSECA, 2016).

Ainda nos anos 1960, a cooperação entre países em desenvolvimento foi estimulada pela criação da United Nations Conference on Trade and Development, (UNCTAD) e do G-77. A Declaração conjunta dos Setenta e sete Países em desenvolvimento emitida em 1964, ao final da primeira seção da UNCTAD, reconheceu este fórum como um importante passo na geração de uma ordem econômica internacional mais justa (FONSECA, 2014).

Passados cinco anos, em 1966, realizou-se, em Havana, a Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, o Tricontinentalismo, que reuniu representantes de movimentos como o anti-imperialismo, anti-colonialismo, guerrilheiros, movimentos de libertação e governos nacionais. Pode-se dizer que essa Conferência tinha os mesmos vieses que o Movimento dos Não-Alinhados, prezava pelo combate ao imperialismo e ao colonialismo e pela solidariedade aos movimentos nacionais (FONSECA, 2016).

A onda de descolonização que iniciou-se ao final da Segunda Guerra Mundial, ganhou importância com a Conferência de Bandung, pois significou poderoso incentivo no plano político internacional e para que os países do Terceiro Mundo pudessem fazer frente aos efeitos nocivos da Guerra Fria e da marginalização no sistema mundial, através de promoção de intercâmbios políticos, econômicos e culturais entre eles (PINO, 2014).

Para os autores Caixeta e Menezes (2021), os processos de libertação nacional e a Guerra Fria podem ser considerados como marcos históricos globais que fazem parte da construção política do Sul. Neste sentido, o Sul Global é uma identificação socioeconômica e política que guarda uma forte relação com a consciência e propostas de desafiar a lógica vigente presente na ordem mundial e no sistema capitalista herdados do período/contexto da Guerra Fria.

Nesse sentido, a Conferência de Bandung pode ser considerada o evento marco orientador do Sul Global quanto a seus princípios e ideais. Influenciou as mentalidades das elites políticas dos países em desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970, no sentido de superar suas diferenças e avançar na cooperação política entre sociedades com características similares que se localizavam na periferia do sistema internacional. Sua importância política e histórica pode resumir-se à associação de um grupo de países jovens que almejavam caminhos alternativos para sua inserção independente e autônoma

no mundo da Guerra Fria, a partir da identificação de interesses mútuos e do rechaço ao colonialismo e as suas manifestações econômicas, políticas e intelectuais. Configurou-se como uma identidade própria equidistante dos blocos do mundo bipolar, que inaugurou o processo de coordenação de ações entre países em desenvolvimento em temas de interesse comum, fundando assim, a solidariedade dos povos do Sul (PINO, 2014).

As consequências da onda de descolonização de Estados africanos e asiáticos após o fim da Segunda Guerra Mundial, foram sentidas pela quantidade de membros da Organização das Nações Unidas (ONU) que se expandiu, e aqueles que anteriormente haviam sido colônias se tornaram a maioria numérica entre os Estados-membros, dando impulso a uma agenda mais próxima aos interesses comuns dos países do Terceiro Mundo e assim, passando a se manifestar através da política externa dos seus países (FONSECA, 2016).

No contexto das Relações Internacionais, o *mainstream* acadêmico considerou que o conceito de Terceiro Mundo não possuía mais consistência teórica ou operacional, uma vez que os países do Segundo Mundo, ou seja, os socialistas, estavam se transformando em democracias de mercado. Assim a expressão Terceiro Mundo cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952, como uma analogia com o Terceiro Estado (povo sem privilégios) da época da Revolução Francesa perde força no fim da Guerra Fria (VIZENTINI, 2015). O que os povos do Terceiro Mundo tinham em comum, é o fato de serem nações que foram construídas na base da periferia colonial ou semicolonial.

Com esse termo, Sauvy fazia menção ao contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, quando havia uma onda de descolonização em curso e uma constante tensão entre as duas grandes potências e seus aliados. Por um lado, havia dois sistemas político-econômico opostos e por outro, uma gama de países recém independentes. O termo Terceiro Mundo, de Sauvy, condenava a perspectiva dos países que não se encaixavam nem no Primeiro Mundo, o desenvolvido, nem no Segundo, o comunista. Não havia, entretanto, um sentido hierárquico no termo (SOLARZ, 2012).

Segundo Solarz (2012), o conceito de Terceiro Mundo passou a designar, no século XXI, principalmente os países cujo desenvolvimento é insatisfatório em algum grau. Com o fim da Guerra Fria, o sentido político do conceito ficou desatualizado, fazendo com que o significado socioeconômico se sobressaísse.

Como esse termo foi criado no contexto da onda de descolonização, o termo Terceiro Mundo carregava um sentido de independência e soberania para os países recém independentes, em relação às duas superpotências da Guerra Fria e, ao mesmo tempo, reivindicava uma posição de igualdade. Era, portanto, uma designação atraente para aqueles países, que buscavam independência, soberania e reconhecimento quanto à igualdade no sistema internacional (RODRIGUES, 2019).

Segundo Larissa Rodrigues (2019), o conceito de Terceiro Mundo também pode ser visto como um projeto de política externa que considera o desenvolvimento, a independência e a autonomia como seus principais objetivos. Os meios para se chegar a esses objetivos seriam, portanto, a solidariedade e a política de coalizão do Terceiro Mundo. Assim sendo, considerando o cenário da Guerra Fria, que era caracterizado por políticas intervencionistas internacionais e por ideologias que identificavam e diferenciavam as superpotências e, que, por sua vez, enfraqueciam os estados pós-coloniais, é fundamental tal contexto para compreendê-lo. O fim do conflito bipolar esvaziou politicamente o conceito do Terceiro Mundo. Se este sobreviveu ao fim da Guerra Fria, foi em resposta à globalização neoliberal e à hegemonia norte-americana, por meio dos movimentos sociais e grupos da sociedade civil dentro dos países do Sul Global, como o Fórum Social Mundial, que ficou conhecido como um “Novo Bandung”.

Entretanto, ainda hoje, existe uma dificuldade em se delimitar conceitualmente o que passa a ser Sul Global, sendo a nomenclatura mais conhecida e que, pela maior parte do tempo, esteve vigente foi “Terceiro Mundo”. Segundo Bruno Ayllón Pino (2014), Sul Global é:

Expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte, que possuem indicadores de desenvolvimento médios e baixos. Estes países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos (PINO, 2014, p. 57).

O termo “Sul” seria uma referência aos países pobres e “em desenvolvimento” em contraste com os mais ricos e desenvolvidos, o Sul Global é visto como herdeira do conceito de “Terceiro Mundo”, que atualmente entrou em desuso (BALLESTRIN, 2020). Para Lucas Fonseca (2016), a adição do termo geográfico “Sul” pode implicar um determinismo inexistente na composição real do que passa a ser Sul Global, uma vez que há países localizados no hemisfério Norte os quais estão agrupados no Sul Global. Para o autor, é preciso considerar, que a geografia do Sul Global é mutável ao longo dos anos, o

que dificulta o consenso sobre que países o compõem, pois o que hoje é o Sul Global, amanhã poderá não ser no futuro. E ainda há cidades no Sul com algumas características do Norte Global, ainda que para uma pequena parte da população mais afastada, como grandes capitais, onde é possível ter acesso a tratamentos de saúde e estudar em escolas de boa qualidade, por exemplo, ao passo que há periferias no Norte, em situação bem semelhante ao Sul Global, onde há dificuldade de encontrar emprego, como em pequenas cidades do leste europeu (KALTMEIER, 2015).

Por agrupar uma miríade de países tão diversos quer seja o Sul Global ou o Norte Global, na literatura concernente às discussões sobre o Sul Global, são recorrentes a incerteza e a falta de consenso sobre a sua definição, com diversos autores criticando o seu uso e apontando falhas no termo (FONSECA, 2016).

Alguns autores apresentam críticas ao conceito e falhas de delimitação clara do conceito, pois a ideia de Sul Global se refere às características econômicas, políticas e sociais comuns aos países de periferia do mundo. O conceito também considera os aspectos históricos de colonização e subordinação que alguns Estados compartilham no sistema internacional. Devido a essa condição, os países do Sul teriam interesses em comum nas negociações internacionais de combater a estrutura de exploração que os constrange (RODRIGUES, 2019).

Com o fim da Guerra Fria o termo Terceiro Mundo cai em desuso, o termo Sul Global ganha protagonismo no cenário internacional a partir da década de 2000. Nesse sentido, é importante salientar que ao contrário do que apresentamos sobre a identidade que se cria a partir do Movimento dos Não-Alinhados, identidade negativa, a ideia de Sul Global no pós-Guerra Fria parte da construção de uma identidade política positiva e propositiva na política internacional.

A partir da década de 2000, países que faziam parte do então chamado bloco do Terceiro Mundo passaram a ser identificados como potências regionais médias e líderes das suas respectivas regiões e acabaram se rendendo à lógica neoliberal e globalizada, em linha com a visão majoritária de Bandung que plasmava por desenvolvimento interdependente da economia global. A atuação dos Estados localizados na semiperiferia, ao moderar as contradições econômicas e políticas entre centro e periferia, serviria como ferramenta de preservação da ordem capitalista (SANTOS, 2017).

Ou seja, os países emergentes, ao aceitarem as regras de comércio e de economia internacional, aderiram ao modelo neoliberal do qual os países menos desenvolvidos

tampouco escaparam, o que distanciou esses atores da essência da relação Sul-Sul. Os países emergentes passaram a sentir a necessidade de se projetar em fóruns internacionais, o que cada vez mais tem colocado a política e os interesses econômicos lado-a-lado.

O ano 2000 é muito importante para as relações internacionais, se visto do ponto em que as economias emergentes começaram a dialogar sobre formas de se projetar em fóruns e organismos internacionais. Neste sentido, retomamos aos pontos enumerados na Conferência de Bandung que tem bastante influência na política recente dos países do Sul Global. China, Índia, Rússia, Brasil e África do Sul adotaram tais características como pontos centrais nas suas políticas externas durante o início do século XXI e principalmente com a formação dos BRICS em 2009.

Os BRICS, nomenclatura que surge como um acrônimo, tem sua origem no mercado internacional a partir do analista de investimento Jim O'Neill, que faz uma previsão dos mercados emergentes mais importantes para investidores no início do século XXI: Brasil, Índia, China e Rússia. Tal identidade, a princípio mercadológica, deu vida a novos arranjos políticos e econômicos, abrindo espaço para novas relações de poder e para a emergência desses atores no campo político internacional. Eles emergem no contexto de declínio dos Estados Unidos e da crise europeia no campo econômico, como os novos protagonistas na arena global, criando pontes para cooperação e integração Sul-Sul e Leste-Oeste (SZEIFERT & VELOSO, 2014).

Para Aguiar (2014), o século XXI representa um momento de transição da ordem internacional, onde nos deparamos com a ascensão de países emergentes, como por exemplo, os países do BRICS. Esse grupo começou suas articulações em 2006, mas tarde tornou-se um mecanismo “político-diplomático”. O objetivo dos BRICS consiste em ganhar papel de destaque na ordem internacional, de modo que possam influenciar as decisões da política internacional.

O sentido geopolítico do Sul Global no século XXI pode ser exemplificado pelos BRICS e, na sua tentativa da construção de uma nova ordem mundial. Os BRICS defendem que as instituições internacionais, políticas e econômicas carecem de legitimidade e representatividade dos interesses dos países em desenvolvimento. Por conta disso, abriu-se espaço de debates a fim de buscar representatividade desse grupo nas instituições internacionais. É nesse contexto que outros grupos políticos do Sul Global surgem, como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), e as Cúpulas birregionais: ASA (América do Sul-África) e ASPAS (América do Sul-Países Árabes) (AGUIAR, 2014).

Não tem como abordar os BRICS sem mencionar o ciclo de Cúpulas anuais que o grupo desenvolveu. As Cúpulas dos BRICS tinham como objetivo estabelecer um mecanismo de articulação e coordenação de seus interesses para defendê-los perante instituições internacionais na tentativa do grupo em forjar novos parâmetros de governança global. Temas como crise financeira, economia internacional, reforma de instituições internacionais, estabilidade global, entre outros, eram temas de debates nessas reuniões (AGUIAR, 2014). Em suma, os BRICS buscavam através dessas reuniões se consolidar enquanto grupo e fortalecer sua presença e influência no cenário internacional. De acordo com Szeifert & Veloso (2014), o objetivo do grupo era uma mudança no equilíbrio de poder para um cenário mais favorável a novos atores.

Como já dito acima, o sentido geopolítico de Sul Global no XXI se observa por meio dos BRICS, logo, a relação que a mesmo teria com a cooperação Sul-Sul seria pelo fato de que, de acordo com Szeifert & Veloso (2014), os BRICS assumiram a posição de doadores de cooperação para o desenvolvimento, fazendo com que aumentassem significativamente sua cooperação com os países do Sul Global. Os BRICS apresentam suas atividades crescentes de cooperação no âmbito da cooperação Sul-Sul e fazem questão de se distinguirem da cooperação Norte-Sul.

O fim da Guerra Fria teve papel vital na mudança da agenda internacional, os grupos que surgiram no âmbito do Sul Global apenas buscavam discutir novas agendas que incluíssem os excluídos. Por exemplo, a tentativa de criação de uma nova ordem mundial dos BRICS, só aparece pelo colapso ao enfraquecimento das estruturas já existentes, garantidas pelo poder hegemônico que começou com as disputas Leste-Oeste no âmbito da Guerra Fria.

Conforme trabalhado ao longo desta subseção, o significado geopolítico do Sul Global, no século XXI, guarda relação com uma tradição de países à margem do *mainstream* da política internacional no contexto da Guerra Fria. Ao desenvolver da história mundial tais termos que representavam politicamente esses países foram se alterando conforme apresentamos. Importa destacar, portanto, que a importância política do termo Sul Global nas últimas décadas no cenário internacional parte dessa herança da Guerra Fria e traz consigo a tentativa de construção de caminhos alternativos de inserção na ordem internacional *mainstream* e mesmo de mudança desta.

2.2 O Sul Global como categoria analítica nas Relações Internacionais

Nesta seção trabalharemos a segunda perspectiva do conceito do Sul Global presente na pesquisa: categoria analítica nas Relações Internacionais e nos debates teóricos da área.

No entendimento de Luciana Ballestrin (2020), a visão atrelada à "modernidade" e "desenvolvimento" é fortemente associada à ideia de progressão ou evolução. No entanto, assim como o Terceiro Mundo, o Sul Global não pode simplesmente ser visto como um conjunto de países não desenvolvidos e não modernos, localizados nas zonas ex-coloniais do globo. Pois existem diferentes significados para as duas categorias, as quais não devem ser compreendidas em um sentido exclusivamente geográfico ou territorial.

Para Boaventura Santos (2011), o Sul Global não é um conceito simplesmente geográfico, apesar da maioria dos países que o compõem estarem localizados no Sul, mas um território metafórico. Nesse sentido, Sul Global seria um conjunto de sociedades e dinâmicas sociopolíticas que são, de maneira reiterada, alvo de discursos e ações de subordinação, dominação e colonização, mas também promotor de processos históricos e resistência pós-colonial.

Para Siba Grovogui (2011), o Sul Global é um movimento mesclado que ressalta a necessidade de uma comunidade internacional pós-colonial com interesses que promovam os objetivos de igualdade, liberdade e mutualidade no que concerne a um novo ethos de poder e subjetividade por meio da política externa, assim como a solidariedade internacional e responsabilidade para consigo e demais numa ordem internacional livre de legados institucionais do colonialismo.

Além dos estudos sobre o conceito de Sul Global e sobre suas características político-econômicas, outros autores exploram diversos sentidos sob a perspectiva do Sul Global. Como se pode ver, esses países têm em comum a forma como enxergam o sistema internacional. Assim, é possível observar os fenômenos internacionais a partir da ótica do Sul Global (RODRIGUES, 2019).

O termo Sul Global é, portanto, designação simbólica para denominar uma ampla gama de nações em desenvolvimento, diversificada em suas histórias, origens e tradições, com múltiplos enfoques no que diz respeito ao poder, à cultura ou à identidade. O rótulo tem substituído e atualizado gradativamente a qualificação de Terceiro Mundo, na qual

foram catalogados muitos países em desenvolvimento ao conquistar sua independência e inaugurar uma ordem internacional pós-colonial. O Sul Global foi também interpretado enquanto espaço de resistência híbrido menos dependente do Norte Global. Ela inclui agentes públicos e privados que ocupam uma posição estrutural de periferia ou semiperiferia no sistema mundo moderno. Esse espaço pode ser encontrado no processo de articulação, e seu denominador comum estaria representado pela vontade de construir uma globalização contra-hegemônica (PINO, 2014).

Para Milton Santos (2001), a globalização contra-hegemônica deve advir de “mudanças a serem introduzidas no sentido de alcançarmos uma outra globalização, pois a mesma não virá do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na marcha do capitalismo [...] as mudanças sairão dos países subdesenvolvidos”. Na opinião do autor, essa conscientização e a vontade de mudança não será sistêmica em todos os países de fora do centro, porém, “mais cedo ou mais tarde, as condições internas a cada país, provocadas em boa parte pelas suas relações externas, levarão a uma revisão dos pactos que atualmente conformam a globalização”.

O autor ainda aponta que esse processo levaria a uma “vontade de distanciamento e posteriormente desengajamento, conforme sugerido por Samir Amin”. Santos afirma que uma reação em cadeia poderá ensejar o renascimento de algo novo como o antigo terceiro-mundista (SANTOS, 2001). A visão do autor nos instiga a procurar uma globalização alternativa, que englobe as necessidades dos países fora dos centros de decisão, como o Sul Global, em busca de um mundo mais igualitário.

Para a antropóloga social Sinah Klob (2017), existem várias e muitas das vezes vagas definições do Sul Global no discurso público contemporâneo e nas publicações acadêmicas. Para a autora, o Sul Global não é uma entidade que existe por si só, ela precisa ser identificada, entendida como algo criado (movimento de resistência), imaginado, inventado, mantido e recriado “na luta e nos conflitos entre a dominação global imperial e forças decoloniais que não concordam com projetos globais”. Ela defende que para o contexto de produção de conhecimento na academia, a ideia de Sul Global pode ser abraçada como um processo ou prática por meio do qual novos modos de produção de conhecimento são criados e aprendidos e através dela, são alcançadas relações mais equilibradas no sistema global de produção de conhecimento.

É importante, portanto, que os intelectuais do Sul Global tenham um diálogo com campos de saber, de modo a gerar crítica do sistema de poder mundial. Esse diálogo

precisa considerar no entanto, três pontos: uma perspectiva transnacional, ou seja, para além do eurocentrismo e das escolas nacionais e coloniais; em seguida um discurso transdisciplinar, que englobe as diversas disciplinas científicas nas áreas das ciências humanas e também dos estudos sobre a natureza; e por último, uma articulação estreita entre a teoria e a prática, entre saberes científicos e mobilizações coletivas, que possa resgatar o papel das experiências na construção das ideias (MARTINS, 2017).

Klob (2017) reflete acerca da invocação do Sul Global como parte da pobreza ou inerentes a países subdesenvolvidos, para ela existem preconceitos inerentes reproduzidos por um uso tão generalizado do conceito. A história do conceito de Sul Global é enquadrada em narrativas que traçam sua origem ao conceito do Sul, influenciado por diferentes eventos e movimentos, tal como debruçamos sobre o assunto na seção acima. Todavia, após críticas pelo termo e conceito de Sul, o Sul Global ganhou destaque com o objetivo de ir além e traçar uma linha entre o conceito de Sul e seu discurso e preconceito desenvolvimentistas muitas vezes associados (KLOB, 2017).

Sinah Klob (2017) nos faz pensar em Sul Global enquanto categoria analítica, uma vez que para marcar diferença entre a narrativa que é comumente empregada na ideia de Sul Global, o termo Global deve sim ser adicionado ao Sul, mas para sublinhar que o conceito não deve ser entendido simplesmente como classificação global do mundo, mas como uma referência que atende às relações de poder global desiguais.

Neste sentido, é necessário interpretar o Sul Global de diferentes maneiras. Nina Schneider, interpreta três diferentes leituras do conceito: como leitura geográfica; como leitura subalterna global; e como metáfora flexível. A interpretação geográfica é e continua sendo a mais popular do termo no discurso público e nas publicações acadêmicas, mantendo sua relação com regiões geográficas e países específicos. As duas últimas interpretações referem-se ao Sul Global para descrever e desafiar as posicionalidades subalternizadas nas redes globais de poder (SCHNEIDER *apud* KLOB, 2017).

Pensar o Sul Global a partir da ideia do conceito de subalternidade, nos remete a abordagens de desigualdades políticas, epistêmicas, culturais e econômicas. Segundo a antropóloga Sinah Klob (2017), se o conceito serve principalmente para desafiar as posicionalidades subalternizadas, a questão que se coloca é: qual a diferença entre o Sul Global e a subalternidade. No entendimento da autora, o Sul Global é apenas outra palavra que se utiliza como moda para legitimar novas pesquisas nas instituições de pesquisa.

Principalmente nos dias atuais, em que as universidades são cada vez mais gerenciadas e organizadas como corporações e estão cada vez mais “expostas” à pressão da inovação. Todavia, os ciclos de vida e a capacidade de moda dos conceitos devem ser refletidos criticamente na academia.

A autora continua seu argumento dizendo que o Sul Global excede o potencial da subalternidade, pois ele transcende fronteiras geográficas e ideológicas. Sabe-se, portanto, que a subalternidade está inerentemente ligada à Teoria Pós-Colonial e, por conseguinte, regularmente percebida e descrita como um produto do Ocidente segundo as instituições acadêmicas.

Nesta perspectiva, o Sul Global embora seja em parte um produto dos centros dominantes de produção de conhecimento, cria um ambiente e possibilidade de identificação para os vários atores sociais e estudiosos ao redor do mundo, incluindo aqueles que se sentiram excluídos em conceitos e teorias pós-coloniais. A exemplo, estudiosos afro-americanos e suas tradições intelectuais têm sido frequentemente “marginalizados em estudos pós-coloniais”, porém podem se sentir compreendidos no conceito de Sul Global enquanto uma abordagem que teoriza os desafios existentes nas relações de poder, desigualdade e hegemonia, e ainda permite a resistência. Nesse sentido, o Sul Global pode ser considerado como uma “consciência política resultante do reconhecimento por diversos povos de sua experiência compartilhada dos efeitos negativos da globalização” (KLOB, 2017).

A perspectiva histórico-política do Sul Global nos ajuda a ter em mente a história transcultural de conceitos e movimentos políticos como o Sul. Entretanto, é necessário cautela ao teorizar o Norte e Sul como oposições simplificadas e entidades homogêneas cujas histórias são consideradas distintas quando estão de fato profundamente emaranhadas uma na outra. De fato, temos que pensar o Sul Global como uma orientação que destaca o Sul como uma referência mais explorada e especialmente oprimida nos processos de globalização neoliberal. Nessa senda, podemos pensar o Sul Global como a capacidade de formar uma nova aliança entre diferentes atores sociais e “pode nos ajudar a objetivar uma realidade generalizada de exploração que diz respeito a diferentes subjetividades” (KLOB, 2017).

Ao longo do texto de Sinah Klob (2017), o Sul Global é comparado a uma “categoria utópica” que retifica o problema da dicotomia Norte-Sul ao invés de superar a dominação política, socioeconômica e epistêmica. Para a autora, os usos geográficos e

simplistas referindo-se ao Sul Global são altamente problemáticos, entretanto, inventar uma nova expressão ainda não superaria a dicotomia Norte-Sul, Primeiro e Terceiro Mundo. Caso se pensasse num termo novo, o mesmo seria definido em relação aos termos anteriores, o que nos levaria novamente à elaboração sobre o seu surgimento.

Ainda poderia se correr os riscos de durante a invenção de um novo termo silenciar e encobrir as implicações históricas de hierarquia global, dominação e condições de subalternidade. Para a autora, a ideia de Sul Global é um processo que reflete, destaca e potencialmente transforma posicionalidades dominantes e subalternizadas. Ela deve ser entendida como um processo e prática, criado e influenciado pelas posições de status em constante mudança e nunca fixas de pessoas e instituições (KLOB, 2017).

No caso da perspectiva teórico-acadêmico, que é o temos tratado no decurso desta seção, as instituições acadêmicas podem querer abraçar a ideia do Sul Global como um processo ou prática através do qual novos modos de produção de conhecimento são criados e modos estabelecidos de reprodução de desigualdades são desaprendidos. Klob (2017) propõe considerar a ideia do Sul Global como uma prática ativa que reestrutura as redes globais de poder. Para a mesma, o Sul Global pode até ser considerado como uma prática que facilita a liminaridade, ou seja, um espaço liminar de transição em que uma fase de antiestrutura possibilita a reorganização, por exemplo, das relações de poder sociais e epistemológicas, e que cria um novo modelo de interações sociais, econômicas e políticas que se baseiam em princípios igualitários.

A formação acadêmica faz parte da construção do Sul Global, na medida em que é construído pelos movimentos sociais, deve-se, portanto, considerar o Sul Global como uma “conceituação normativa” com a qual questionamos ativamente nossas solidariedades, bem como nossos modos de ler, traduzir, escrever, citar e publicar. Contudo, para compreender a relevância do Sul Global como prática transacional na produção global de conhecimento, é necessário ir além de conceitos gerais e simplistas (KLOB, 2017).

A perspectiva teórico-acadêmico nos mostra que os conceitos marginalizados e subalternizados são muitas vezes localizados no Sul Global. Temos que ter consciência que escrever a partir do Sul Global pode fornecer uma pluralidade de alternativas ao conhecimento dominante (Ocidental). Como Klob fala, para promover os processos e práticas do Sul Global, a inclusão e a pluralidade de escolhas são necessárias. Com essa pesquisa, queremos que o uso do Sul Global seja mais do que apenas metáfora geográfica

ou substituto para Terceiro Mundo. Tomamos o Sul Global como consciência política, uma prática engajada e possivelmente liminar por meio da qual as estruturas de poder global desigual são ativamente reestruturadas.

A partir da narrativa das duas perspectivas trabalhadas ao longo da seção anterior e essa seção, o nosso referencial teórico foi construído de modo que guiasse as seções subsequentes. De forma elucidativa, vamos recuperar de forma breve o nosso entendimento do que foi escrito até agora, em primeiro, classificamos o Sul Global através de dois significados: histórico-político e teórico-acadêmico. Sendo o primeiro um guia que nos ajuda a compreender o Sul Global na época do pós Guerra Fria e como ela se apresenta hoje no século XXI, através dos BRICS. A perspectiva teórico-acadêmica, a qual nos vinculamos, entendemos que é um elemento chave para analisar criticamente as relações Brasil-Moçambique no âmbito da cooperação Sul-Sul e como ela impacta no caso da Vale em Moçambique.

Partimos do princípio de que a perspectiva teórico-acadêmico do Sul Global nos dá o suporte necessário para analisar o nosso objeto de estudo. No nosso entendimento, o Sul Global é uma relevante categoria de produção de conhecimento, que foi influenciado por eventos e movimentos de resistência durante a sua criação, porém, se pensada no século XXI, se manifesta de diversas formas, desde a política em forma dos BRICS, ou o acadêmico em forma da materialização do Sul Global, a cooperação Sul-Sul. Essas manifestações dão o aporte, no que entendemos como categoria analítica para ruptura do pensamento hegemônico dominante nos campos de produção de conhecimento. Ela possibilita também novos enquadramentos para compreender as relações internacionais sob funcionamento de dinâmicas das margens do Sistema Internacional, trazendo para o centro tais dinâmicas¹. O Sul Global permite que os pesquisadores falem a partir do seu lugar de fala, que assumam a posição de protagonistas das suas próprias narrativas, e não fiquem apenas na posição de sujeitos/objetos de análises dos centros dominantes de conhecimento.

¹ Existem variadas contribuições teóricas do Sul Global que permitem analisar o tema e objeto desse trabalho como é o caso das Teorias da Dependência e suas vertentes liberais e marxista desenvolvidas na América Latina nas décadas de 1970 e 1980. Não será escopo deste trabalho trabalhar nessa chave teórico-analítica para a compreensão de nosso objeto, no entanto, destacamos aqui a importância de tais teorias para a construção de uma epistemologia do sul para compreensão de nossas problemáticas. Para um debate sobre a contribuição das teorias da dependência ver Rocha (2022).

Para maior entendimento do que foi escrito até o momento, segue o quadro em anexo que mostra os principais pontos das duas perspectivas trabalhadas.

Quadro 1 – Significados do Termo Sul Global

| Remete a | Histórico-Político | Teórico-Acadêmico |
|---------------------|--|---|
| | Divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria | Século XXI, crítica à modernidade, subalternidade |
| Denominações | Terceiro Mundo Países em Desenvolvimento Sul Global | Produto dos centros dominantes de produção de conhecimento |
| Influências | Conferência de Bandung Movimento dos Não-Alinhados BRICS | Teorias Pós-Coloniais Teorias Decolonias |
| Definição | Movimento de resistência e alternativa ao <i>status quo</i> da Ordem Internacional | Ruptura contra o saber hegemônico |
| Objetivos | Não alinhamento às disputas bipolares globais Afirmar sua independência nos processos de descolonização | Construir epistemologias e produção de conhecimento alternativo/contra-hegemônica |

Fonte: Elaboração da autora.

Os dois significados trabalhados até aqui, nos mostram que da divisão internacional surgida no âmbito da Guerra Fria, o Sul Global foi se modificando até a ruptura contra o saber hegemônico, uma das grandes lutas dos estudos pós-coloniais. A perspectiva teórico-acadêmico encontrou na academia uma alternativa para a produção de conhecimento a partir do seu lugar de fala, contra o modelo de produção de conhecimento que sempre esteve atrelado a uma relação de troca com o Sul permanentemente desigual e excludente. Diferentemente da perspectiva histórico-político, a vertente teórico-acadêmico traz reflexões com que a atualidade se depara, a

crítica à modernidade tem se discutido em diferentes fóruns acadêmicos, uma vez que ela deixa claro as diferenças e suas causas, assim como a permanência de relações de poder coloniais, ou seja, a colonialidade, tema central da vertente teórico-acadêmico do Sul Global.

O espírito de Bandung e a ideia de aliança entre as nações do Sul reflete até hoje na materialização e institucionalização da cooperação Sul-Sul, tema a ser abordado nas seções subseqüentes, entretanto, percebemos que é fundamental abordar o outro lado dessa cooperação, que é a cooperação Norte-Sul. Afinal, faz-se necessário entender as duas diferenciações de modo a que o leitor compreenda o porquê de nos alinharmos à cooperação Sul-Sul.

2.4 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A disseminação da industrialização e da modernidade para todas as sociedades fez com que uma das dimensões marcantes nas relações internacionais desde a Segunda Guerra Mundial fosse a expansão e institucionalização da cooperação internacional. Os governos, sejam eles de grande ou pequena expressão nos foros internacionais, passaram a integrar uma intrincada rede de instituições voltadas para a prática do que, genericamente, passou a ser denominado “cooperação internacional”. Nessa senda, a expressão “cooperação internacional” estendeu-se para todas as áreas, desde o comércio e as finanças até às questões de segurança, meio-ambiente, educação e saúde (SATO, 2010).

Os primórdios da cooperação internacional datam muitos anos antes que surgisse o conceito moderno de desenvolvimento, isto é, o crescimento econômico atrelado a uma repartição social, tanto quanto possível equânime, dos seus benefícios, e sustentável no tempo e no espaço. Elementos da cooperação já existiam antes mesmo da época colonial, baseada na transferência de tecnologia, por exemplo, mediante a implantação de uma administração organizada e de serviços públicos essenciais (LANDAU, 2008).

De acordo com André Souza (2014), às origens da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) remontam a um mundo do pós-Guerra composto pelos países ocidentais capitalistas, os países do bloco comunista, e um conjunto de países que ficou conhecido como terceiro mundo, muitos desses países ainda se encontravam em um

contexto de descolonização e dependiam de assistência externa para sustentar suas economias e a construção de suas instituições nacionais.

A fundação, manutenção e evolução da CID não tem uma única entidade responsável, o atual sistema de cooperação tem suas origens, majoritariamente, nas iniciativas norte-americanas logo após a Segunda Guerra Mundial. Foi nesse momento histórico que se abandonou uma lógica de ajuda pontual a nações em situação de emergência em prol de uma dinâmica cada vez mais permanente e institucionalizada de cooperação para a transformação das estruturas produtivas, administrativas, sociais e culturais das sociedades beneficiárias dos financiamentos e dos projetos de assistência técnica (MILANI, 2012).

O que, no século XIX e meados do século XX², fora iniciado enquanto ajuda alimentar de urgência e como expediente diplomático de natureza temporária passou a se constituir em padrão normativo nas relações entre Estados, agências internacionais e organizações não governamentais. Ou seja, com a Guerra Fria se institucionalizou e se legitimou o multilateralismo da cooperação para o desenvolvimento. A política de competição entre o leste e oeste e a ameaça comunista foram, então, fatores decisivos para o processo de institucionalização da CID (MILANI, 2012).

Ainda de acordo com Carlos Milani (2012), os antecedentes da CID relacionados à empresa colonial, à emancipação política africana e asiática, bem como à disputa ideológica Leste-Oeste confirmaram que as noções de “cooperação internacional” e “desenvolvimento” acompanharam a própria história do sistema econômico capitalista, do projeto universalizante de modernização das sociedades e do liberalismo multilateral nas relações internacionais. Ambas as noções de “cooperação internacional” e “desenvolvimento” encontram suas origens no ideal de progresso econômico e solidariedade social, bem como na necessidade de construção de amplos consensos políticos entre as nações. Segundo o autor, em nome da cooperação internacional e da promoção do desenvolvimento têm sido difundidas visões políticas, por vezes redutoras

² Não foram poucas as iniciativas de cooperação internacional que se viram diretamente influenciadas pelo contexto político da colonização e pela tentativa de, em nome do desenvolvimento, transferir modelos econômicos, institucionais ou até mesmo culturais das metrópoles para as colônias. A despeito das transformações que, desde então, tiveram lugar no sistema internacional, os legados históricos da Guerra Fria ainda têm papel significativo na política da cooperação internacional para o desenvolvimento, mesmo nos dias de hoje (BESHARATI; ESTEVES, 2015).

das contradições e das assimetrias entre as classes sociais, as sociedades também têm sido perpetradas inferências de natureza cultural, social, econômica e política.

A cooperação para o desenvolvimento é hoje um elemento integral da política externa de grande número de países, tanto “ricos” como emergentes, é com a CID que muitos governos criaram os Ministérios de Cooperação, ou então, o tema de cooperação passou a se analisar nos Ministérios de Relações Exteriores (LANDAU, 2008). No Brasil, o ABC é o responsável por essa área.

Nesse contexto, a CID pode ser definida como um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, ou seja, um conjunto de normas difundidas ou prescritas por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional (MILANI, 2012).

Na CID existem os doadores tradicionais e os receptores, a partir dos anos 1960, os países-membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem suas origens na CID na forma do Plano Marshall. Esses países passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, enquanto os países do chamado Terceiro Mundo eram identificados como receptores (SOUZA, 2014).

O primeiro grande programa de ajuda foi financiado pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial: o Plano Marshall. Esse plano consistia num programa de reconstrução da Europa Ocidental e contou com um total de US\$ 13 bilhões investidos pelos Estados Unidos entre 1947 e meados da década de 1950. Ao configurar o primeiro programa de ajuda bilateral, os Estados Unidos exerceram importante papel no processo de consolidação da CID como um campo de atuação internacional (PISETA, 2018).

Para Georges Landau (2008), a distinção tradicional entre “doadores” e “beneficiários” da cooperação tende a diluir-se, uma vez que existe sempre uma mutualidade de interesses, embora possam ser assimétricos entre estes e aqueles, mesmo quando pareçam imponderáveis os benefícios para os provedores de ajuda, como por exemplo, a ajuda humanitária, prestada às populações e aos países mais pobres.

A CID é um sistema bastante institucionalizado e complexo na construção de discursos e visões de mundo, ela envolve inúmeros atores, tanto do lado dos chamados países doadores (tradicionais ou emergentes), quanto no campo dos beneficiários (normalmente países de renda baixa ou, em alguns raros casos, países de renda média).

Cada ator apresenta identidade, preferências, interesses e objetivos próprios, podendo agir com base em motivações políticas, de segurança nacional, por razões humanitárias ou morais, mas também por motivos econômicos e ambientais (MILANI, 2012).

A CID hoje apresenta-se como muito mais complexa e multifacetada, de modo que o uso das categorias e agrupamentos de atores do período pós-Guerra tornou-se cada vez menos apropriado. Nas últimas décadas, alguns países deixaram de ser beneficiários para se tornar doadores, enquanto outros se tornaram ao mesmo tempo doadores e beneficiários. Simultaneamente, organizações não governamentais, fundações e empresas multinacionais passaram a desempenhar um papel de crescente relevância na CID (SOUZA, 2014).

O conjunto das relações entre os dois tipos de atores (doadores e beneficiários) também é reflexo da economia política internacional, ou seja, das assimetrias e hierarquias existentes entre o centro e a periferia, entre o Norte e o Sul do sistema internacional. Para além disso, entre doadores (tradicionais e emergentes) e beneficiários situam-se “atores-mediadores”, que desempenham papel relevante na difusão das agendas, na legitimação dos ideários e, menos frequentemente, na organização de protestos e na definição de mecanismos de monitoramento e controle. Para além disso, nesse sentido muitas organizações não governamentais, movimentos sociais, redes de ativismo político, a mídia internacional e alguns centros de pesquisa (MILANI, 2012).

Bruno Pino (2013), afirma que nas últimas décadas, a CID passa a experimentar o surgimento de modalidades alternativas de colaboração, caracterizada pela integração de diferentes enfoques e agentes, em formatos de coalizões mistas. Esses mecanismos, entre os quais se pode incluir a Cooperação Triangular (CTR), são, ao mesmo tempo, promissores e problemáticos. Seu desenvolvimento se insere em um contexto de renovado vigor, assumido, hoje, pela Cooperação Sul-Sul (CSS) e impulsionado pela ascensão dos países emergentes e pelas transformações da CID.

Atualmente, de acordo com Souza (2014), existe uma confusão e carência de uma definição clara dos novos atores da CID. A dicotomia entre doadores e beneficiários é insuficiente para dar conta dessa crescente complexidade da CID. Portanto, uma nova realidade política e econômica gerou desafios para o entendimento e o estudo da CID, o mais fundamental desses sendo provavelmente de natureza conceitual. Por exemplo, o conceito de *assistência*, tradicionalmente empregado nos países desenvolvidos, é usualmente preterido pelos países do Sul em lugar de *cooperação*. Ao contrário de

assistência, a cooperação implica uma relação de benefícios mútuos, horizontalidade e maior participação e controle local dos recursos; e serve ao propósito político de distinguir o fenômeno que ocorre no âmbito Sul-Sul.

Parte da dificuldade em conceituar a CID decorre da maior complexidade e das transformações no conceito de desenvolvimento nacional. A utilização das expressões *doadores emergentes* ou *economias emergentes* para designar países como por exemplo, a Índia, a China e o Brasil obscurecem o fato de que, em valores absolutos, a maior parte da população pobre mundial se encontra nestes países.³ Ademais, muitas das regiões mais pobres destes países emergentes, incluindo o oeste da China, diversos estados indianos e o Nordeste brasileiro, apresentam indicadores socioeconômicos similares aos dos países menos desenvolvidos. Não é por acaso que tais países necessitam justificar politicamente em âmbito doméstico os gastos de CID, tendo em vista os consideráveis e persistentes desafios internos de pobreza e desenvolvimento a serem superados (SOUZA, 2014).

Na visão de Souza (2014), para além dos desafios de conceituação que a CID nos apresenta pelos novos atores, e relacionados a eles, se encontram os de mensuração da CID concedida por eles. Pois bem, a CID prestada por países em desenvolvimento é, de modo geral, muito mais difícil de se quantificar. Primeiro, tal CID não é registrada de forma coerente e comparável pelos diferentes países. Em segundo lugar, uma grande parte dela corresponde à cooperação técnica, à transferência de tecnologia, às habilidades, ou seja, ao *know how* e ao treinamento, que constituem ativos intangíveis, portanto, difíceis de exprimir em valores monetários. Por último, a cooperação técnica oferecida por diferentes países envolve especialistas que recebem salários altamente discrepantes, o que leva a vieses, na comparação de custos desta cooperação, para além de seus impactos altamente subjetivos.

Hoje nos deparamos diante de um panorama de mudanças e ajustes na agenda do desenvolvimento. Os problemas que os países em desenvolvimento enfrentam continuam sendo complexos, e a cooperação internacional está longe de ser realmente eficaz. Promover uma agenda com um enfoque integral torna-se primordial. A construção de um sistema de cooperação mais inclusivo e eficaz, com base em responsabilidades

³ Dados nos mostram que o número de pessoas vivendo com renda até US\$ 2 por dia na Índia é quase o mesmo que o da África Subsaariana (conforme dados do Banco Mundial, disponível online em: <http://data.worldbank.org/topic/poverty>). Durante a campanha dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a maior redução na pobreza mundial resultou do crescimento econômico em apenas dois países emergentes, quais sejam, Índia e China (UN, 2013).

compartilhadas, embora diferenciadas, entre todos os países envolvidos nas tarefas de desenvolvimento, leva em consideração o crescimento em direção aos países emergentes e o impacto da crise da financeira mundial dos doadores tradicionais em matéria orçamentária (PINO, 2013).

Contudo, após leituras sobre esse tema complexo, percebemos que a cooperação internacional tem um sentido mais amplo, com um significado que nos remete ao trabalho em conjunto. Significa que governos e instituições não tomam decisões e iniciativas isoladas. Cooperação internacional significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas, que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional (SATO, 2010).

2.5 Duas modalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Norte-Sul e Sul-Sul

A cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento tem sido estudada no campo das Relações Internacionais no período recente principalmente a partir de duas grandes vertentes: como reflexo de mudanças sistêmicas mais amplas; e como fator produtor de transformações na governança da cooperação internacional para o desenvolvimento. A segunda vertente é rotineiramente conectada a discussões relacionadas às diferenças, práticas e retóricas, vulgarmente assim distinguidas entre cooperação Norte-Sul e Sul-Sul. Existem também estudos sobre a atuação de países específicos, principalmente relacionados aos países considerados emergentes, na CSS, constituindo-se em contribuições que dialogam prioritariamente com estudos de política externa (FONSECA, 2014).

A literatura habitualmente vincula a CSS às discussões sobre países emergentes ou países em ascensão, como reflexo e fator produtor da redistribuição de poder no sistema internacional. A noção de CSS é utilizada de forma ampliada, abarcando coalizões políticas, relações comerciais e investimento entre países em desenvolvimento (FONSECA, 2014).

A crescente transformação do sistema internacional contemporâneo tem fortalecido o papel de potências emergentes e a importância de regiões do Sul Global. Paralelamente, a preocupação sobre a lógica de funcionamento dessas regiões tornou-se

central para o estabelecimento de parcerias estratégicas e a CSS. O Brasil tomou parte dessa transformação da distribuição de poder sistêmica e procurou, no início dos anos 2000, estreitar parcerias internacionais que colaborassem para o incremento de sua capacidade de ação e que representassem perspectivas de mudança na ordem internacional. É nesse contexto que a aproximação do Brasil em direção ao continente africano transformou-se em uma prioridade na política externa brasileira (SILVA, 2016).

A CSS não representa novidade no âmbito da cooperação internacional, uma vez que, desde o início do século XXI, ocorre uma fase de dinamização e aprofundamento da cooperação entre países em desenvolvimento. Por sua vez, faz-se necessário considerar que, quando alguns países que hoje são membros da OCDE eram elegíveis para receber aportes computáveis como a Ajuda Oficial do Desenvolvimento (AOD), outras nações em desenvolvimento, como China, Argentina, Índia, Brasil e Cuba já contavam com programas de cooperação técnica e instituições que intercambiavam conhecimentos com outros países, normalmente vizinhos fronteiriços ou Estados ideologicamente afins (PINO, 2014).

A CSS existe, portanto, há décadas, mesmo entre países mais pobres. A partir dos anos 2000, contudo, países que já foram recebedores de ajuda, tais como a China, Índia, Brasil, Venezuela, Coreia do Sul e Turquia, passaram a contribuir com volumes crescentes e expressivos em assistência ao desenvolvimento, mudando o seu papel de doador a receptor (BESHARATI; ESTEVES, 2015)

Por isso, o assunto sobre a cooperação Sul-Sul tem sido tema de interesse para muitos autores nos últimos anos, por exemplo para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “é um processo pelo qual dois ou mais países trabalham em conjunto para alcançar o desenvolvimento de capacidades por meio de intercâmbios de conhecimentos, habilidades, recursos e tecnologias” (UNDP, 2004). E para que se dê o desenvolvimento desses dois ou mais países é necessário que haja compartilhamento de capacidades especializadas e experiências exitosas entre os países, numa relação **mais horizontal, solidária e integral do que a clássica cooperação “Norte-Sul” com tendência unidirecional** (SANTOS & CERQUEIRA, 2015, grifo nosso).

A concepção de cooperação está associada à ajuda, à colaboração, ao auxílio e ao trabalho comum como execução conjunta. Todavia, dentro do contexto das relações internacionais, esse conceito perpassa esses substantivos, estando relacionado mais às questões das trocas comerciais e dos benefícios mútuos. Durante a história dos povos, a

concepção de cooperação esteve presente, sendo colocada nas mais diferentes formas com os mais diferentes atores, em variados contextos (CAU, 2011).

Para alguns autores, a cooperação é sinônimo de socialização e a veem na competição apenas como desvios especiais de certos modos sociais, ou o resultado de escassez de recursos que obriga à luta pela sobrevivência por parte do “grupo” o mesmo do indivíduo. Buarque (1982) explica que esta posição não é aceita de forma geral, para ele, a cooperação é esporádica e sempre que ocorre é orientada por razões egoístas individuais e não por um intrínseco desejo de cooperar. No contexto das relações bilaterais, uma das premissas fundamentais está ligada ao fato de “não poder haver cooperação desinteressada pelas partes” (MOURÃO, 1985).

Letícia Pinheiro (2000) nos traz uma nova abordagem. Segundo a autora:

A visão de políticos, diplomatas e analistas de relações internacionais supõe que a cooperação entre Estados implica, necessariamente, algo bom ou para o bem. Isso devido, em grande parte, ao fato de se entender por cooperação o movimento pelo qual os atores ajustam seus comportamentos às preferências de outras mediante um processo de coordenação política a fim de reduzir consequências negativas para ambos levando, portanto, a que o observador suponha que a cooperação seja sempre benéfica para as partes envolvidas. Ainda que tal suposição possa estar correta, isso não significa dizer que o fim pelo qual se coopera seja necessariamente um bem para a coletividade, ainda que possam ser percebidos deste modo pelos que trabalham para sua realização. Então, isso não significa que a cooperação seja sempre espontânea (PINHEIROS, 2000, p. 301-302).

Para Mourão (1985), a cooperação para ser válida e ter efetiva credibilidade, deve embasar num ato de vontade, firme em interesses comuns e objetivos, quer do país doador, quer do país receptor. Deve-se primar, portanto, pela objetividade de interesses cuidadosamente identificados pelos atores envolvidos na perspectiva de um mundo real e não puramente ideal.

Para Neissan Besharati (2012b), a CSS é amplamente definida como o intercâmbio de recursos, tecnologia, habilidades e conhecimentos técnicos entre os países do Sul para promover o desenvolvimento social, econômico, cultural e científico. Segundo o autor, não existe uma abordagem uniforme para a CSS, pois ela é extremamente heterogênea, e diferentes parceiros do Sul lidam com a prestação de assistência aos seus vizinhos e parceiros de maneiras muito diferentes.

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas- (ECOSOC) (2009), define a CSS como aquela que “representa uma genuína transferência de recursos do país

oferecendo programas de cooperação para as economias de países parceiros” e afirma que:

A CSS é definida para incluir doações e empréstimos concessionais (incluindo créditos às exportações) proporcionados por um país do sul a outro para financiar projetos, programas, cooperação técnica, alívios de dívida e assistência humanitária, e suas contribuições a instituições multilaterais e bancos regionais de desenvolvimento (ECOSOC, 2009, p. 11-12).

Do mesmo modo, o PNUD entende a CSS como um “amplo sistema para a colaboração entre países do Sul nos domínios, econômico, social, cultural, ambiental e técnico” (UNDP, 2007). Por último, um estudo efetuado para a ECOSOC concebe a CSS como sendo:

mais ampla e profunda que o conceito de ajuda do Norte. Não apenas cobre fluxos financeiros, tais como empréstimos e doações para projetos e programas sociais e de infraestrutura, como também cobre cooperação via compartilhamento de experiências, tecnologia e transferência de qualificações, acesso, preferencial a mercados, investimento e suporte orientado ao comércio (ECOSOC, 2009).

De acordo com Besharati e Esteves (2015), a cooperação para o desenvolvimento (seja do Norte ou do Sul) está quase sempre relacionada a outros interesses, sejam eles econômicos, políticos, estratégicos, comerciais ou diplomáticos. Enquanto a CNS foi menos direta em expressar seus múltiplos motivos, a CSS é muitas vezes mais explícita em seus objetivos estratégicos. Portanto, a CSS é, muitas vezes, realizada com um sentido de “autointeresse esclarecido” reconhecendo que prestar assistência aos vizinhos e a outros países em desenvolvimento também vai contribuir, a longo prazo, para seu próprio crescimento nacional.

Por exemplo, as contribuições para o desenvolvimento do Brasil e da Índia no norte de Moçambique, bem como a reabilitação do corredor de Nacala com a potencialização da produção agrícola através do ProSavana, a reconstrução do sistema ferroviário e do porto de águas profundas, são apresentadas não apenas como promotoras do desenvolvimento econômico de Moçambique, mas também como operações de negócios de empresas gigantes de mineração no Sul, como a Vale e Jindal Steel (BESHARATI, 2012b).

Partindo de uma perspectiva teórica dependentista, uma cooperação econômica entre países do Sul pode mudar a relação de dependência e exploração que sustentava a relação dos países do Sul com o Norte desde o colonialismo e daí conquistar uma

autonomia coletiva, baseada no sentido de *colletive self-reliance* (autossuficiência coletiva) conceito adotado em Lusaka (1970) (SANTOS, 2017).

Para João Fonseca (2014), o fato de não se problematizar noções fundamentais do que é considerado CSS, muito embora se questionem princípios como solidariedade e horizontalidade, assim como as diferenças “reais” entre a CSS e a CNS – as quais são costumeiramente associadas ao jargão “para além de retórica” -, muitas vezes tratam cooperação Norte e Sul como espaços geopolíticos homogêneos, vinculados à divisão, igualmente naturalizada, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A reciprocidade e a construção de situações de ganha-ganha existentes na CSS são muitas vezes apresentadas como fundamentos da CSS. A CSS nesse sentido, distingue-se da CNS como uma “colaboração horizontal entre iguais e de mão dupla” em vez de “relações caritativas de ajuda de mão única” (BESHARATI, 2012a).

A CSS caracterizada por uma orientação horizontal e solidária, se coloca no sentido oposto à CNS, que é baseada numa estrutura verticalizada. No CID atual, entretanto, os saberes e recursos provenientes do Norte Global ainda são muito expressivos nas iniciativas propostas que visam sanar os problemas no Norte e do Sul. Para tal, as organizações internacionais também atuam por meio de práticas e métodos dessa cooperação tradicional e dos países do Norte, haja vista a tão pronunciada “Cooperação Sul-Sul e Triangular”, expressão que recentemente tem ganhado alta projeção no âmbito da ONU e que tende a fundir as duas modalidades fazendo convergir a CSS e a CNS (da OCDE) (CAIXETA & MENEZES, 2021).

2.6 Cooperação Norte-Sul versus Cooperação Sul-Sul

Quando se fala em cooperação pautada pelo Norte, o principal aspecto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento a ser pensado é o financiamento de projetos e programas de desenvolvimento no Sul Global. Que tem aspectos pautados em: controle de qualidade de projetos, prestação de contas, estabelecimento de prioridades de linhas de atuação e, dependendo do país doador ou organismo internacional envolvido há imposição de condicionalidades. Entretanto, como podemos verificar ao longo da seção anterior, a CID sofreu mudanças importantes, porque sua ampla esfera de ações, principalmente pelos países do Norte, fora contestada a todo instante. Desse modo, apenas

doar ou emprestar a países do Sul Global se mostrou ineficiente para a promoção do desenvolvimento (PISETA, 2018).

De acordo com Fonseca (2014), a narrativa é um fator importante no desenvolvimento da CNS quanto da CSS. Para o autor, “enquanto se pode construir uma narrativa histórica precisa da CNS, não se pode fazer o mesmo em relação à CSS”. Por exemplo, embora a CSS esteja atrelada ao movimento político do Sul Global, ainda existem discussões sobre a não existência de consenso em torno da definição da CSS e suas origens têm sido objeto de disputa.

No âmbito dessas disputas, “as Nações Unidas consagraram o ano de 1949 como o marco inicial da CSS, tendo seu primeiro programa de ajuda técnica no seio do ECOSOC. Por outro lado, a Secretaria Geral Ibero-Americana e o PNUD consagram o ano de 1954, quando ações de cooperação entre países em desenvolvimento foram registradas pela primeira vez na instituição”. Para o autor, é nesses contextos de disputas que pesquisadores buscam as raízes da CSS.

Como consequência das disputas inerentes às origens da CSS, Fonseca (2014) diz que a criação de um lócus específico para o desenvolvimento da mesma abriu caminho para a manifestação particular do que seria visto como regime simbólico no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. Fonseca ainda nos alerta sobre o caráter reativo da CSS, uma vez que ela era difundida como regida pela não interferência, ao contrário da CNS que era interpretada como portadora de condicionalidades que ameaçavam a soberania de países em desenvolvimento. Dito de outra forma:

Se a CSS era apresentada como horizontal e respeitosa em relação a conteúdos locais de desenvolvimento, é porque a CNS era percebida como vertical e impositiva, ignorando as particularidades e contextos locais. Concomitantemente, a CSS é apresentada naquele momento não apenas como resultante da cooperação entre sujeitos constituídos enquanto países em desenvolvimento, mas um projeto político específico de transformação ampla da estrutura internacional. Se o caráter reativo ainda pode ser percebido em mobilizações contemporâneas do regime simbólico da CSS, seu caráter de projeto político é cada vez menos aparente (FONSECA, 2014).

Algo que se verifica ao estudar a CSS e CNS, é que a atuação dos países emergentes pode continuar condicionada às estruturas hegemônicas de poder interno e externo. Dito de outra forma, a CSS é também mediada pelas categorias de poder da cooperação internacional realizada pelos países do Norte (SANTOS, 2017).

Quanto à CNS, após passar por diversas revisões, quanto à sua eficácia e quanto à aplicação de condicionalidades, ela continua sendo um mecanismo em constante mudança. Novos contextos foram exigindo novas medidas, nesse contexto, temas como meio ambiente, gênero, segurança, migrações, entre outros, passaram a ganhar devida importância na atuação da CID. Semelhantemente, novas abordagens para erradicar a pobreza foram sendo inseridas, como o foco na capacitação dos indivíduos para gerar processos de desenvolvimento dentro dos próprios países (PISETA, 2018).

Enquanto que na CNS temos as condicionalidades expostas, na CSS a condicionalidade também existe, apesar de não muito explícita. Ela opera no campo da vinculação da cooperação a abertura de mercado no país que recebe a cooperação para produtos do país que coopera, assim como melhores condições de compra de *commodities*. Esse tipo de condicionalidade vem sendo objeto de debate na literatura da CSS que, por um lado, vê essa vinculação como violação do princípio da não condicionalidade assim como questiona em que medida essas ações contribuem para o desenvolvimento dos países que se submetem a esse tipo de cooperação. Por outro lado, há analistas que defendem que a condicionalidade deve ser relativizada porque os países de menor desenvolvimento que se engajam nesse tipo de cooperação exercem sua agência e o fazem porque também perseguem a concretização de seus interesses nacionais de desenvolvimento e que daí haveria a concorrência do princípio do interesse mútuo (SANTOS, 2017).

Não obstante, muito do que se discute sobre a dependência do Sul em relação ao Norte ainda coloca a CNS em cheque. Então nos perguntamos, seria a AOD, com os países desenvolvidos destinando 0,7% de seu PIB anual, como estabelece o ODS 17.2, efetiva? Mesmo com boas ferramentas de gestão e cumprindo com os princípios de boa governança. Qual seria então, a melhor forma de gerar desenvolvimento internacional (PISETA, 2018).

Para gerar o desenvolvimento nacional e internacional dos países menos desenvolvidos, é necessário que construam seus próprios projetos de desenvolvimento que reflitam os interesses de sua sociedade e que a cooperação recebida dos países emergentes esteja alinhada a esses projetos e ao fim e ao cabo a CSS seja um contributo para o desenvolvimento desses países (SANTOS, 2017).

Nessa senda, para melhor entendimento das diferenças entre a CSS e a CNS, faz-se necessário colocar as diferenças lado a lado para se ter maior clareza. O quadro a seguir exemplifica melhor as diferenças que vêm sendo tratadas ao longo do texto.

Quadro 2: Diferenças entre a CNS e CSS

| Divergências | CNS | CSS |
|--|--|---|
| Marco geopolítico de surgimento | Guerra Fria (1940-1950) Etapa de bipolarismo rígido | Guerra Fria (1960) Etapa de bipolarismo flexível |
| Motivação do surgimento | Disputas Leste-Oeste | Terceiro-mundista- “Consciência do Sul” |
| Definição adotada | Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (OCDE, 1969) | Sem consenso, mas prevalece a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) |
| Composição majoritária | Subvenções | Assistência Técnica |
| Atores que promovem | Países desenvolvidos do CAD/OCDE | Países em desenvolvimento, principalmente emergentes |
| Média do volume anual (2008-2016) | US\$ 86893,81 milhões de dólares ao ano | Não é mensurada em volume de dinheiro doado |
| Agenda política | Manutenção da ordem internacional | Reforma da ordem internacional e do sistema econômico mundial |

Fonte: PISETA, 2018.

Pode-se concluir que a CSS consiste num conceito que data da década de 60 e permanece válido e operante até hoje. Em larga medida, implica a noção de que países em desenvolvimento identificam determinados interesses e problemas comuns e se articulam, com o objetivo de resolvê-los. A cooperação nasce da vulnerabilidade de um grupo de países, cujas ações se encontram constrangidas por estruturas internas e externas. A fim de mitigar a distribuição assimétrica de poder e de garantir maior bem-

estar econômico e controle político e bases autônomas, esse conjunto opta pela cooperação entre si. Tal cooperação significa coordenação de políticas, a partir do reconhecimento de que, agindo isoladamente, esses Estados obteriam resultados menos satisfatórios. Associando-se, possuem melhores chances de êxito no atendimento de suas demandas auto interessadas.

Outro aspecto que merece ser mencionado diz respeito à institucionalização da CSS. Como visto, no decurso do tempo, a CSS foi se institucionalizando. Da reunião de grupo de 29 países afro-asiáticos nasceram dezenas de instituições na esteira do fortalecimento das reivindicações e da unidade dos países em desenvolvimento. Essas instituições constituíram e ainda constituem meios de superar as vulnerabilidades dos países do Sul e tornar a CSS mais efetiva (LEITE, 2011).

Todavia, importa mencionar o Documento Final de Nairóbi, que defende que CSS não pode ser vista como uma substituição da CNS e que as contribuições financeiras entre países em desenvolvimento não podem ser consideradas AOD, e que, portanto, não devem ser mensuradas como tal:

A cooperação Sul-Sul não deve ser vista como um substituto para a cooperação Norte-Sul. O reforço da cooperação Sul-Sul não deve constituir uma medida para lidar com o recuo do interesse do mundo desenvolvido em ajudar os países em desenvolvimento;
A cooperação entre os países do Sul não deve ser analisada e avaliada utilizando as mesmas normas utilizadas para as relações Norte-Sul;
As contribuições financeiras de outros países em desenvolvimento não devem ser vistas como ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) desses países para outros países do Sul. Trata-se apenas de expressões de solidariedade e cooperação decorrentes de experiências e simpatias partilhadas; (UNCTAD, 2010, p. 8).⁴

Contudo, reconhecemos que a CSS está imersa nas contradições que marcam o campo do desenvolvimento. O debate atual sobre a CSS, particularmente sobre as potências emergentes, é verificar qual papel irão desempenhar, se vão liderar o questionamento do sistema econômico existente, os regimes de poder e propor regras mais justas ou se vão seguir a tendência de se juntar aos vencedores (SANTOS, 2017).

⁴ South–South cooperation must not be seen as a replacement for North–South cooperation. Strengthening South–South cooperation must not be a measure of coping with the receding interest of the developed world in assisting developing countries; Cooperation between countries of the South must not be analysed and evaluated using the same standards as those used for North–South relations; Financial contributions from other developing countries should not be seen as official development assistance (ODA) from these countries to other countries of the South. These are merely expressions of solidarity and cooperation borne out of shared experiences and sympathies (UNCTAD, 2010, p.8).

No caso específico do nosso tema, Brasil e Moçambique estão regionalizados de forma a estar no mesmo grupo de países (Sul Global), porém dentro de grupos diferentes (semiperiferia e periferia, respectivamente). Para Moraes (2019), o fato de nosso objeto de estudo estar agrupado no Sul Global, permite-nos refletir as seguintes questões: de que maneira as relações entre ambos os países podem ou não ser relações menos desiguais do que quando se estabelece uma relação Norte-Sul; por ocuparem, dentro do “Sul, posições distintas (semiperiferia e periferia), essas relações poderiam produzir as desigualdades do que vemos nas relações Norte-Sul? Como o estudo das relações entre os dois países pode contribuir para o estudo do fenômeno sobre o Sul Global, por exemplo? E, finalmente, esse estudo pode levar a uma compreensão crítica das relações entre Brasil e Moçambique?

É por esses questionamentos e outros motivos que para avançar na reflexão sobre esse debate que, o nosso trabalho tem como objeto de estudo a CSS. Moçambique por ser um país africano, com seu histórico de guerra pela independência do colonialismo português que chegou ao fim em 1975 e logo depois se viu envolvida em uma guerra civil que durou 16 anos representa aos olhos ocidentais, um país fadado ao fracasso, a fraca receita doméstica acaba determinando o tipo de desenvolvimento a que está sujeita a população moçambicana. A trajetória de desenvolvimento de Moçambique foi traçada a partir de uma total dependência da ajuda internacional. Portanto, é nesse contexto que iremos analisar a materialidade de uma relação Sul-Sul, a partir da relação entre o Brasil e Moçambique.

2.7 Áreas de atuação do Brasil em Moçambique, sua política de cooperação Sul-Sul e suas estratégias de implementação nos governos Lula

A temática africana desperta desde sempre múltiplos interesses nas dinâmicas mundiais e no seio de organizações, quer ao nível de Estado, envolvendo atores que sempre tiveram uma vertente africana, quer na sua história, cultura, língua, economia e defesa. A cooperação técnica entre Brasil e Moçambique está amparada pelo Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em 15 de setembro de 1981 e promulgado em 09 de junho de 1984.

A maior parte dos atos bilaterais realizados durante os governos Lula deu-se a partir das visitas do presidente no continente africano, em especial em Moçambique. Essas visitas fortaleceram e deram visibilidade à aproximação entre o Brasil e a África, e Moçambique têm um papel de grande destaque nesse processo. O presidente visitou Moçambique três vezes, em novembro de 2003, outubro de 2008 e novembro de 2010. Durante o governo Lula, foram assinados 67 atos bilaterais entre Brasil e Moçambique (MORAIS, 2019). A cooperação bilateral está fundamentada na prestação brasileira de assistência técnica especializada aos vários setores em Moçambique.

A agenda da relação bilateral entre Brasil e Moçambique vai de atos bilaterais, multilaterais, a perdão de dívidas. Entre 2003 e 2010, o governo brasileiro perdoou dívidas de quatro países, sendo a maior dívida a de Moçambique (US\$ 315, 1 milhões) tanto em termos absolutos quanto proporção. O perdão das dívidas é um aspecto concreto que acaba legitimando o discurso da cooperação Sul-Sul e está presente na ação brasileira no continente africano, mas não pode ser visto como uma simples questão de solidariedade, mas sobretudo pelo seu aspecto econômico (MORAIS, 2019).

Além disso, a quantidade e amplitude de temas abarcados pelos dispositivos bilaterais e pelos programas de cooperação demonstram o papel especial que coube a Moçambique desempenhar nas relações internacionais do Brasil no período 2004-2011, assim como a aproximação brasileira ao continente africano. O empenho e a participação do Brasil em organismos multilaterais, assim como o ativo papel desempenhado pelo mesmo pela sua reforma, acabam influenciando o desenvolvimento das relações Brasil-Moçambique (MORAIS, 2019).

Explorar a profundidade da cooperação Sul-Sul do Brasil em Moçambique auxilia a compreender se o Brasil através desses acordos, conseguiu ou ao menos tinha como objetivo inicial buscar diminuir o distanciamento entre os dois países verificada no final dos anos 1970, pois o discurso oficial brasileiro traz a narrativa de reaproximação com os povos africanos. Ou seja, como afirma o moçambicano Sérgio Chichava (2017), a cooperação brasileira em Moçambique não passa de retórica, e o discurso solidário serve como pano de fundo para se confundir com os negócios das empresas brasileiras. Claro, não é ruim estar a fazer negócios, até porque auxilia no crescimento econômico dos países, Chichava diz que apenas não se pode fazer passar (essa cooperação) por algo diferente dos verdadeiros objetivos.

Evidentemente, se a presença brasileira em Moçambique no governo Lula parecia ser, inicialmente, de quebra de paradigmas e horizontalidade, e com o tempo passa a ser mais do tipo “exploratória”, isso precisa contar com a anuência de atores preponderantes da sociedade moçambicana. É importante ressaltar que o governo Lula teve uma facilidade de diálogo muito maior com o governo moçambicano do que os governos brasileiros anteriores. O que se deve, entre outros fatores, às relações entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e a FRELIMO, que começaram muito antes da ascensão do PT ao governo Brasileiro (MORAIS, 2019).

Acreditamos que Lula teve facilidade para implementar as suas políticas em Moçambique, primeiro porque a FRELIMO já tinha desenvolvido relações com indivíduos e movimentos de esquerda do Brasil já a partir dos anos 1960, tendo inclusive aberto um escritório no Rio de Janeiro, encerrado logo após o golpe militar de 1964. Quando Lula foi então eleito, Joaquim Chissano ainda era o presidente de Moçambique, lembrando que ele foi chanceler durante boa parte do governo do presidente Samora Machel, e talvez a figura mais atuante em toda a história das relações Brasil-Moçambique. O segundo motivo é a própria popularidade que o Lula tinha na África, que quando eleito, já era bastante conhecido em diversos países, fruto da articulação que foi feita em torno da disseminação internacional de sua imagem mesmo antes de eleito (MORAIS, 2019).

2.8 Acordos Brasil-Moçambique no âmbito da cooperação Sul-Sul

As relações entre o Brasil e os países africanos durante anos foram marcados por momentos de aproximação e distanciamento. Entretanto, com a chegada do presidente Lula no poder e com sua política de cooperação Sul-Sul, a diversificação de atores e a “solidariedade” para com o continente africano ditou os mandatos do presidente. As relações entre o Brasil e o continente africano, em especial, Moçambique, ganharam novos contornos, dos quais podem verificar-se na assinatura de diversos acordos de cooperação em seus mandatos.

Na presente seção, iremos discorrer sobre os acordos feitos durante o mandato do presidente Lula, verificaremos quais foram os objetivos iniciais dos projetos e se os mesmos foram implementados, e analisaremos o alcance e o impacto para Moçambique. Analisar criticamente os acordos no âmbito da cooperação Sul-Sul, nos permite pensar as potencialidades, fragilidades, alcances individuais/coletivos que podem advir dessa

cooperação. E recuperar a nossa hipótese sobre o jogo de poder inerente às relações internacionais há que nossos atores ficam expostos.

2.8.1 Saúde, Tecnologia e Educação

O setor mais contemplado entre os projetos bilaterais executados entre Brasil e Moçambique no período 2003 e 2010 foi na área de saúde, com grande destaque para projetos relacionados ao combate ao HIV/SIDA (MORAIS, 2019). Nesta senda, profissionais da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz) realizaram entre 2006 e 2010, seis missões de trabalho em Moçambique. Adicionalmente, técnicos do Instituto Nacional de Saúde (INS) realizaram, no mesmo período, quatro missões de trabalho na FIOCRUZ (CAU, 2011).

O principal projeto oriundo da cooperação bilateral entre Brasil e Moçambique na área da saúde foi a construção da fábrica que produz medicamentos antirretrovirais. O primeiro e único escritório da FIOCRUZ fora do Brasil está situado na capital Maputo, implantada em 2008, o que demonstra a prioridade dada a este país na agenda das relações exteriores do Brasil no campo da saúde. Tornando-se assim, a primeira fábrica pública de produção de tais medicamentos em todo o continente africano (MORAIS, 2019).

A construção da fábrica de antirretrovirais tem sido o elemento mais destacado da cooperação no âmbito da saúde entre os dois países, quer devido ao valor desembolsado, quer sobretudo à filosofia de fundo que animou a iniciativa, fármacos gratuitos para todos os doentes de SIDA/AIDS, num país onde esta doença é a primeira causa de morte entre os adultos e onde mais de 13% da população total resulta infetada por esta pandemia (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

Sabe-se que as epidemias causam maiores danos em países com um nível de desenvolvimento baixo. Sem uma indústria farmacêutica capaz de satisfazer a demanda interna para combater as diversas epidemias ou em certos casos erradicá-las, como é o caso da poliomielite, lepra, malária, covid-19 e outras. Moçambique tem se beneficiado da ajuda da Organização Mundial de Saúde, porém, uma cooperação *sui generis* é de grande importância e é a que vem sendo estabelecida entre o Brasil e Moçambique no combate e no monitoramento da AIDS. Pela primeira vez ocorre a transferência de tecnologia para a fabricação de antirretrovirais para um país pobre com índice elevado de soroprevalência. A fábrica já se encontra licenciada pelo MIC (Ministério da Indústria e

Comércio) e o MISAU (Ministério da Saúde) liberado para produzir soros, antirretrovirais e outros medicamentos (CAU, 2011).

Muitos dos projetos de cooperação técnica internacional não incluem de fato a pauta da transferência tecnológica. Por este motivo, desperta a atenção o projeto da fábrica de medicamentos antirretrovirais, parece uma tentativa de realizar de maneira efetiva esta transferência, em uma área de saúde que ocupa o centro das ações sociais na África, o controle do HIV/SIDA (MORAIS, 2019).

Em 2003, iniciou-se a parceria para o controle do HIV, durante a primeira visita do presidente Lula a Moçambique. Entre 2005 e 2007, foi elaborado o estudo da viabilidade técnico-econômica, a cargo da representação brasileira. Em 2008, oficializou-se a aquisição do espaço físico para a construção da fábrica, durante a segunda visita do presidente Lula. Em 2010, ocorreu a chegada da primeira máquina emblistadeira e sua inauguração, durante a terceira visita do presidente Lula. A previsão inicial era a de que a fábrica fosse inaugurada no final de 2010, durante a terceira e última visita de Lula a Moçambique. Entretanto, faltou dinheiro da contrapartida de Moçambique, e o valor de 4,5 milhões de dólares foi doado pela Vale do Rio Doce, que causou uma confusão entre cooperação e interesses econômicos (MORAIS, 2019).

Ainda na sequência da inauguração, previa-se também que a produção da fábrica seria iniciada no final de 2012, com a embalagem de medicamentos que chegariam a granel do Brasil, e a produção propriamente dita dos medicamentos em Moçambique se daria apenas a partir de 2014. Com o atraso na conclusão do projeto, o início da embalagem dos medicamentos vindos do Brasil se deu a partir do início de 2013 (MORAIS, 2019).

Contudo, a fábrica foi finalmente inaugurada em 21 de julho de 2012, com a presença do Vice-Presidente brasileiro Michel Temer e da governadora da cidade de Maputo, não havendo qualquer representação oficial de alto nível por parte do governo moçambicano, denominada Sociedade Moçambicana de Medicamentos S.A, ligada a Instituto de Gestão de Empresas e Participação do Estado (órgão estatal responsável pelos processos de privatização em Moçambique) (MORAIS, 2019).

De forma geral, apesar da demora em todo o processo até a inauguração, os envolvidos neste projeto pela parte brasileira consideravam que a implantação desta fábrica, com a conclusão de todo o cronograma, quando Moçambique já teria de fato recebido a transferência tecnológica de produção dos medicamentos, todos eles genéricos,

representaria uma ação absolutamente inovadora no que concerne à CSS, em nível mundial, uma vez que esse projeto parecia promover Moçambique de mais *autonomia* em uma questão primordial, que é o controle do HIV/SIDA (MORAIS, 2019).

Quanto a ciência, as bolsas de estudo em pós-graduação, em abril de 2009, no âmbito da visita a Moçambique do Professor José Monserrat Filho, na época integrante do departamento de Cooperação Internacional do Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil, as partes tornam em consideração a ideia de se converter algumas das cinquenta bolsas oferecidas anualmente em passagens aéreas, na medida em que os estudantes selecionados não conseguiam seguir para o Brasil por falta de recursos financeiros para custear a compra de bilhete. Todavia, durante o seminário de avaliação de cooperação bilateral, foi discutida a possibilidade de envolvimento do sector privado/empresarial no financiamento das passagens aéreas (CAU, 2011).

A cooperação na área de educação, para além de ofertar bolsas de estudos, ela possibilita assistência na área de educação para gestores. Em 2009, criou-se um polo de Ensino a Distância na Universidade Pedagógica em parceria com quatro universidades do Brasil com experiência consolidada na área de Educação a Distância (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Goiás). Essas universidades fazem parte de um consórcio de 81 universidades, membros da Universidade Aberta do Brasil, com as quais se pretendia fazer intercâmbio com a Universidade Pedagógica de Moçambique (CAU, 2011).

A FIOCRUZ mantém também projetos educacionais em Moçambique, como o mestrado e o doutorado em Ciências Biomédicas, com aulas ministradas por pesquisadores brasileiros e moçambicanos, em uma parceria entre o INS e a FIOCRUZ, Universidade Eduardo Mondlane e o Instituto de Medicina e Higiene Tropical da Universidade Nova Lisboa. Com o apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), os moçambicanos que estudam no Brasil recebem bolsas de estudos para se manter no país (MORAIS, 2019).

2.8.2 Agricultura

A agricultura, o segundo setor mais contemplado pela cooperação técnica brasileira envolvendo Moçambique entre 2003 e 2010, teve apenas dois projetos de

cooperação bilateral. A maioria dos projetos existentes são trilaterais ou fizeram parte de projetos que envolveram o Brasil e diversos países africanos simultaneamente (MORAIS, 2019).

De acordo com Milani e Duarte (2015), devido ao baixo orçamento da CID brasileira, uma alternativa frequentemente utilizada é a cooperação trilateral, em que o Brasil se associa com um doador para cooperar com um terceiro país. Em tais projetos de cooperação triangular, é frequente que o Brasil entre com grande parte do capital humano e técnico, e que o país doador financie parte considerável do programa, embora ambos os países sejam responsáveis por parte do capital, tecnologia e pessoal. Esse modelo de cooperação tem a vantagem de mitigar o problema orçamentário da cooperação brasileira, o que permite sua ampliação, mas também pode gerar contradições no discurso brasileiro, uma vez que os objetivos e práticas dos países envolvidos serão frequentemente distintos.

Dentre os projetos existentes na CSS entre Brasil e Moçambique, a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura na Savana Tropical em Moçambique (PROSAVANA) se destaca. O ProSavana é voltado para a agricultura e foi realizado em parceria com Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Moçambique possui quase 800 mil quilômetros quadrados e, destes, 35,9 milhões de hectares de terra agricultável, sendo que 75% da população mora no campo, a agricultura no continente africano, assim como em Moçambique é um elemento chave, pois emprega 80% da população e é responsável por 24% do PIB. A origem do ProSavana remete a um antigo programa de cooperação entre o Brasil e o Japão, o Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados), criado nos anos 1970 e que obteve sucesso no desenvolvimento do cerrado brasileiro. Essa experiência resultou na criação do ProSavana, Instituto de Relações Internacionais, tudo a partir da demanda oficial de Moçambique (PEIXOTO, 2019).

O ProSavana-JBM é uma iniciativa trinacional criada em 2009 que envolve Moçambique, Japão e Brasil, executada no âmbito do Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP), tendo como objetivo transformar uma região produtora de alimentos a região conhecida como Corredor de Nacala, que se estende desde o Porto de Nacala, no índico, rumo a oeste e chega à Lichinga no extremo noroeste do Continente. O Programa tem como conceito a promoção de desenvolvimento agrícola regional em Moçambique a

partir da tecnologia desenvolvida e acumulada pelo Brasil durante a implantação do PRODECER e projetos e programas relacionados (JICA, 2022).

O projeto ProSavana destaca-se quer pelos valores financeiros envolvidos, quer pelo potencial impacto social. A filosofia do projeto assentava na exportação, para Moçambique, sucessos da agricultura tropical brasileira, e conseqüentemente a transferência tecnológica para um território de cerca de 14 milhões de hectares ao longo do Corredor de Nacala (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

O ProSavana se constituiu como um programa de cooperação trilateral e seu objetivo era incentivar a produção e produtividade agrícola através do aumento da capacidade de criação e transferência de tecnologias, o planejamento e desenvolvimento e os investimentos para o Corredor de Nacala. Esse programa é composto por 3 projetos derivados, o ProSavana PI (Projeto de Investigação), o ProSavana PD (Plano Diretor) e o ProSavana PEM (Projeto de Extensão e Modelos) (PEIXOTO, 2019).

De forma resumida, o ProSavana PI engloba a capacitação local em tecnologia, recursos humanos e infraestrutura, precedendo e tendo prioridade em relação aos plantios rurais através de atividades de extensão, que por sua vez compõem o objetivo do ProSavana PEM. O ProSavana PD diz respeito ao estudo e planejamento central do ProSavana, o que envolve a formulação de relatórios com pesquisas acerca de objetivos, custos, credibilidade e planos de ação de variados componentes do ProSavana, como a implantação de aglomerados agrícolas dos Projetos de Rápido Impacto (MORAIS, 2019).

Devido a diversos fatores, entre eles constrangimentos de ordem econômica, como a forte queda do preço das *commodities*, o ProSavana tinha seu cronograma de implantação bastante atrasado, e pouco saiu do papel (MORAIS, 2019). Em 2020, o governo moçambicano anunciou o fim do ProSavana. Segundo Silva (2020) camponeses congratulam-se com a decisão, mas há quem desconfie. Esse projeto foi alvo de muitas contestações da sociedade civil por, segundo eles, não se adequar aos anseios dos camponeses (MORAIS, 2019).

O ProSavana fez surgir o primeiro caso de oposição à cooperação brasileira. A atuação brasileira em Moçambique já havia sido colocada em xeque em outras ocasiões devido à atuação de empresas privadas, sobretudo a Vale, mas nunca antes um projeto do governo esteve no olho do furacão. Em 2 de junho de 2014 foi lançada a campanha “Não ao ProSavana”, através de organizações de camponeses das províncias visadas pelo programa. Os camponeses alegavam que o programa já estava sendo executado em

Nampula sem que os camponeses tivessem qualquer informação sobre o projeto (MORAIS, 2019).

O ProSavana recebeu muitas críticas, essencialmente por parte da União Nacional dos Camponeses (UNAC), da ONG Justiça Ambiental, do Fórum Mulher, que vieram a compor o Movimento Não ao ProSavana, reunindo várias associações locais. A principal crítica ao programa foi pela abordagem *top-down*, pela falta de envolvimento dos supostos beneficiários, pelo receio de usurpação de terras e pelo risco de danos ambientais que poderia provocar. Outro fato deveu-se pelo incentivo à monocultura e o agronegócio, isso foi alvo das principais críticas das organizações da sociedade civil. Essas críticas levariam a sociedade civil a apoiar a retirada do investimento japonês e tais críticas estiveram na origem da suspensão do ProSavana (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

Para o autor Jean Morais (2019), um obstáculo que levaria o ProSavana a ruína seria pelo fato da não divulgação da forma através da qual seriam aferidos os resultados. Para além disso, problemas de financiamento e a mobilização que existia contra o ProSavana fizeram com que não se soubesse se o Plano Diretor e as diferentes fases do projeto seriam de fato seguidos. O que se sabe, contudo, é que nenhuma delas cumpriu seu cronograma inicial.

Antes mesmo da primeira campanha pública lançada contra o programa, movimentos sociais moçambicanos publicaram a “Carta aberta para debater e refletir de forma urgente o Programa ProSavana”, dirigida na época ao presidente de Moçambique, Armando Guebuza e a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e ao primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, em 28 de maio de 2013. Essa carta esteve apoiada por diversos especialistas de Moçambique, assim como do Brasil e Japão, movimentos sociais dos três países, como por exemplo, o Movimento dos Sem Terra (MST), e entidades de mobilização camponesa internacional como a Via Campesina (MORAIS, 2019).

A ABC afirma que as críticas ao programa são oriundas de falhas de comunicação. O diálogo com organizações e movimentos sociais em Moçambique evidencia que talvez o problema seja mais grave. De acordo com o que afirmaram diversos movimentos sociais e especialistas dos três países envolvidos, o Brasil poderia estar a exportar para a savana moçambicana seus históricos conflitos entre o modelo de monoculturas em larga escala do agronegócio voltadas para exportação e o sistema de produção de alimentos de base familiar e camponesa, procurando colocar em prática a tese da convivência possível e

harmônica entre sistema de produção do grande agronegócio e da agricultura familiar camponesa, que no Brasil é fonte de intensas disputas (MORAIS, 2019).

Acreditamos que o ProSavana não deu certo, pois além da falta de comunicação entre o programa e a sociedade moçambicana, o real intuito do programa não deu certo, que após leituras, cremos que o ProSavana queria como objetivo principal investir e fazer a comercialização dos produtos que seriam cultivados, e não a iniciativa de cooperação e promoção de maior autonomia na produção agrícola, a fim de levar a uma maior participação no comércio internacional, como nos foi apresentado oficialmente. Considerando a magnitude do investimento inicial, pode-se considerar que o projeto quase não saiu do papel por conta de tantos problemas no decorrer do programa.

A questão do ProSavana pode servir para pensar no fato de que os países do Sul muitas vezes articulam um forte discurso identitário da CSS como uma cooperação autônoma, desvinculada dos valores da CNS e forjada em princípios de solidariedade e benefício mútuo, entretanto, as discussões mais recentes de analistas veem apontando para práticas da CSS de países emergentes mediadas por interesses econômicos e condicionalidades (SANTOS, 2017).

Para o economista João Mosca, diretor-executivo do Observatório do Meio Rural (OMR), as pessoas devem ser vigilantes, pois este cancelamento pode ser uma forma de desviar as atenções. Uma vez que, o Japão continua a investir no corredor de Nacala, nas infraestruturas e outras atividades, o que significa que aquele espaço continua a ser um objetivo do Japão (SILVA, 2020). De todo caso, há que se prestar atenção sobre o que se tem feito nesses projetos e, não se calar ao ver injustiças sendo cometidas.

2.8.3 Defesa e Segurança

O setor de cooperação em defesa é dos setores em que se identifica uma grande pluralidade de acordos operando, tanto de forma complementar quanto competitiva no contexto moçambicano. No que diz respeito aos países emergentes, são vários os países operando em Moçambique, dentre eles: China, Índia, Brasil e outros. Com relação ao Brasil, a proposta de criação de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1986, foi uma das primeiras iniciativas que aproximou o Brasil dos países africanos no campo da defesa (MARCONDES, 2019).

Apesar de Moçambique não estar localizado na costa do Atlântico Sul, área prioritária para a política externa e de defesa do Brasil, a proximidade linguística, a participação conjunta na CPLP e a proximidade com a África do Sul, parceiro importante para o Brasil, significam que a interação entre Brasil e Moçambique no campo de cooperação em defesa também se intensificou nos últimos 10 anos (MARCONDES, 2019).

A opção do governo brasileiro em aumentar as relações com os países do Sul Global a partir de 2003 teve impacto no campo de defesa. O primeiro mandato do presidente Lula coincidiu com a abertura de uma série de adidências militares residentes no continente africano, em Maputo (2004). A cooperação em defesa Brasil-África foi intensificada pela realização de duas viagens ao continente africano pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, no primeiro semestre de 2009, incluindo visitas a Moçambique e outros países (MARCONDES, 2019).

Mas o crescimento do setor de defesa em Moçambique também se deu a partir do enquadramento estratégico do governo moçambicano, cuja tendência foi um restringimento da esfera pública e do debate político, e uma aposta cada vez maior em mecanismo de controlo e, quando necessário, repressão dos movimentos sociais e das oposições políticas. Quando começaram os confrontos militares com a Renamo, a defesa assumiu uma centralidade que há muito tempo tinha perdido. O maior escândalo do país, o da dívida pública oculta (cerca de dois mil milhões de dólares) tem as suas raízes na pretensão de adquirir navios para patrulhar as costas moçambicanas, medida necessária devido a vários episódios de pirataria, que estavam ameaçando os grandes investimentos ao longo do Canal de Moçambique e que protagonizaram sequestros de vários navios (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

Foi nesse contexto que houve novas necessidades de desenvolver o setor da defesa nos seus vários âmbitos, tais como formação de quadros e capacitação de pessoal especializado, além de fornecimento de material bélico. E foi nesse período que o Brasil foi escolhido como um dos parceiros fundamentais para capacitar quadros militares moçambicanos. A política africana do presidente Lula favoreceu esta opção estratégica do governo moçambicano mediante medidas concretas (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

Para o Brasil, Moçambique também é um parceiro importante no âmbito da defesa pelo fato de Maputo ser a sede do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP).

Em fevereiro de 2019, um oficial da marinha do Brasil assumiu a posição de diretor do CAE/CPLP, para um mandato de três anos, o que significa a importância do acompanhamento do CAE por parte das autoridades brasileiras, permitindo também um maior contato com as autoridades de Moçambique (MARCONDES, 2019).

Moçambique surge como um dos países do continente africano que, no período de 2003-2010, assinou acordos de cooperação no setor da defesa com o Brasil, nomeadamente: em março de 2009 foi assinado o primeiro acordo de cooperação bilateral na defesa entre os dois países; em 2014 aconteceu um encontro em Maputo com o ministro de Defesa de Moçambique, tendo sido acordado sobre a formação com vista à manutenção de paz, exercitações militares conjuntas, formação de pilotos militares no Brasil, participação de instrutores brasileiros junto de Instituto Superior de Defesa (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

Portanto, o setor da defesa representa um dos mais sensíveis e menos conhecidos em qualquer país do mundo. Nos Estados onde a democracia é incipiente, como na maioria dos Estados africanos, incluindo desse modo Moçambique, esta regra é ainda mais válida, sobretudo se o risco de um retorno à guerra civil for significativo. Entretanto, sabemos que este risco não é o único que faz com que um investimento no setor da defesa seja cada vez mais profunda na aproximação com os parceiros que dizem respeito a este setor pois, irão constituir elementos estratégicos da política nacional (BUSSOTTI & MACAMO, 2018).

A cooperação no âmbito da segurança no domínio da Segurança Pública desenvolve-se no seguinte contexto: cooperação técnica, educacional, científica e cultural; combate à produção, consumo e tráfico ilícitos de entorpecentes, substâncias psicotrópicas e sobre o combate às atividades de lavagem de ativos e outras transações financeiras fraudulentas. Neste sentido, Moçambique e Brasil realizam anualmente reuniões de Comissões Mistas no âmbito do combate ao tráfico de drogas. Os resultados dessas comissões têm-se revelado positivas, pois ano após ano, o número de casos de tráfico de drogas no eixo São Paulo-Maputo tem reduzido. Como instrumento complementar para uma maior eficácia na cooperação entre os dois países neste âmbito, foram concluídas, em novembro de 2006, negociações sobre o Acordo de Extradicação e sobre o Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas (CAU, 2011).

2.8.4 Comércio e Recursos Minerais

As ações de aproximação econômica entre Brasil e Moçambique empreendidas durante o governo Lula vão se manifestar de maneira mais perceptível na esfera comercial, sobretudo a partir dos últimos anos desse governo, com significativo crescimento na exportação de materiais de transporte brasileiro a partir de 2009. Quanto à importação de produtos moçambicanos, há um grande aumento a partir do primeiro ano do governo Dilma Rousseff, em 2011, fortemente puxada pelo carvão mineral da jazida explorada pela Vale em Moatize (MORAIS, 2019).

Para Hilário Cau (2011), as trocas comerciais entre Moçambique e Brasil no período 2004-2008 mostram um crescimento contínuo das importações provenientes do Brasil. As exportações moçambicanas para o Brasil têm sido relativamente fracas e inconstantes, havendo mesmo anos em que Moçambique aparentemente não chegou a realizar quaisquer exportações para o Brasil. Ainda assim, durante cinco anos de intercâmbio comercial, ocorreu uma evolução paulatina, atingindo expressivo volume em 2008 devido aos esforços do governo e empresariado brasileiro e moçambicano.

Em se tratando da cooperação no setor comercial, ela não é apenas atrelada às indústrias que estão marcando presença econômica no mercado de consumo de Moçambique. Moçambique é rico em minerais de carvão, areias pesadas, gás, petróleo e, infelizmente, mal servido quanto as infraestruturas, as redes da cidade são ainda muito frágeis. Moçambique, assim como a maior parte da África subsaariana tem se tornado um paraíso para as construtoras brasileiras. Seja dito de passagem, estas empresas estão presentes na África Subsaariana desde o começo dos anos 1970, quando eram uma condição de ponta-de-lança econômica da diplomacia terceiro-mundista do regime militar, abandonada depois pelos governos civis e que retomou no governo Lula (CAU, 2011).

Sabe-se que as companhias brasileiras sempre optaram por investir nos mercados bem mais consolidados das Américas e da Europa, entretanto, mudaram o seu foco para a África e mais recentemente na afluyente China. Isso deve-se para o autor Cau (2011), pela vontade que reina no seio dos tomadores de decisão, qual seja a vontade do Brasil de, através do intercâmbio comercial crescente com a África, partir da geopolítica africana com as potências mundiais e marcar uma nova política externa ativa dentro do cenário mundial.

Quanto aos recursos minerais, em 2004 foram assinados acordos de princípios e pesquisas entre o Ministério dos Recursos Minerais e Energia e a Companhia Vale do Rio Doce como resultado da concessão das minas de carvão de Moatize ganha pela Vale do Rio Doce Moçambique. O projeto, teve como investimento estimado em US\$ 1, 26 bilhões e previa a produção de 8,6 milhões de toneladas de carvão de coque e 2,1 milhões de toneladas de carvão queima por ano e a implementação de uma central térmica de 1.500MW. O projeto prometia 4.500 postos de trabalho na fase de desenvolvimento e 856 na fase operacional. A Vale realizou igualmente trabalhos de prospecção e pesquisa de carvão nas bacias carboníferas de outras províncias de Moçambique (CAU, 2011). Cabe salientar que a Vale do Rio Doce também desempenhava um papel de responsabilidade social na Província de Tete. O investimento da Vale em Moçambique gerou forte crescimento na importação brasileira de carvão mineral, principalmente a partir do primeiro ano do governo da Dilma Rousseff, que disparou a partir de 2017 (MORAIS, 2019).

2.8.5 Energia

A cooperação no âmbito de energia registrou um crescimento assinalável nos últimos anos com a participação de empresas brasileiras em projetos de investimento de grande escala, bem como no domínio dos biocombustíveis em Moçambique. Temos como exemplo o projeto Hidroelétrico de Mphanda Nkua, o qual prevê a instalação de uma capacidade de produção de 1.500 MW de energia, assegurando o aumento da disponibilidade de energia elétrica para as necessidades presentes e futuras, incluindo a dinamização de empreendimentos de uso intensivo de energia. Os progressos registrados até então nas negociações em curso entre o governo e o consórcio formado pela Camargo Correa, Eletricidade de Moçambique (EDM) e Energia Capital, relativo aos termos e condições de implementação do projeto, permitem ao investidor contatar as instituições financeiras e o potencial mercado consumidor de Energia, além de negociar um quadro de benefícios fiscais e tributários (CAU, 2011).

A Companhia Vale do Rio Doce também tem seus empreendimentos no ramo da Energia, liderando o projeto da Central de Termoelétrica de Moatize, ainda no âmbito desse projeto, foram desenvolvidos concursos para fornecimento de equipamento e

seleção do empreiteiro, assim como a negociação de compra e venda de energia entre a EDM e o consórcio (CAU, 2011).

Através destes avanços registrados na área de cooperação em energia, torna-se crucial assegurar as condições necessárias para a materialização da Linha de Transporte de Energia Elétrica Tete-Maputo, pois sem eletrificação do país não se pode falar em desenvolvimento. É nesta senda que Moçambique, através do Ministério de Indústria e Comércio, endereçou um pedido formal ao governo brasileiro para o financiamento da Linha de Transporte de Energia Elétrica Tete-Maputo. É de referir que a operacionalização da linha é determinante na viabilização dos projetos de geração de energia em Moçambique, com destaque para o projeto Hidroelétrico de Mphanda Nkuwa e a Central Termoelétrica de Moatize, que contam com o envolvimento das empresas brasileiras Camargo e Correia e a Vale do Rio Doce, respectivamente (CAU, 2011).

Com esses projetos, a expectativa é que essas experiências positivas em torno da cooperação na área de energia possam aumentar a disponibilidade de energia para a necessidade de Moçambique, e levem os investidores brasileiros a se interessar em desenvolver projetos industriais de uso intensivo de eletricidade. Como aconteceu em 2005, em que Moçambique renovou o pedido à ELETROBÁS para a cooperação nas áreas de operação e manutenção de empreendimentos hidroelétricos, ou seja, para a capacitação e transferência de conhecimento (CAU, 2011).

2.8.6 Investimento Direto

Conforme mencionado na introdução, os estímulos estatais existentes nos mandatos do governo Lula, possibilitavam que empréstimos ao BNDES financiassem projetos no exterior e perdoassem dívidas que impedissem países, como por exemplo, Moçambique, contraíssem novos empréstimos (MORAIS, 2019). Em seu artigo, Karen (2019) trabalha a questão da política regional e projeção de interesses privados na América do Sul nos governos Lula, algo que pode ser aplicado a essa pesquisa, se observado que a estratégia de aproximação política do Brasil para com os países sul-americanos, se assemelha à usada no continente africano: “o governo brasileiro intensificou suas relações diplomáticas bilaterais com todos os países da região”, tendo como objetivo posterior, a implantação de empresas estatais nesses países sob a “orientação Sul-Sul”.

Entretanto, o que temos vistos de fato, é o crescente intercâmbio entre os setores empresariais dos dois países, cabendo destacar o estabelecimento da Câmara de Comércio Moçambique-Brasil, e das Câmaras de Comércio Brasil-Moçambique em Minas Gerais e Rio de Janeiro, que têm levado a cabo os esforços de promoção de negócios nos países junto de outras instituições públicas e privadas. Esses esforços culminaram com a materialização de grandes investimentos em Moçambique, beneficiando deste modo, a larga e reconhecida experiência empresarial e tecnológica brasileira (CAU, 2011).

Em termos quantitativos, o investimento direto do Brasil entre 1990 e 2007, alcançou os US\$ 174.218.033, distribuídos pelos setores de construção, rádio e televisão, indústria metalúrgica, turismo, transporte e comunicações. Sobre estas atividades setoriais, percebe-se que se centram em acordos entre os dois Estados, contando com menor participação do setor privado. O desconhecimento, assim como a falta de incentivos por parte do empresariado brasileiro constitui um entrave para a cooperação com a maioria dos Estados africanos. As empresas brasileiras receiam investir em África devido à falta de vias de comunicação e de mão-de-obra qualificada, além do baixo nível de demanda do mercado (CAU, 2011).

Devido a elevados custos de operações econômicas na região, demoras burocráticas, grave falta de pessoal qualificado e instituições públicas com pouca capacidade, a África Subsaariana não é lugar mais desejado para os investidores internacionais (MORAIS, 2019)

Ainda que conforme Almeida e Kraychete (2013) inexista uma política pública voltada para a internacionalização como estratégia de crescimento para as empresas brasileiras na África especialmente, é possível salientar a existência, de acordo com as autoras, de duas ações governamentais importantes que colaboram para esse fenômeno, sendo elas a abertura de linhas de créditos, por meio do BNDES para a exportação de bens e serviços brasileiros para obter obras de infraestruturas, e uma diplomacia presidencial atuante, com intensa participação do empresariado e troca de informações comerciais, estimulada também pela participação da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento (APEX).

Neste sentido, o BNDES desempenha um papel muito importante na medida que a criação de linhas de créditos possibilita a internacionalização das empresas brasileiras, projetando o Brasil na política internacional e lucrando através dessa atuação “solidária”, se pensado sob o viés Sul-Sul (HONÓRIO, 2019).

Várias empresas, como a Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, OAS, dentro outras, já contavam com o apoio estatal desde muito tempo, uma vez que via de regra seus negócios como empresas familiares de engenharia e construção que se beneficiam, principalmente, dos grandes investimentos governamentais em obras de infraestrutura no Brasil a partir dos anos 1950, sobretudo durante os governos militares, gerando deste modo, as atuais grandes empresas do setor, sendo que algumas, como a Odebrecht, foram contratadas para atuar em países como Iraque e Angola nos anos 1970, e as demais também diversificaram suas atividades atuando no setor da construção civil na América Latina, EUA, Portugal, Oriente Médio e África. Destaca-se também que algumas grandes empresas estatais foram privatizadas e posteriormente expandiram sua atuação adquirindo ativos no exterior, como foi o caso da Vale e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (MORAIS, 2019).

No caso moçambicano, diversas empresas brasileiras estão presentes em setores como a mineração, isso inclui o grande e o maior investimento de uma empresa brasileira na África, ou seja, o investimento na mina de carvão mineral de Moatize, explorada pela Vale e no setor de construção civil. A maior parte desses investimentos foram estudados e negociados ao longo do governo Lula, concretizando-se principalmente ao final desse governo e no período posterior (MORAIS, 2019).

Em contrapartida, a crescente presença dos chineses no continente, em especial em Moçambique, só aumenta. Pois as suas companhias multinacionais possuem um suporte político forte e recebem apoio financeiro do Estado. Portanto, as empresas chinesas diferem do padrão comum das multinacionais de outros países, principalmente no que concerne às economias de mercado mais tradicionais. Nessa senda, a evolução da cooperação econômica entre Moçambique e Brasil depende, sem dúvida, dos líderes brasileiros, bem como do governo moçambicano (CAU, 2011).

2.9 Cooperação Sul-Sul a partir da experiência de Moçambique

O estudo das Relações Internacionais do continente africano foi sempre marcado pela abordagem que enfatiza as relações das grandes potências (especialmente ex-metrópoles) com as jovens nações africanas. Tal perspectiva ressalta não apenas uma assimetria estrutural, mas também desqualifica as ações internacionais dos países do continente. São encarados como "pólos passivos" e carentes de relações recíprocas.

Entretanto, Igor Silva, nos mostra que existe uma diplomacia muito ativa dos países africanos. E há fortes relações entre eles, caracterizando a existência de um sistema interafricano de relações internacionais (SILVA, 2016).

Em toda a África Austral, a ocupação colonial desde o século XV levou a encontros cooperativos e conflitivos entre forças coloniais e grupos locais. A chegada dos primeiros europeus (português, no final do século XV) incidiu processos completamente diferenciados, vinculados ao desenvolvimento do capitalismo, o que elevou a intensidade dos conflitos preexistentes na região a outro patamar.⁵ Tratava-se, conforme Immanuel Wallerstein, dos primeiros estágios de integração da região à economia capitalista, que iria gradualmente tender à “assimilação periférica” (que incluiria a dominação e a transformação de estruturas políticas para “facilitar uma circulação relativamente fluida dos fatores de produção no interior da economia-mundo” (WALLERSTEIN, 2010).

O fim da Guerra Fria marca um momento muito importante para as Relações Internacionais, com o seu impacto, os Estados passam por um processo de descobertas acerca de novas possibilidades em um cenário internacional em profunda transformação. O fim do conflito Leste-Oeste acaba revelando o fosso existente entre o Norte e Sul, sendo que muitos acreditavam que o mundo assistiria à eclosão de um unilateralismo definitivo. Não obstante, o desenrolar da década de 1990 traz intensas mudanças no cenário global, e muitos países gradualmente procuram diversificar suas relações (MORAIS, 2019).

O influxo das dinâmicas da Guerra Fria foi sentido não só nas relações internacionais, mas também em todo o continente africano. Os EUA e a URSS observam uma oportunidade no ambiente regional dos Estados africanos. Os EUA passaram a adotar uma postura mais incisiva até o final da Guerra Fria, as independências africanas traziam o desafio de que os novos países se mantivessem na esfera de influência ocidental. Assim, apesar de exaltar a tradição anticolonial, os EUA eram aliados tradicionais das potências europeias e grandes mantenedores do *status quo*. O anticolonialismo dos africanos era, além de um princípio comum, uma força imprevisível que poderia causar danos aos interesses ocidentais, dentro do grande jogo Leste-Oeste. A URSS, por outro

⁵ Afirma-se, mediante fontes europeias e africanas que, quando da chegada dos primeiros viajantes europeus, a África Austral vivia um momento de intensos choques entre povos e unidades políticas locais. Esse momento teve sua origem muito antes da invasão colonial e se estendeu até os primeiros decênios do século XIX, quando já com a presença extensiva de colonos portugueses, holandeses e inglês, conflitos entre povos africanos permaneceram acontecendo e moldando as dinâmicas da região. Para uma discussão da historiografia da África pré-colonial, ver Ki-Zerbo (2010), Macedo (2008), Vansina (2010^a) e Ngcongco e Vansina (2010).

lado, via na África Subsaariana oportunidades e interesses geopolíticos na concorrência com os EUA, tendo como base uma política reativa. Para eles, a descolonização trazia oportunidades para a expansão de sua esfera de influência para novas regiões, especialmente onde surgiam fortes movimentos anti-imperialistas, ideologia que fundamentava a sua abordagem em direção ao continente (SILVA, 2016).

Entretanto, o surgimento de uma nova (des) ordem global (VIZENTINI, 2004) em fins da Guerra Fria era um fator fundamental que incentivou a formação de uma ordem de cunho prioritariamente liberal na África Austral. A ordem global nascente foi fundamentada em quatro pilares, a saber: o primeiro era a valorização da soberania jurídica dos Estados, mesmo os menos capazes, mas com a crescente tendência de aceitação à ingerência externa na defesa de direitos humanos; no âmbito econômico, a ordem adotava o neoliberalismo e a abertura aos fluxos de comércio e capitais como parte da dita irreversível globalização; no pilar social, a prioridade dos direitos sociais econômicos, que havia embasado os Estados de bem-estar europeus, bem como programas sociais nos EUA, regimes socialistas no Leste e Estados desenvolvimentistas no terceiro mundo, foi substituída gradualmente pela prioridade dos direitos liberais civis e políticos que emergiram na terceira onda de democratização; e na esfera de segurança, buscava superar os conceitos realistas de segurança nacional/estatal e idealista de segurança global por uma noção individualista da segurança. Esses precipícios, que se fundava na ordem global, foram gradualmente adotados na África Austral durante a década de 1990 e 2000 e servem como estrutura básica para a compreensão das dinâmicas regionais de cooperação e conflito e como quadro analítico para a posterior avaliação da política externa de Moçambique, assim como de outros Estados africanos (SILVA, 2016).

O período pós-Guerra Fria trouxe novas dinâmicas para as questões securitárias da região da África Austral. Os países sofreram algumas das mais violentas guerras civis que assolaram o continente africano a partir da década de 1990, em que a rivalidade interestatal e os objetivos políticos de grupos intraestatais e transnacionais eram catalisados pelos interesses econômicos na forma de conflitos por recursos naturais (SILVA, 2016). Tomamos como exemplo, a Guerra dos Dezesseis Anos em Moçambique (1977-1992), onde os ideais do partido no poder, a FRELIMO era totalmente contrária da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), partido da oposição.

Contudo, com a nova penetração extrarregional, a importância estratégica do continente africano aumentou consideravelmente e, as maiores potências mundiais como,

EUA, França, Reino Unido e China passaram a renovar a sua presença no continente. O Brasil, uma potência emergente, para além da aproximação diplomática e comercial, houve, desde a década de 2000, o desenvolvimento de uma política de segurança alimentar, com a abertura de escritórios da Embrapa no continente e a abertura da Fiocruz em Moçambique. O Brasil parece, assim, se configurar como uma opção alternativa que contribui para o desenvolvimento do continente no longo prazo, a partir de parcerias, mas ligadas a desafios estruturais dos países africanos (SILVA, 2016). Entretanto, há que se ressaltar que o tipo de penetração de cada potência extrarregional na África influencia as dinâmicas regionais e a própria capacidade estatal dos países africanos (SILVA, 2016).

Com a independência de Moçambique em junho de 1975. O país tem sido um laboratório da cooperação internacional, tornando-se dependente dos recursos externos. A cooperação internacional ocupa um lugar central, tanto para o governo de Moçambique, como para os atores internacionais. Essa centralidade decorre principalmente pela história do país, do papel da cooperação atrelado ao nascimento e a sobrevivência de Moçambique ao longo dos anos (DIAZ, 2018).

O sistema internacional por si passou a oferecer um leque de oportunidades para os países em desenvolvimento. Sendo assim, em função do avanço da globalização, especialmente no seu aspecto financeiro, o sistema internacional foi condicionado à política interna, que se fez refletir na política externa, ou seja, em modos de inserção dos países no cenário internacional. Instauraram-se regimes democráticos na região da África Austral, o que é um pressuposto básico para a atual fase de desenvolvimento (CAU, 2011).

Portanto, Moçambique é um país que apresenta uma forte vocação para cooperar. Essa tendência estava presente no momento da luta armada, quando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) recebia apoio de outros países, e mantinha escritórios no Cairo e em Dar-es-Salam, mas também na fase de independência, onde elementos desestabilizadores regionais, como o apartheid da África do Sul, foram enfrentados a partir da conjunção de organizações de luta de independência em outros países- notadamente os Estados da Linha de Frente. A diplomacia moçambicana foi pródiga em buscar, na cooperação internacional, elementos para a construção e a sobrevivência do Estado. Não é exagero afirmar que o país tem sido, em maior ou menor grau, dependente de recursos externos no geral e, em determinados períodos, da cooperação internacional (DIAZ, 2018).

A vitória da FRELIMO na luta armada, representou um novo cerco à ordem, isso porque uma guerra civil explodiu com a saída dos portugueses. O conflito foi criado pela RENAMO, um grupo fantoche forjado pelo governo de Ian Smith, da Rodésia, contra o regime da FRELIMO. O incremento das relações conflituosas na região foi incentivado pela penetração extrarregional. O vácuo de poder gerado pela saída de Portugal levou ao envolvimento mais ativo dos EUA no continente, dada a preocupação principal com a penetração do comunismo na região (SILVA, 2016).

A transformação estratégica do pós-Guerra Fria resultou em impactos importantes para o mundo, bem como para Moçambique, a relevância global dos conflitos internos existentes no país foi reduzida. Entretanto, ressalta-se que, mesmo antes do fim da Guerra Fria, a FRELIMO “havia abandonado o seu papel como um partido marxista-leninista e já embarcado na transformação de Moçambique, de uma economia centralmente controlada para uma economia de Mercado mais liberal” (MWANGI, 2002). Sua relevância estratégica na ordem global foi relativamente reduzida, até a década de 2000, que marcou a ascensão de potências emergentes no continente africano. No entanto, mesmo durante a década de 1990, manteve importância para o Ocidente, já que se tornou um dos símbolos centrais do modelo de reforma e ajustes estruturais sustentado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (SILVA, 2016).

A descoberta de novas reservas de recursos naturais de carvão e gás e o novo engajamento de parceiros estratégicos emergentes em Moçambique têm possibilitado uma ação que visa diversificar parceiros internacionais. E nesse sentido, o Brasil com projetos gerais de infraestrutura, de modernização no Corredor de Nacala, o ProSavana, dentre outros projetos, tem se inserido na política regional em direção à obtenção de meios para maior distribuição de desenvolvimento no país (SILVA, 2016).

Moçambique assim como vários outros países em desenvolvimento, integram em suas agendas de política externa, estratégias de CSS por intermédio de alianças forjadas no seio de organizações multilaterais seja comerciais, financeiras ou de segurança, de espaços regionais de integração, mas igualmente por meio de projetos de financiamento e cooperação técnica em áreas desde a saúde pública, educação fundamental e não formal, intercâmbio universitário, meio ambiente, desenvolvimento agrícola, cooperação tecnológica e desenvolvimento científico, gestão pública, até projetos de desenvolvimento produtivo, industrial e de infraestruturas (MILANI, 2012). Esses países são considerados potências emergentes, como é o caso do Brasil, que com sua renda

média começou a tornar qualitativamente mais densa a sua participação no sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento, não mais apenas enquanto beneficiários, mas também como doadores (HIRST, 2009).

Incluir a CSS na política externa dos países emergentes, requer que se pense nas estratégias dessa cooperação, pois muitas das vezes as estratégias de CSS são dissociadas das decisões relativas à inserção internacional desses estados, ou seja, projeção de poder político e à internacionalização de seus respectivos capitalismos no cenário geopolítico e econômico, o que seria a projeção de poder econômico regional e global. Portanto, ao analisar a CSS desses países a partir de seus respectivos interesses de política externa, devemos levar em conta as motivações dos Estados (MILANI, 2012).

É de nosso conhecimento que o Sistema Internacional está marcado por uma assimetria de riqueza e poder que divide o mundo entre países centrais e periféricos. As conhecidas relações Norte-Sul que ao longo da história foram marcadas por desequilíbrios que favoreceu os países centrais e subdesenvolveu os países do Sul Global, se percebe na análise da história dos países da África Austral. Ainda assim, desde meados do século XX, com início na Conferência de Bandung, os países do Sul começaram a questionar a lógica desigual imposta e a pensar conjuntamente alternativas para que estes laços assimétricos fossem rompidos. Dessa forma, surgiu o que conhecemos hoje como CSS, interação caracterizada por laços horizontalizados e que vem promovendo desenvolvimento nos países receptores. É neste contexto que se enquadram muitas das iniciativas diplomáticas do Brasil, em especial após a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva no governo, em especial, as relações brasileiras com Moçambique (CALICH, 2015). A CSS surge como alternativa para o desenvolvimento dos países africanos, em especial, Moçambique, uma vez que tem o potencial de romper com a lógica desigual das Relações Norte-Sul.

Para Mariano, Júnior e Almeida (2015), com a chegada do governo Lula no poder, a CSS adquire novas dimensões e funcionalidades para a política externa brasileira. O discurso e a prática da CSS se tornam mais proativos e as ações mais amplas. O Brasil se colocou como ator capaz de contribuir para o desenvolvimento dos países do Sul e como país interessado em influenciar a dinâmica do sistema internacional. É nesse âmbito que surgem as primeiras negociações para a presença da Vale em Moçambique.

Muitas vezes, em nome da cooperação internacional e pelo seu viés de promoção ao desenvolvimento, tem se usado desse meio para difundir visões políticas, por vezes

reduzidoras das contradições e das assimetrias entre as classes sociais, mas também têm sido perpetradas inferências de natureza cultural, social, econômica e política. Portanto, faz-se necessário pensar a CSS à luz do legado histórico do ativismo multilateral dos países em desenvolvimento, ou seja, pensar a posição do Brasil enquanto país doador em função da necessidade de se colocar no cenário internacional (MILANI, 2012).

Para Carlos Milani (2012), pensar a CSS implica ir além da análise das promessas e dos discursos dos governos dos países em desenvolvimento, ou então das denúncias e propostas de parcerias dos atores não governamentais. Implica conhecer a realidade dos países em que os projetos de CSS estejam em curso, pensar seus impactos também na perspectiva do “outro” que é beneficiário da cooperação prestada.

Um dos grandes debates que a cooperação tem levantado, que interessam para o caso de Moçambique, é a relação entre o ato de cooperar e as condicionalidades impostas por países ou agências doadoras. Para Sánchez Pérez (2010), as condicionalidades das ações de cooperação são aquelas "que vinculam o desembolso de recursos à implementação de certas políticas acordadas". Na cooperação internacional, a condicionalidade é um rasgo estrutural, está vinculada à promoção do interesse nacional.

Na luta pela inserção global da periferia, no caso dos países africanos, vai haver o que Bayart (2001) denomina de “estratégias de extravasão”, que ocorre quando há dependência desses países, e por sua vez, as elites se beneficiam disso. Permitindo que atores internos aumentem seu poder por meio de acumulação de recursos, ao mesmo tempo em que se amplia a desigualdade social. Assim, a dominação interna pode-se exercer mediante a criação e manutenção da dependência, através de estratégias de apropriação e instrumentalização.

Ainda nesse processo, para sua inserção no sistema econômico mundial, tendem “a exportar seus fatores de produção brutos”, ou seja, Moçambique exporta o carvão através da mineradora Vale. Mas essa exportação segundo Bayart, (2011) pode ocorrer de forma formal, informal, na forma de fuga de capitais ou através de pagamento de dívidas. As pessoas que administram essa relação desigual com o sistema econômico internacional são capazes de derivar dele recursos necessários para seu domínio interno. Por isso, na CSS, é importante ter em conta essa realidade.

A pergunta que se coloca é, quais são os benefícios dessas estratégias? Pois, ainda segundo o autor, os benefícios dessas estratégias não se distribuem internamente de forma simétrica, uma vez que fortalecem os sistemas de dominação das elites em convivência

com os “atores privados estrangeiros que têm se feito presentes na África exclusivamente com fins de lucros, e que se tornam sócios essenciais nas estratégias de extravasão implementadas pelos que detêm o poder em cada região, ainda que se mantenham fora do setor público ou mesmo à margem da esfera da legalidade”. Deve-se, nesse sentido, analisar quem são os atores beneficiados ou prejudicados por esses processos, diferenciando os impactos (BAYART, 2011).

Analisando o caso de Moçambique no que toca à extravasão, vale ressaltar que ele é um país com recursos energéticos e naturais, o que faz dele um grande atrativo para investimento estrangeiro. A região central do país, em particular a província de Tete, possui uma das maiores jazidas de carvão mineral do mundo, com reservas estimadas em 2,5 bilhões de toneladas. A maior concentração dessa riqueza mineral encontra-se no distrito de Moatize, onde a Companhia Vale do Rio Doce é responsável por transformar esse recurso natural em propriedade e desenvolvimento sustentável (CUAMBE, 2016).

A Vale foi a primeira empresa a ser concedida uma licença de exploração de carvão das grandes reservas de carvão da bacia carbonífera de Moatize, iniciando a exploração em lavras a céu aberto. A presença da Vale em Moçambique pode ser vista como um fator estratégico de cooperação entre os países do Sul, a cooperação sul-sul, entre o Brasil e Moçambique, conotado como elemento agregador de novas sinergias no estabelecimento de “uma cooperação que não seja opressiva, que seja baseada em vantagens mútuas e valores compartilhados”. (LOURENÇO apud MUTZENBERG, 2014, p. 141).

Após a descoberta de jazidas de carvão mineral e dos benefícios econômicos visíveis da mineração que o carvão mineral trouxe para o país, como exemplo, temos o aumento do PIB nacional em (17,9%) em 2015, e o crescimento de cerca de 7% ao ano de 2011 a 2015 (INE, 2015). Moçambique tem dado muita importância ao carvão mineral pois a sua exploração comercial é um dos catalisadores para a melhoria da economia nacional, bem como, dos indicadores sociais, apesar de todos os impactos provocados ao meio ambiente (CUAMBE, 2016).

Assim como Moçambique, os países africanos, nos últimos anos têm mostrado taxas de crescimento altas em um contexto de crise, com uma média em torno de 1 a 4,5% do PIB segundo dados do Banco Mundial, superando os dois dígitos em alguns casos. Com tudo, a diminuição da pobreza e a desigualdade não acompanha o mesmo ritmo: quase 50% da população continua vivendo com menos de 1,25 dólares por dia. O setor

privado surge aqui como o grande impulsor e beneficiário de um desenvolvimento entendido como crescimento econômico (MUÑOZ, 2017).

Por último, para que se entenda a cooperação para o desenvolvimento, é importante fugir das explicações unidimensionais e buscar entender a cooperação como tantas outras realidades internacionais, como um campo de poder. O campo da cooperação é, sem dúvidas, reflexo de disputas e relações de poder entre os países e entre os demais atores que os compõem. A cooperação para o desenvolvimento não pode ser analisada somente como parte da política externa dos Estados, deve ser compreendida também dentro do marco mais amplo do sistema internacional ao qual pertence, que historicamente serviu como forma de legitimação de determinada ordem mundial, mas que pode oferecer possibilidades de transformação dessa estrutura (MUÑOZ, 2017).

Ainda segundo Enara Muñoz (2017), as iniciativas de CSS podem supor uma mudança na configuração da governança global, recuperando percepções, valores e ideias que têm permeado historicamente as reivindicações de desenvolvimento do Sul. É a forma como a CSS se insere nesse sistema que vai determinar o compromisso (ou ausência dele) com essa construção de hegemonia e suas potencialidades transformadoras. Por isso, ao abordar sobre CSS, a análise deve incidir sobre a finalidade estratégica da mesma. Trata-se de uma forma de inserção no capitalismo, de participação na hegemonia, de apoio e internacionalização de empresas? Ou, pelo contrário, trata-se de uma estratégia de diminuição da hegemonia do norte, oferecendo alternativas e contribuindo para o desenvolvimento dos povos do Sul.

Conclusão do capítulo

O estudo das relações Brasil-Moçambique sob a perspectiva da cooperação Sul-Sul, permite entender a existência das transformações históricas ocorridas ao longo dos anos, desde as aproximações e distanciamentos até que se chegue ao governo Lula, esses momentos podem ser conotados as transformações que ocorriam no próprio sistema internacional e na trajetória histórico-político dos países. O tráfico de escravizados, o Brasil como Império, Moçambique Independente, nos leva ao Sul Global, e posteriormente a cooperação Sul-Sul entre os dois países.

O desenvolvimento do Sul Global como movimento de resistência, especialmente em decorrência dos avanços observados nos países emergentes da semiperiferia, “logrou-

se fazer da cooperação Sul-Sul importante instrumento político e estratégico em benefício dos países do Sul Global. Desde a criação da cooperação Sul-Sul, pode-se verificar uma “ascensão do Sul” atrelada ao êxito de políticas sociais e à maior participação desses países nas dinâmicas do comércio global”⁶. É nesse âmbito que potências emergentes, como o Brasil, através da cooperação Sul-Sul podem criar condições de estabelecer-se como um espaço importante na periferia da economia-mundo capitalista, podendo se projetar como um ator relevante no campo da política internacional.

O recorte histórico do movimento Sul Global, permite compreender, portanto, que apesar das políticas externas desses países serem mais autônomas, é um pouco problemática a questão da autonomia nas relações internacionais. Isso porque compreender “a busca de autonomia no cenário mundial deve partir da ideia de que a hegemonia não se dá somente entre Estados, mas permeia toda a divisão internacional do trabalho e, portanto, as classes sociais dos diferentes países”. É possível focalizar a desigualdade que não se dá somente entre países, mas também entre grupos no interior desses países que adotam diferentes formas de inserção internacional e de solidariedades internacionais. A exemplo, temos a CSS em vista das desigualdades.

Compreender o Sul Global como uma identidade política se faz importante porque ela nos remete “a possibilidade de aglutinação de uma maioria inferiorizada na política internacional que por meio de arranjos ou coalizões, por exemplo, podem aumentar a sua capacidade negociadora nas organizações ou fóruns internacionais”. O espírito de não alinhamento persiste porque continua cheio de aspirações até hoje. Na verdade, o objetivo político dessa identidade está atrelado ao cenário a partir do qual se enuvia o conceito de Sul Global

Evidentemente, a perspectiva histórico-político assim como teórico-acadêmico segue com questionamentos acerca das regras e funcionamentos das instituições internacionais criadas no pós-II Guerra Mundial, de modo a que temas como CSS aparecem nas agendas e nos interesses das populações do Sul Global.

Entende-se, assim, o Sul Global como uma auto-identificação política global. Trata-se de uma identidade coletiva criada “em meios às desvantagens geradas pelas clivagens do sistema-mundo moderno” e, portanto, autodeclarada pelos próprios países e povos. Algo intersubjetivamente construído, ou seja, localizado em determinado espaço-

⁶ CAIXETA & MENEZES, 2021.

tempo e, por isso, “mercado social e historicamente pelos lócus enunciador”. Eles estão condicionados por uma produção de conhecimento própria e alternativa de forma a habilitar tomadas de decisões autônomas e autênticas. “Como um conceito plural, parte de distintas perspectivas e demandas de seus atores, que interpretam diferentemente o cenário internacional e seu papel nele, assim, é um conceito mutável por depender do contexto em questão para ser compreendido e explicado”.

Nesse sentido, analisar a cooperação Sul-Sul sob o olhar da perspectiva teórico-acadêmico do Sul Global, implica em primeiro quebrar as rupturas de produção de conhecimento dos centros hegemônicos, pois esses temas carregam consigo o fator de transformação no campo das relações internacionais e na cooperação internacional para o desenvolvimento. Entender que o Sul Global é muito mais que posição geográfica, ou destinação Norte-Sul e Sul-Sul, dá o aporte necessário para que pesquisadores ganhem protagonismo na produção de conhecimento no sistema internacional.

No âmbito das análises dos acordos existentes entre Brasil e Moçambique, observa-se que embora alguns projetos tenham sido bem sucedidos, como é o caso da FIOCRUZ, os outros tiveram outros caminhos. Seja pelos atrasos nos cronogramas dos projetos às campanhas feitas pela sociedade civil contra tais projetos, o ProSavana e a Vale são dos projetos que tiveram menor aceitação por parte da sociedade quanto aos seus impactos. Nesta senda, retomamos a discussão que diz respeito ao forte discurso identitário usado na CSS, a CSS deixa totalmente claro que se desvincula dos preceitos da CNS, entretanto, verifica-se através de alguns acordos entre Brasil e Moçambique no período analisado, que questões como solidariedade e benefício mútuo foram colocados a prova, tendo sobressaído interesses econômicos e condicionalidades, ou seja, no papel temos a CSS, mas na prática nos deparamos com os princípios da CNS.

A partir da experiência de Moçambique na CSS, comprovou-se que Moçambique apresenta uma forte vocação para cooperação internacional, percebido a partir da sua inserção regional na África Austral no período pós-Guerra Fria, assim como no momento da luta armada para a independência do país e na guerra civil após a independência. Logo após a vitória em 1975, Moçambique percebeu que tinha muito trabalho para reestruturar o país, sendo ele um país pobre, a política externa moçambicana se viu na obrigação em buscar, na cooperação internacional, componentes para a construção e a sobrevivência do Estado.

Passados 47 anos da independência de Moçambique, a jovem nação com inúmeros recursos naturais, ainda se vê dependente da cooperação internacional. A descoberta de novas reservas de recursos naturais tem atraído atores estratégicos, Brasil por exemplo, através de investimentos diretos no âmbito da CSS, tem se inserido na política internacional mediante o discurso de promoção ao desenvolvimento dos países do Sul Global.

3. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E MOÇAMBICANA (2004-2011)

Este capítulo se propõe a descrever a política externa concebida e implementada pelos dois governos durante a implementação da Vale em Moatize, de modo a analisar e identificar os fatores internos e externos que foram determinantes para o processo da formulação das relações Brasil-Moçambique ao longo dos anos até que se chegue aos acordos para a implementação da Vale em Moatize.

Trata-se de um capítulo de caráter histórico, que retoma a trajetória das relações estabelecidas entre o Brasil e Moçambique. Apresenta-se a revisão bibliográfica sobre a política externa do governo Lula e a política externa moçambicana, que nos vai permitir compreender como foram construídos os acordos para a aceitação da atuação da Vale no país.

Entretanto, para que possamos fazer a análise da política externa. É importante pensar na política interna de cada país, a estrutura organizativa de cada país influencia no processo decisório de questões externas. Putnam (1988) afirma que o país calcula a sua posição a partir das diferentes pressões exercidas sobre o governo, tanto do nível doméstico, quanto no internacional.

Dessa forma, pensar no plano doméstico para construir o arcabouço da análise da política externa se faz necessário nesse capítulo. Na análise, levaremos em consideração o contexto internacional da primeira década do século XXI, marcada por grandes transformações nas ciências sociais e na economia dos países do Sul global.

3.1 Conceituando a política externa

A partir da definição do Merle (1984), a política externa pode ser entendida como parte da atividade do Estado voltada para fora, ou seja, que trata dos problemas que se colocam além das fronteiras. Para Morin e Paquin (2018), a definição de política externa vai depender do seu contexto, eles argumentam que política externa é “um conjunto de ações ou regras que governam as ações de uma política independente da autoridade implantada no ambiente internacional”. A ideia de independência aqui mencionada, está atrelada a soberania do Estado, que tem o poder de implantar a política externa no cenário internacional ou não. Logo, o campo da política externa só pode ser definido por cada ação (ou inação) sob decisões tomadas por uma autoridade política. E as fronteiras são

consideradas um componente da política externa, independente da responsabilidade de qualquer autoridade pública.

Para além da política externa ser uma atividade do Estado além fronteiras, que é tratada como um produto, a sua eficiência é constatada através da comparação com outras políticas externas de outros países (MERLE, 1984).

Morin e Paquin (2018), alertam que se deve ter cuidado com as comparações. Apesar da comparação fornecer uma visão geral da política aplicada, os autores reconhecem que para interpretar uma política externa de forma correta, deve-se ter cuidado ao compará-las com políticas anteriores.

Assim sendo, a política que tiver mais eficiência poderá influenciar os outros países. Aqui, estamos lidando com o poder, que Figueira (2011), vai definir como a capacidade de influenciar os outros países e controlar os seus resultados. A política externa seria, portanto, a ação dos países no âmbito internacional e suas estratégias de atuação, podendo influenciar ou não os demais países.

Não tem como falar da política externa, sem mencionar a análise da política externa (APE). Elas são diferentes, isso porque a análise da política externa tem a finalidade de verificar como se dá o processo de tomada de decisão antes da implementação da política externa no âmbito internacional (FIGUEIRA, 2011).

A APE possibilita fazer análise em diferentes níveis, se concentrando na interação contínua entre os atores e o seu ambiente. Para entender a política externa, os estudiosos devem levar o sistema internacional em consideração, a dinâmica doméstica dos estados e os processos de tomada de decisão, pois eles têm influência na política externa (MORIN & PAQUIN, 2018).

A APE passou por diversos momentos dentro do campo das relações internacionais. As variações domésticas no âmbito internacional, levaram às relações internacionais a pensar na separação entre a dimensão macro relativa à política internacional, e a dimensão micro relativa à política externa. A diferenciação entre unidades nacionais no sistema internacional fez com que houvesse o estudo comparado da política externa bem como a aplicação da abordagem do processo decisório (LIMA, 2013).

Com a evolução da análise da política externa, se observou que a abordagem micro estava voltada a ação do Estado além fronteira, ou seja, a política externa. E a política externa passou a incorporar variáveis domésticas, pois elas influenciavam o âmbito internacional. A

partir daí, passou a se considerar o ambiente doméstico quando se aborda a política externa de cada país.

3.2 Política externa brasileira até o governo Lula

Historicamente, a política externa brasileira (PEB) para a o continente africano foi marcada pela não atuação/afastamento diplomático do Brasil no continente pela própria posição do Brasil no cenário internacional durante a Guerra Fria, fenômeno já abordado na introdução deste trabalho.

Recapitulando o que foi abordado na introdução, pesquisas mais sistemáticas sobre a evolução/avanço da política externa do Brasil em África mostram que a partir de 1822 (independência do Brasil), houve um certo distanciamento que só foi quebrado efetivamente a partir dos anos 1970. Nos anos 1979 vários países africanos passavam pelo processo de independência e algumas nações colonizadoras se negavam a aceitar a independência desses países, Brasil por exemplo, havia assinado um tratado com Portugal que o condicionava a consultar e seguir em todas suas políticas internacionais. Essa relação só foi quebrada no governo de Jânio Quadros, que defendia a Política Externa Independente e criticava o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e Portugal (SANTOS, 2014).

Por conta do distanciamento do Brasil para com o continente africano, o Brasil usa a estratégia da cooperação como meio para que as portas se abram no continente e suas empresas nacionais passem a desenvolver os seus negócios em África. O pensamento de cooperação tinha sentido contrários para África e para o governo brasileiro, enquanto eles enxergavam uma oportunidade de negócio e de projeção internacional, os países da África viam a cooperação como uma oportunidade de crescer e se reerguer pois acabavam de passar pelo processo da independência e precisava, reestrutura os países (SANTOS, 2014).

As relações político-econômicas entre o Brasil e o continente africano passaram a ocupar um lugar na estratégia da PEB quando o Brasil decide aumentar seu protagonismo internacional, é nesse mesmo contexto que mais tarde o governo do presidente Lula viria usar do discurso de solidariedade, cooperação sul-sul para ter uma participação mais ativa na África.

No governo do presidente Lula, as estratégias do Brasil no sistema internacional não se diferenciam consideravelmente do contexto final do governo Fernando Henrique Cardoso segundo Vigevani & Cepaluni (2007). Para esses autores, as mudanças percebidas na PEB do governo Lula eram pautadas nas seguintes diretrizes:

- a) Contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, buscando atenuar o unilateralismo;
- b) Fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais;
- c) Adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, entre outros;
- d) Evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGENANI & CEPALUNI, 2007).

Essas diretrizes ao longo do mandato do Lula, especificamente, 2003 a 2006, implicaram em alguns pontos importantes a se saber, na intensificação da relação com os países emergentes e na retomada e estreitamento das relações com os países africanos.

A PEB do governo Lula não se afastou do princípio historicamente assentado para a diplomacia de que a política externa é um instrumento para o desenvolvimento econômico e para a preservação e ampliação da autonomia do país. Lula foi mais longe, tendo inserido estratégias para lidar com problemas e objetivos que apareciam no momento do seu mandato (VIGENANI & CEPALUNI, 2007).

Até porque o que se entende por desenvolvimento no campo das relações internacionais concerne, igualmente, ao bem-estar das sociedades, à qualidade da máquina administrativa de determinado Estado, à expectativa de vida de cada indivíduo, ao acesso à informação e a produção do conhecimento (MARIA, 2020). Por conta desse conjunto de fatores, a cooperação é a estratégia utilizada pelos governos para alcançar o desenvolvimento e o poder econômico. No caso da relação Brasil-Moçambique, a cooperação técnica foi muito usada durante o governo Lula a fim de alcançar os pontos supracitados.

De forma geral, a PEB do governo Lula estava bastante centralizada nos grandes países emergentes, buscando aumentar seu poder de barganha e capacidade de intervenção nos assuntos globais. Júnior (2014) destaca os fundamentos políticos e diplomáticos significativos do governo Lula:

A criação do grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul); a contribuição para o adiamento *sine-die* das negociações da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas) em 2005; participação em Missões de Paz da ONU, especialmente no caso do Haiti; a contribuição para conferir uma instrumentalidade prática ao conceito de BRICs; esforços para

fortalecer a democracia e as relações pacíficas entre os países latino – americanos, inclusão do tema da pobreza na agenda internacional, busca de diversificação das relações comerciais e políticas, com destaque para o papel da China, Índia, África do Sul e Rússia. (JÚNIOR, 2014. p. 63).

Podemos destacar também a atuação internacional do Brasil durante o governo Lula por meio de articulações baseadas na cooperação Sul-Sul. Júnior (2014) destaca que as mudanças ocorridas no sistema internacional que não se apresentavam como cenários previsíveis antes dos 1990, influenciaram a PEB na primeira década do XXI, especialmente no governo Lula. Ou seja, o século XXI ofereceu novas possibilidades, que foram determinantes para consolidar a PEB.

A projeção de forma multilateral levou o Brasil a outros patamares na esfera internacional e nas discussões das questões globais, com toda certeza o objetivo de se projetar como um ator relevante na política internacional foi um aspecto definidor da política externa do governo Lula.

A política externa dos governos Lula e as áreas de atuação entre o Brasil e Moçambique já foram apresentadas no capítulo dois. A política externa do governo Lula para África, e para Moçambique especificamente, foi pautada na intensificação da cooperação Sul-Sul e ancorada nas diretrizes Sul-Sul, tal correlação serviu não só para projetar o Brasil politicamente, mas também projetar os atores econômicos privados do Brasil no continente africano. Esse ponto deve ser destacado para compreender o significado do projeto Moatize na estratégia da política externa brasileira para Moçambique.

3.3 Política externa moçambicana (2004-2011)

A Política externa moçambicana (PEM) é caracterizada pela própria história de Moçambique, tendo suas raízes na resistência secular contra a dominação estrangeira que ganhou ímpeto com o desencadeamento da Luta de Libertação Nacional conduzida pela FRELIMO, tendo culminado com a proclamação da Independência em 25 de junho de 1975. Conforme o Boletim da República de 2010 nos mostra, bem como no primeiro capítulo deste trabalho, com a proclamação da independência, a PEM tinha como objetivo fundamentalmente o fortalecimento da identidade moçambicana, buscando a defesa da soberania e no plano externo, buscando relações diplomáticas com os demais estados, a

fim de buscar novas bases econômicas e integrar diversos organismos internacionais (Resolução 32/2010 de 30 de Agosto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, 2010).

A inserção internacional de Moçambique foi progressiva, iniciando na década de 1960 com os esforços do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane. A PEM tinha como objetivos “criar mais amigos e poucos inimigos” no contexto da bipolaridade ideológica da Guerra Fria. Por outro lado, as ameaças representadas pelos regimes regionais africanos e a orientação político-econômico adotada pela FRELIMO após a independência, também tiveram influências na PEM do governo de Moçambique independente (MASSANGAIE, 2018).

Para Massangaie (2017), a PEM foi definida pela primeira vez em 1977, sob a liderança do primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Machel, Moçambique tornou-se um país de orientação marxista-leninista e a política externa era caracterizada pelo não-alinhamento e a frase emblemática “fazer mais amigos e menos inimigos”. Contudo, com a morte de Machel e a ascensão do próximo presidente Joaquim Chissano, Moçambique vivenciou uma política externa de maior aproximação ao mundo capitalista ocidental. A partir de 1987, Moçambique começa a implementar os planos de reajustamento estrutural definidos pelo FMI e Banco Mundial, transformando a sua economia socialista em economia de livre-mercado, abrindo-a à entrada de produtos estrangeiros, privatizando as empresas estatais.

É nessa senda que um dos eixos da PEM passa a englobar as relações bilaterais, priorizando as relações de amizade e de cooperação, privilegiando sobretudo, a cooperação Sul-Sul. Este eixo tem o objetivo de “promover o diálogo político-diplomático, a cooperação multifacetada, que tenha em consideração os interesses comuns, as vantagens mútuas e a reciprocidade de benefícios, com vista, a contribuir para a implementação da agenda nacional de combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável de Moçambique” ((Resolução 32/2010 de 30 de agosto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, 2010).

A PEM pode ser dividida em três etapas, a primeira foi logo após a independência de Moçambique. A política externa era comandada pelo partido FRELIMO (partido único na época), tendo como líder desse partido o primeiro presidente de Moçambique independente Samora Machel. Segundo Paredes (2014), após a independência de Moçambique, Machel ficou responsável pela reestruturação do projeto nacional, isto é,

sua governança iniciou um projeto de reestruturação da identidade moçambicana, quebrando completamente a lógica do passado que foi marcada pelo colonialismo português e a exploração econômica burguesa, racismo e assimilação da cultura europeia.

De acordo com Paredes (2014), a luta contra o colonialismo não terminou com a proclamação da independência de Moçambique, em junho de 1975. Após a transição política oficial, o primeiro presidente independente enfrenta um processo longo e intenso de reconversão de expectativas no qual a construção de novas práticas sociais deveria justamente refletir a ascensão da soberania moçambicana.

Na primeira etapa da PEM, Samora Machel e a FRELIMO conseguiram apoio de distintos países capitalistas e socialistas, tendo assim pautada por uma diplomacia cujo objetivo era “fazer mais amigos e menos inimigos”. Durante o governo de Samora Machel (1975-1986), a PEM foi caracterizada pelo ativismo nacional, regional e internacional, na qual Moçambique tenta resgatar o seu nacionalismo e busca contribuir em causas de alguns países africanos, ou seja, Moçambique apoia as lutas dos movimentos nacionalistas de países vizinhos. Nesse âmbito, o país ganha visibilidade no continente africano e com essas ações demonstra capacidade de cooperação internacional também (LANGA, 2021).

Entretanto, Moçambique assim como diversos países africanos que conquistaram a independência, se vê enfrentando problemas internos que culminaram com uma guerra civil que durou 16 anos. Essa fase pode ser considerada como a segunda da PEM, pois foi nela que Moçambique teve sua maior inserção na política regional africana, em busca de parceiros que apoiassem tanto o partido FRELIMO quanto a oposição Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Os esforços para a reconstrução nacional e a melhoria de vida da população moçambicana nos primeiros anos de independência não se consolidaram, com a saída dos portugueses, Moçambique se viu com falta de pessoal essencial para o funcionamento do governo, a opção econômica da FRELIMO pela via de desenvolvimento socialista, optando a ideologia marxista-leninista em um regime de partido único, os erros nas políticas adotadas, fizeram com que houvesse um colapso na economia e uma deterioração crescente de estabilidade político-militar e social. Abrindo espaço para que o partido da oposição entrasse em conflito, só em 1992 às forças políticas, nacionais e internacionais chegaram a um acordo com vista a pôr fim no conflito armado que durou 16 anos (ZECA, 2015).

Após a guerra dos 16 anos, o governo tenta se reestruturar sob a liderança do novo presidente Chissano, que inclusive liderou as negociações para o fim da guerra civil em Moçambique. A diplomacia do presidente Chissano é pautada em uma maior abertura diplomática (BRITO, 2019). Moçambique abandonou os seus parceiros tradicionais de cooperação socialista, passando a cooperar com o mundo ocidental capitalista, particularmente a Europa Ocidental e os EUA. Com Chissano no poder, Moçambique passa a ser visto como “menino bonito do FMI” pois, seguiu à risca as políticas de ajustamento estrutural ditadas pelas instituições de Bretton Woods (WASSE, 2022).

Moçambique abriu-se ao investimento direto estrangeiro, promovendo assim, as potencialidades econômicas do país e criando facilidades para atração do investimento para assegurar a sustentabilidade econômica a longo prazo. Passou também por um processo de reconstrução e criação de infraestruturas econômicas e sociais a fim de promover o desenvolvimento e aumentar o acesso às questões básicas da população (MASSANGAIE, 2017).

Segundo Wasse (2022), enquanto a PEM é elogiada pelos investidores internacionais pela abertura da economia ao mercado internacional, a sociedade moçambicana vê a diplomacia do governo Chissano como decepcionante, isso se deve pelas privatizações de empresas, desemprego em massa, fechamento de empresas públicas e principalmente, o enriquecimento da elite política ligada ao partido FRELIMO.

Passando para a terceira fase da PEM, ela é liderada pelo presidente Armando Emílio Guebuza (2005-2015). A PEM no governo Guebuza pode ser considerada extremamente liberal, alargando a colocação de Moçambique como um destino privilegiado de todos quanto nele quisessem investir permitindo, assim, a criação de riqueza para o país e para os investidores (MASSANGAIE, 2017).

Entretanto, a nível interno, Guebuza era classificado como pouco aberto ao diálogo, tendo apostado fortemente no fortalecimento do seu partido, a FRELIMO, partido esse que nunca saiu do poder desde a independência de Moçambique. Ele também priorizava a defesa do país, isto claro, levou ao aumento de hostilidades com a RENAMO, cujo líder se retirou para zonas recônditas a fim de reiniciar um processo de intimidação e ataques no país (MASSANGAIE, 2017).

O presidente Guebuza mantinha boas relações de amizade com vários países, tanto ocidentais como do resto do mundo, visto que o contexto que se encontrava em Moçambique era de liberalismo econômico.

Entretanto, a sua governação foi manchada por escândalos ligados à descoberta de dívidas consideradas “ocultas” contraídas para a formação de empresas alegadamente viradas para o reforço da segurança e soberania nacionais através. Na prossecução deste objetivo, dívidas avultadas foram contraídas à revelia das instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e outros parceiros de cooperação como G19, o que levou ao cancelamento dos créditos concedidos por estas instituições a Moçambique (MASSANGAIE, 2017).

O caso das dívidas “ocultas” levantou debates entre a sociedade moçambicana que até aos dias de hoje é bastante comentado. Tempos depois foi constatado que existiam outras dívidas contraídas pelo governo no mesmo período que não foram reportadas nem às instituições nacionais como a Assembleia da República.

Durante o governo Guebuza, foram constatadas lacunas legais existentes, por exemplo, registaram-se problemas de prestação inadequada de contas, falta de transparência, ausência de um papel formal para a Assembleia da República desenhar os objetivos estratégicos sob os quais o governo pudesse prestar contas, ou no desembolso e uso do dinheiro. Existia uma crescente intolerância política e limitação na participação da sociedade civil (MASSANGAIE, 2017)

O governo Guebuza veio para demonstrar as grandes fragilidades existentes no funcionamento das instituições moçambicanas e evidenciar a fraca participação da sociedade civil.

Contudo, analisando as três fases da PEM, podemos verificar que Moçambique embarcou numa ofensiva diplomática, onde diversificou seus parceiros internacionais, teve uma maior cooperação sul-sul e buscou e mantém boas relações interafricanas. Ao nosso ver, não houve muitas mudanças na PEM, mas sim continuidades, novos princípios, objetivos e estratégias surgiram claro, mas o fato de por exemplo, o partido no poder nunca ter mudado, acaba evidenciando mais continuidade nas políticas que mudanças propriamente ditas.

Um dos maiores entraves na política moçambicana se deve pela própria estrutura organizativa, uma estrutura extremamente centralizada, que se estende de maneira abrangente em diversos níveis hierárquicos do país. Essa estrutura está diretamente ligada à herança marxista-leninista da FRELIMO. A cultura da centralização em Moçambique é tão rígida que o sistema interliga desde a presidência da República até o menor chefe local.

Conclusão do capítulo

O presente capítulo tinha como objetivo fazer um recorte histórico da política externa do Brasil e Moçambique, levando em consideração a agenda da cooperação Sul-Sul e o caso da Vale em Moatize.

A revisão bibliográfica em torno das definições de política externa foi importante, pois percebemos que não basta somente analisar a política externa do Brasil e Moçambique sem trazer a discussão do plano doméstico de cada país. Existe uma relação muito estreita entre a política interna e ela influencia o processo de tomada de decisão da política externa.

Falar da PEB é retomar a discussão já iniciada na introdução do presente trabalho, a política do Brasil para com Moçambique foi marcada por momentos de aproximação e distanciamento devido a posição do Brasil no contexto da Guerra Fria. Essa fase só foi quebrada com a criação da Política Externa Independente de Jânio Quadros.

O governo Lula pode ser apontado como o ponto mais alto no que se refere às relações Brasil e África, desde a posse do novo presidente, existia muita expectativa por parte dos países africanos pelo discurso do Lula que dava conta que um dos objetivos dele era obter uma maior aproximação com o continente africano. Desde então, várias foram as visitas entre os países africanos para o Brasil e vice-versa, Moçambique recebeu o Lula em 2003.

Com o governo Lula, assistiu-se à implementação de programas de cooperação em diversas áreas, maior financiamento para investimentos exteriores e maior projeção do Brasil no sistema internacional. Foi através dessa política externa voltada para a África que o governo brasileiro conseguiu vencer o processo de licitação para a concessão do direito à extração do carvão mineral em Moatize.

Pensar a PEM é pensar na própria história de Moçambique. Moçambique possui 47 anos de independência. Entretanto, já viveu muitos momentos de instabilidade tanto política quanto econômica, após 10 anos de luta armada que culminou com sua independência, Moçambique experimenta a guerra civil que durou 16 anos.

A PEM foi definida pela FRELIMO desde 1975 até aos dias de hoje, porque o partido no poder continua o mesmo, a única coisa que tem alterado são os presidentes. De forma geral, a política moçambicana foi marcada pela centralização de poder do governo.

A política externa do primeiro presidente independente (1975-1986) foi na verdade uma continuação da política externa iniciada nos tempos de luta de libertação nacional, caracterizada pela aliança aos países socialistas e no âmbito interno foi caracterizado pela busca da identidade moçambicana.

A política externa do Chissano (1986-2005) foi marcada pela implantação no país da economia do mercado e do pluralismo político, deixando claro o seu interesse na aproximação com o Ocidente. Para além desses objetivos supracitados, no âmbito interno Moçambique buscava resolver os graves problemas políticos, econômicos e sociais em que o país se encontrava após mais de uma década de guerra civil. Chissano buscava a paz com a RENAMO, tanto que o acordo de paz foi assinado em 1992 e, durante cerca de 20 anos viveu-se, em Moçambique, um clima de paz.

Esse clima de paz viria, no entanto, a ser quebrado em 2010 durante a presidência de Armando Guebuza (2005-2010). A política externa do Guebuza era extremamente liberal, o que interessava aos investidores externos. Entretanto, no âmbito interno sua política foi marcada por escândalos de dívidas públicas. Pode-se afirmar, de maneira geral, que a PEM prioriza as boas relações de cooperação com os países, mas internamente o país precisa melhorar muitas questões que colocam a nossa política externa frágil aos olhos dos investidores.

4. COOPERAÇÃO SUL-SUL E A VALE EM MOÇAMBIQUE: O PROJETO MOATIZE

Este capítulo pretende apresentar, de maneira geral ao leitor, um panorama acerca do território onde desenvolveram-se os projetos da Vale em Moatize e o nosso estudo de caso, o próprio projeto. Para tal, pretende-se apresentar as características principais da província onde esteve sediada a Vale.

Em seguida, apresentamos a Vale, seu histórico geral e o histórico de sua atuação em Moçambique, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos interesses envolvidos nas dinâmicas analisadas nesta dissertação.

Posteriormente a discussão se debruçará em apresentar o Projeto da Vale em Moatize, elencando as dinâmicas da criação, elaboração e implementação do projeto.

O debate neste momento do capítulo apresenta de forma multitemática os impactos da atuação da Vale em Moçambique. Para tal articula-se na análise as dimensões social e política do projeto Moatize por meio de aplicação de entrevistas semiestruturadas à três grupos de atores envolvidos, nomeadamente: agentes do governo, órgãos sociais e funcionários da Vale em Moatize. Os resultados das entrevistas nos dão pistas para compreender de maneira multidimensional a atuação da empresa brasileira na região e avaliação do projeto Moatize.

4.1 Localizando nosso objeto de estudo

O nosso objeto de estudo compreende o distrito de Moatize, localizado na província de Tete, e tem como limite norte o distrito Tsangano e Chitúta, a sul o distrito de Mutara e a Província de Manica, a leste a República do Malawi, a oeste o distrito de Changara e a cidade de Tete (MAE, 2014). O distrito de Moatize localiza-se onde se encontra a maior bacia carbonífera de Moçambique.

Figura 1: Localização do Distrito de Moatize

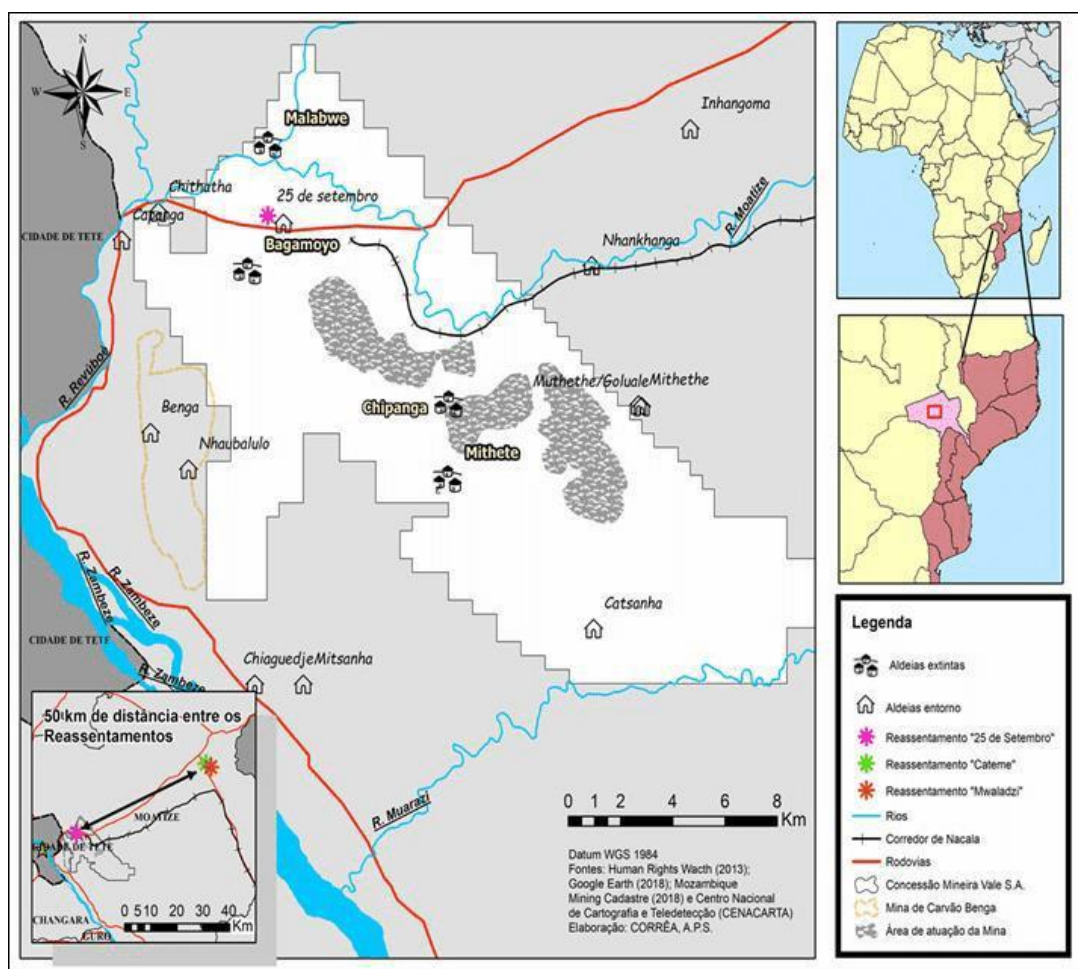


Fonte: Governo de Moçambique (2017). Disponível em: <https://www.tete.gov.mz/por/A-Provincia/Perfil-dos-Distritos/Moatize>

As características geológicas e geográficas do distrito de Moatize são bastante interessantes, o clima é semiárido e apresenta baixas taxas de precipitação ao longo do ano; entretanto, o distrito é atravessado por alguns dos principais rios de Moçambique, como é o caso do rio Zambeze, Rovúbwe e o rio Moatize.

Além de recursos hídricos, o distrito possui enormes jazidas de carvão mineral que já foram objeto de exploração mineira desde princípios do século passado, começando a exploração do carvão em pequena escala e a céu aberto. O carvão de Moatize é tão bom que atualmente existem explorações de larga escala, comandadas por grandes empresas, como foi o caso da Companhia Vale do Rio Doce. A figura 2 ilustra as áreas de predominância da Vale em Tete, que segundo o MAE (2014), corresponde a cerca de 8% da superfície total da província de Tete.

Figura 2: Mapa de localização dos atingidos pela Vale S.A. em Moatize (2018).



Fonte: Mozambique Mining Cadastre Portal (2018); CENACARTA (2018). **Org.** Corrêa; Souza (2018).

O distrito de Moatize, segundo dados do Ministério de Administração Estatal (2014), possuía uma população de 292 mil habitantes em 2012, dos quais 142,485 mil são homens e 149,856 são mulheres. Segundo dados do censo populacional de 2007, Moatize é o 5º maior distrito da província de Tete e um dos mais populosos da província.

As ocupações urbanas são qualificadas como dispersas ao nível da sede do distrito de Moatize e dos subdistritos, sendo constituídas na sua maioria por habitações localizadas ao longo das principais vias de comunicação. É importante salientar que existe ao nível do distrito outro tipo de ocupação que é caracterizada, na sua maior parte, por extensas áreas de concessões para exploração mineral e algumas de exploração florestal (MAE, 2014).

A população do distrito de Moatize dedica-se à agricultura de subsistência tendo mais de 90% da sua população praticante desta atividade. Para além da atividade agrícola,

as minas de carvão têm um importante papel na economia comercial do distrito, gerando grande parte da mão-de-obra local. A pesca e pecuária são outras atividades desenvolvidas pela população deste distrito (MAE, 2014)

Com a chegada dos grandes investidores minerários, o setor comercial tem vivenciado um crescimento significativo devido ao surgimento de indústrias e empresas de prestação de serviços e elevada presença do setor do comércio informal.

4.2 A Vale e o Projeto Moatize

A Vale com toda certeza foi uma das maiores representações da inserção brasileira em Moçambique no ramo da mineração. Sendo ela a quarta maior companhia mineradora do mundo. Tendo conquistado em Moçambique, por exemplo, o título de “Maior Empresa de Moçambique” no ranking das 100 Maiores Empresas de Moçambique em 2018 e 2019.

A Vale é uma empresa global sediada no Brasil, ela opera em mais de 30 países, e emprega mais de 200 mil pessoas em projetos ao redor do mundo (VALE, 2019).

O início da história que deu origem à mineradora Vale pode ser datado de 1909, quando os ingleses compraram as reservas de minério de ferro de Minas Gerais, formando uma empresa de capital inglês, que, posteriormente, em 1942, durante o Governo Getúlio Vargas, é incorporada pelo governo brasileiro, dando origem à então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Como o acordo para a CVRD surgiu em plena Segunda Guerra Mundial, a empresa forneceu minério de ferro para a reconstrução do Japão⁷ e durante a década de 1970 a empresa se consolidou como a maior exportadora de minério de ferro do mundo, posição a qual ocupa até os dias de hoje.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, a CVRD foi privatizada e adquirida por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em um processo considerado controverso e contestado até hoje por movimentos de esquerda contrários à privatização, em função, entre outros fatores, da participação do banco Bradesco no consórcio de avaliação da venda da Vale, sendo que mais tarde um grupo ligado ao banco passou a ser um dos principais acionistas da empresa

⁷ Disponível em: <https://www.pstu.org.br/breve-historico-da-companhia-vale-do-rio-doce/>

privada, o que é apontado por muitos como uma irregularidade no processo (RODRIGUES, 2015).

Em 2007 a CVRD passa por uma reestruturação de sua imagem e de sua marca, e passa a ser identificada apenas pelo nome Vale.

Atualmente, a Vale é uma empresa privada, de capital aberto, tendo suas ações negociadas em diferentes mercados ao redor do mundo. E seu Conselho de Administração é liderado por Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale desde 2019. A constituição acionária da Vale consiste em um fundo de investimentos controlado pela Previ, detentora de 8,71%; Mistui&Co, detentora de 6,31%; Blackrock, Inc. detentora de 5,83%; ações em tesouraria composto por 5,20% e outros acionistas ao redor do mundo que detêm a maior percentagem de 73,94%.⁸ No caso de Moçambique, a empresa era detida por três principais acionistas, a Vale detinha 85% das ações, os investidores nacionais com 10% e o estado moçambicano com 5% (RODRIGUES, 2015).

A Vale está em Moçambique desde finais de 2004 quando o governo de Moçambique, no âmbito da resolução 24/2000, decide revitalizar as minas de carvão de Moatize e abrir concurso internacional para o direito de exploração de áreas localizadas da bacia de Moatize. Desta licitação a Vale consolidou-se vencedora e realizou estudos de prospecção e viabilidade econômica – que foi favorável – e encomendou uma série de estudos de impacto ambiental e desenhou um Plano de Ação e Reassentamento (PAR) a ser implementado para a instalação da mina de carvão mineral a céu aberto numa área de 23.780 hectares em Moatize (CHIZENGA, 2016).

Após os estudos de prospecção e viabilidade econômica, seguiu-se a fase da implantação do Projeto Carvão Moatize, que se seguiu até o ano de 2011. Já na fase da operacionalização, que teve início no mesmo ano, deu conta da efetiva extração do carvão mineral.

Com o lançamento do concurso público em 2004 para a exploração da bacia carbonífera de Moatize, iniciou-se um novo ciclo de exploração dos recursos minerais nessa região, levando o governo a se adequar às ferramentas legais utilizadas para a gestão dos recursos naturais. Nesse contexto, destacamos a Lei de Minas, que várias vezes foi alterada de forma a que se pudesse enquadrar com a Lei do Ambiente, e de alguma forma dar maior benefício às comunidades mais impactadas (CUAMBE, 2016).

⁸ Disponível em: <https://www.vale.com/pt/conheca-nossa-empresa>

O parágrafo acima nos faz refletir sobre o papel e a relação do Estado moçambicano com a Vale. Para melhor compreensão, vamos pensar a Vale em duas fases, a fase da implementação 2004 a 2011 e a fase da operacionalização 2011 a 2021. Na primeira fase da Vale, o governo moçambicano se mostrou comprometido com a Vale, acompanhando o projeto de perto, auxiliando e legitimando nas escolhas dos processos de tomada de decisões. Segundo Rodrigues (2015), em 2010, certas entidades governamentais locais em Moatize chegaram a fazer uma visita técnica no Brasil, com o intuito de conhecer melhor o trabalho da Vale e estreitar os laços entre o governo e a empresa em Moçambique.

Entretanto, o ponto de virada da boa relação entre Moçambique e a Vale se deu em 2011, quando ocorreram os reassentamentos. Para Rodrigues (2015), com a troca de comando na administração do distrito de Moatize, houve um afastamento do governo em relação à empresa, de modo que o governo local passou a responsabilizar a Vale e as empresas consorciadas pelas reivindicações do movimento dos moradores locais e da sociedade civil que ganhava força.

É curioso que só em 2011 o governo moçambicano procura se afastar das polêmicas em relação à empresa. Sendo que as relações entre a mineradora e as comunidades locais já eram bastante conflituosas desde tempos atrás e por diversas razões. Em 2011, o jornalista moçambicano Vunjanhe reportou que, por meio do trabalho de monitoria exercido pela Justiça Ambiental/Amigos da Terra Moçambique, pode-se concluir que o padrão de atuação da mineradora, advindo principalmente dos processos de reassentamentos, indenizações das comunidades, compensação e investimentos sociais, foram provocando de forma permanente, as mais sistemáticas e graves violações dos direitos humanos.

Cabe apontar que o mesmo governo local, que outrora havia acompanhado e legitimado todo o processo, documentado por meios de evidências, tendo sido inclusive o próprio governo a indicar a área anfitriã que viria a receber o reassentamento (RODRIGUES, 2015). Mais tarde se viu “forçada” a se afastar da empresa por “medo” das polêmicas que iam surgindo.

Como podemos verificar, o projeto da Vale em Moatize teve um grande impacto em várias esferas sobre Moçambique. Quando pensamos na Vale hoje, percebemos que a perspectiva dos moçambicanos em relação ao desenvolvimento trazido pela empresa

mudou, existe uma maior cautela nas pessoas em relação aos impactos trazidos pela empresa.

4.3 Breves notas de pesquisa

No sentido de compreender as justificativas, os sentidos e as ações que os atores envolvidos no nosso objeto de estudo colocam em jogo em nome da cooperação Sul-Sul, este capítulo busca por meios das entrevistas concedidas, descrever os desdobramentos em torno da Vale e responder se o Brasil, enquanto país doador capitalizou politicamente e economicamente suas ações de cooperação Sul-Sul para sua atuação na política internacional? Quais os impactos da cooperação Sul-Sul para Moçambique, utilizando a atuação da Companhia Vale do Rio Doce no projeto Moatize como objeto? E a questão central que motiva essa pesquisa: a cooperação Sul-Sul deve ser entendida como instrumento de maximização de desenvolvimento e autonomia dos países envolvidos, a partir de relações horizontalizadas ou apenas reproduz e reposiciona, sob o verniz do Sul-Sul, novas dinâmicas de dependência entre os países envolvidos?

Por questões metodológicas escolhemos três públicos-alvo distintos, nomeadamente: agentes do governo, órgãos sociais e funcionários da Vale em Moatize. A justificativa pela escolha desses atores se deve pelo fato de procurarmos perspectivas diferentes que dessem conta de responder quais foram os verdadeiros impactos da Vale em Moçambique no projeto Moatize. Para a coleta de dados, os entrevistados optaram por responder aos nossos questionários manualmente, e tivemos algumas conversas informais com os mesmos.

Tivemos muitas dificuldades para a realização das entrevistas, uma vez que a autora não pode se deslocar para o distrito de Moatize. Com toda certeza o não deslocamento físico implicou na nossa dissertação, pois muitos abordados se comprometiam em ceder a entrevista ou responder ao questionário, mas nunca cumpriam com o combinado, fazendo com que tivéssemos que prosseguir com a escrita da dissertação com base nos poucos resultados a qual tivemos acesso.

Portanto, devido as dificuldades para entrevistar mais atores envolvidos no Projeto da Vale em Moatize, as entrevistas feitas servem como complementação a pesquisa. Visto que é impossível confirmar a nossa hipótese apenas com quatro

entrevistas realizadas. Neste sentido, as respostas das nossas perguntas servem para complementar a nossa teoria que já foi abordada nos capítulos anteriores.

Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas. O critério usado para selecionar os entrevistados foi de acordo com a área de trabalho e a disponibilidade.

Ao longo da pesquisa não medi esforços para entrar em contato com algum representante da Vale, inclusive alguns funcionários da empresa sugeriram o envio de e-mail e a submissão de uma credencial emitida pela direção provincial de recursos minerais e energia dirigida à empresa, solicitando que a empresa se dispusesse a colaborar na coleta de dados da nossa pesquisa, o que infelizmente nunca recebi qualquer correspondência da empresa.

Já em 2011, o jornalista Vunjane tinha alertado que as informações relativas ao projeto da Vale em Moatize eram muito escassas, pois a empresa é muito fechada e não permite o acesso à informação. Existe uma cultura do silêncio em torno de questões ligadas a Vale, o que nos impressiona que mesmo após a saída da Vale em Moçambique, tal cultura ainda prevalece.

4.3.1 O ciclo da hegemonia da Vale em Moatize e a convivência de Moçambique

Como cidadã moçambicana, após observações e várias leituras, vejo o processo todo da Vale (vitória na licitação, fase da instalação e operacionalização) com muita preocupação, estarecidade e até mesmo indignação. Quando questionamos o nosso representante do governo moçambicano, que pediu anonimato sobre como se deu o acordo/negociações entre o governo brasileiro e o governo moçambicano para a exploração da Vale em Moatize, o nosso entrevistado respondeu da seguinte maneira:

Para responder essa primeira pergunta, julgo imperioso, de forma breve, contextualizar historicamente o próprio processo de extração ou exploração de carvão em Moçambique [...] isso porque nos ajuda a compreender um pouco como foi construída essa relação contratual (e aqui talvez pela minha orientação/formação e conseqüente inquinação para um olhar hermenêutica jurídica), de forma um pouco tanto técnica, gostaria de me valer dessa lente. Só a caráter de formalidades que diria o acordo em si, ele foi constituído por um ente estatal (o governo Moçambicano) e um não-estatal (a transacional Vale) [...] pode-se afirmar que o processo de exploração de carvão na província de Tete, ele data desde o próprio período colonial, lá entre os anos da década de 1940, [...] Moçambique após a sua independência em 1975, foi economicamente um país um pouco fechado para o comércio internacional, muito por conta até da orientação ideológica da FRELIMO, esse movimento que encabeçou o processo de luta armada

de libertação nacional, mais esse cenário mudaria já na década de 90, esse foi o período chave para o processo de liberalização económica, é aí onde começam os primeiros movimentos, até para a própria privatização do processo de extração do carvão da vila de Moatize, na província de Tete, daí que o governo moçambicano decide abrir um concurso internacional para reativação e consequente exploração do carvão da mina de Moatize. Tendo efetivamente ocorrido 2004 com o início de que a mineradora Transnacional de origem brasileira Vale, foi a grande vencedora do concurso. Três anos depois (2007), precisamente no dia 25 de junho, o governo moçambicano representado pela então ministra dos recursos minerais e a transnacional Vale pela RIO DOCE MOÇAMBIQUE, LIMITADA, celebraram o contrato de exploração do carvão na vila de Moatize por um prazo de até 35 anos. Por meio do DECRETO Nº 31/2007, A VALE em si, passou a deter pouco mais de 80% de toda a estrutura acionista daquele que se tornaria um dos se não o maior projeto nesta vertente, os restantes percentuais foram divididos entre outros grupos empresariais nacionais, penso que isso se deu devido às obrigações contratuais. A Vale de acordo com o contrato celebrado entre as partes teria o direito a uma área de cerca de 23.780 hectares, para o exercício da extração mineral do carvão na província de Tete (REPRESENTANTE DO GOVERNO, 2023).

Nos parece que a Vale seguiu formalmente todos os procedimentos exigidos por lei para dar início ao processo de instalação e obtenção da concessão do projeto em Moatize. Tanto que no pensamento moçambicano a Vale era vista como promissora e despertou muito interesse na sociedade sobre a empresa, esperançosos por oportunidades de emprego e no geral o desenvolvimento do país. Diferentemente do que o nosso entrevistado respondeu, para nós a Vale venceu o concurso internacional sob critérios que não foram transparentes.

A Vale em Moçambique traz luz às questões do funcionamento das políticas nacionais. Em conversas informais com algumas autoridades, a percepção que tínhamos era a de que as autoridades da época já aguardavam e concordavam com a chegada da empresa, isso fez com que a Vale se tornasse um proprietário absoluto das reservas e sobre elas estruturasse a sua hegemonia, expansão e internacionalização através do discurso sobre cooperação Sul-Sul.

A hegemonia da Vale em Moatize era tão grande e notória que sobressaia nas instituições oficiais. Segundo Vunjane (2011), a Vale interferia no funcionamento normal das instituições, chegando a manipular as consciências da população e se aproveitando da conivência e submissão de alguns setores do Estado.

Por exemplo, quando abordamos a questão dos impactos ambientais, os reassentamentos e como era feita a fiscalização, o nosso entrevistado respondeu o seguinte:

Relativamente às questões socioambientais, ainda que a luz do contrato celebrado, especificamente em seu art. N° 15, previsse na sua essência que a transacional deve-se observar e tomar as medidas cabíveis para acautelar todos quaisquer incidentes ambientais, o que se observou na prática foi uma total inversão do que o relação contratual prévia, isto porque, logo após o início da atividade extrativa, inúmeras foram as denúncias, que davam conta tanto da quebra de uma importante cláusula contratual com o governo Moçambicano. [...] O governo moçambicano foi bastante tímido, pra não dizer inoperante face às constantes denúncias, não faz valer muitas das vezes suas leis, e legislação atendente a matéria supracitada, que por sinal, é bastante moderna e atualizada, graças em grande parte do seu interesse pelo tema, o governo como parte do estado que deveria ser o guardião garantidor do cumprimento das leis, não foi, e pior, em alguns momentos ficou do lado da minerador e contra seus nacionais, usando do seu monopólio da força policial, para perpetuar a violação de direitos fundamentais dos seus nacionais, a favor dos interesses da Vale. Depois que a Vale começou o processo de extração, poucas foram as vezes que o governo foi lá e fiscalizou suas atividades. (REPRESENTANTE DO GOVERNO, 2023).

A postura do governo em relação a Vale era de muita omissão, os governantes estavam mais preocupados com os ganhos individuais do que com os benefícios para a maioria. Infelizmente, Moçambique é um país com muita corrupção, nos documentos oficiais aparece que Moçambique acompanhou todo o processo da instalação da Vale em Moatize, mas fica claro que embora todos concordem que os reassentamentos tiveram um impacto negativo, as pessoas no comando preferiram ignorar as denúncias logo no início, só se posicionando quando as denúncias tomaram proporções maiores.

Diante de todo exposto, acreditamos que o Brasil nesse cenário se aproveitou do discurso sobre cooperação Sul-Sul para projetar economicamente um ator econômico privado brasileiro, a Vale, seguindo uma tendência que não se restringiu ao continente africano dentro da diretriz Sul-Sul na política externa do período como aponta Honório (2019) ao observar o mesmo fenômeno na América Latina. Nosso entrevistado destaca que o Brasil conseguiu por meio da Vale em Moatize importar para Moçambique a sua concepção predatória de violação de Direitos Humanos, já vista por exemplo, no desastre de Brumadinho em Minas Gerais. A anuência do governo moçambicano deu espaço para que muitos erros cometidos durante a instalação do projeto fossem mais adiante.

4.3.2 As relações trabalhistas no projeto Vale em Moatize

Quando pensamos na relação entre os funcionários da Vale em Moatize, nos questionamos do porquê de tamanha cautela dos colaboradores da Vale em dar entrevistas de cunho acadêmico ou outros fins. Nas nossas leituras, percebemos que não fomos os únicos que tiveram dificuldade para falar com algum representante da Vale, ou mesmo com funcionários. A alternativa a que recorremos foi de conversar com ex funcionários, por exemplo, nas conversas informais que tivemos com alguns funcionários, eles deixavam claro que não poderiam comentar nada inerente ao funcionamento da Vale em Moatize, pois teriam problemas no futuro, que poderia lhes custar o emprego.

Para Vunjanhe (2011), a situação de trabalho dos moçambicanos que atuam na Vale é extremamente desigual. Isso se deve a dois fatores, primeiro que os salários para os trabalhadores brasileiros e de outras nacionalidades é muito mais elevado do que a dos moçambicanos no geral e outro fator que já foi alvo de reivindicações foram as demissões em massa e sem justa indenização e as condições de trabalho.

Élvio⁹, ex-funcionário da Vale com 5 anos de empresa, destaca que as relações trabalhistas foram objetos de conflitos entre brasileiros e moçambicanos, pois os brasileiros ganhavam mais do que os moçambicanos em funções semelhantes e com o mesmo nível acadêmico. Existiam diferenças nos benefícios e contratos estabelecidos devido às leis trabalhistas diferenciadas nos dois países, menor representatividade moçambicana nos cargos de chefia, entre outras situações.

Uma fragilidade que é percebida no governo moçambicano, que mais tarde recaiu em conflitos que a Vale experimentou é a deficiência na formação em Moçambique, os quadros da Vale exigiam muitos treinamentos, formações e acompanhamentos por especialistas e auditores para permitir que todos entendessem e dominassem a estrutura organizativa da Vale, afim de produzir e entregar um carvão de qualidade. Nessa senda, a má formação dos funcionários moçambicanos dificulta o crescimento do país, e o Brasil vê nessa fragilidade uma oportunidade para se sobressair.

Uma das nossas questões davam conta de perceber se na perspectiva dos funcionários da Vale ela conseguiu cumprir o que se propôs em 2004 quando venceu o concurso internacional, o nosso entrevistado respondeu o seguinte:

⁹ Élvio Daniel Sebastião Mate foi trabalhador da Vale durante cinco anos, ocupando o cargo de Supervisor de Planta de processamento. Ele autorizou seu nome na pesquisa.

A implantação da Vale em Moatize mudou a vida da população, assim como do distrito, mas não como o esperado, pois a Vale fez pouco para desenvolver o distrito e melhorar a vida da população em comparação com os outros países que a Vale opera. O reassentamento que a Vale fez no âmbito de retirada das pessoas abrangidas na concessão do projeto foi um verdadeiro fracasso, casas sem qualidade, local muito distante de tudo. É difícil dizer se a Vale cumpriu ou não o que se propôs a fazer durante o acordo com o Governo de Moçambique porque o tal acordo nunca foi acessível a todos interessados em saber o conteúdo do acordo, como moçambicanos vimos as coisas acontecer sem saber a essência das promessas, garantias dadas ao Governo, assim como os ganhos que Moçambique teria com o projeto, salvo especulações que cada cidadão achava (ELVIO, 2023).

Mais uma vez voltamos à questão da não transparência dos acordos pré-estabelecidos para a concessão do direito de exploração do carvão mineral à Vale. A maneira pela qual as grandes empresas como por exemplo a Vale se relacionam com as autoridades, funcionários, o governo no geral, diz muito sobre o verdadeiro objetivo dessas empresas.

4.3.3 A luta das organizações da sociedade civil

Sem sombra de dúvidas, a sociedade civil fez e faz muito para que as vozes dos afetados na Vale e em outras situações sejam ouvidas pelo governo e pelo mundo, e com isso se pense em soluções que possam beneficiar a todos.

Um dos entrevistados afirma que a razão pela qual até hoje existe tanto descontentamento com o projeto da Vale em Moatize, é pelo fato da Vale não ter deixado um legado positivo sobre questões de cunho social, econômico e ambiental. Muito se fala sobre o desenvolvimento trazido pela Vale, e se de fato ele trouxe, basta analisar o número dos empregados durante o funcionamento da Vale em Moçambique.

Entretanto, devido a algumas incoerências do projeto, os órgãos da sociedade civil afirmam que para uma empresa da dimensão da Vale, os ganhos foram poucos para Moçambique quanto foi para o Brasil. Moçambique ofereceu muitas isenções fiscais a Vale, e segundo o entrevistado Alfredo¹⁰, as transações bancárias da Vale eram realizadas fora do mercado bancário moçambicano, fato que não contribuiu na balança comercial de Moçambique e no índice das exportações.

¹⁰ Alfredo Josefa economista de profissão. Faz parte do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil, Madeiras e Minas de Moçambique – Sinticim.

Retomando a questão do legado deixado pela Vale, vamos abordar uma das maiores polêmicas em torno dos conflitos que marcaram a presença da Vale em Moatize, a questão dos reassentamentos das mais de 1000 famílias. É importante pontuar que o processo dos reassentamentos foi acompanhado pelo governo moçambicano, as instituições indicadas, junto com o governo distrital, compunham uma comissão que ficou responsável pelo reassentamento, bem como mediar os conflitos entre as populações e as empresas de mineração instaladas em Moatize.

Ou seja, o governo participava dos licenciamentos e das fiscalizações a nível local. É por isso que para o Abudo¹¹ o processo de reassentamento foi mal executado desde o início, não houve uma consulta comunitária para poder fazer um processo de construção de casa com um modelo aceitável, as casas foram entregues, mas algumas já se encontravam degradadas, o que deixou a população muito enfurecida.

No distrito de Moatize existem outras mineradoras, que também passaram pelo processo de reassentamento, entretanto, só foi com a Vale que a questão do reassentamento deu problemas. As circunstâncias vividas pelas famílias reassentadas eram precárias, e o mais agravante é que o governo local, distrital, provincial e central de Moçambique tinha conhecimento, mas nada faziam para tentar melhor essa situação.

Relatos e depoimentos dos nossos entrevistados dão conta do favorecimento do governo em relação à empresa. Infelizmente, Moçambique é um país que existe muita censura, quando as manifestações tomaram proporções maiores, ao invés dos órgãos governamentais dialogarem com as comunidades locais, eles partiram para as repressões policiais feitas contra os manifestantes. O Alfredo aponta que o posicionamento do governo quando não é de silêncio total pela sua cumplicidade com a Vale, ela usa da força policial para intimidar manifestações que buscam evidenciar casos concretos de violação de leis e princípios da parte da empresa contra a população. Para Abudo, o governo se posiciona dessa forma, pois:

O nosso governo é caracterizado por corrupção quando se trata de casos de gênero, os nossos governantes são muito poucos transparentes o governo tão pouco se pronunciou sobre o assunto de prejuízo das famílias afetadas pelo projeto, falta de diálogo e reconhecimento do seu povo que daquelas terras conseguiram fazer alguma coisa para sobrevivência (ABUDO, 2023).

¹¹ Abudo Gafuro Manana comanda a Associação Kuendeleya em Cabo Delgado e esteve à frente dos movimentos dos protestos contra a Vale em Moatize. Tendo posteriormente, sido distinguido com o Prémio Voluntário do Ano pela Promoção da Paz e Coesão Social.

A corrupção é um grande entrave para o desenvolvimento de Moçambique, desde o início das negociações com a mineradora brasileira o governo não foi transparente. É notório que no âmbito da cooperação sul-sul, o Brasil se beneficiou das fragilidades das políticas públicas moçambicanas. O Brasil desempenhou um papel estratégico no caso da Vale, se projetando internacionalmente, e no campo interno, ou seja, em Moçambique se beneficiando com os rendimentos que a Vale obtinha.

Cabe, por fim, para Moçambique se fortalecer no combate contra a corrupção, e tentar criar legislações socioambientais mais rígidas, pois só assim será possível proteger a população contra os enormes prejuízos sociais trazidos por projetos como esse analisado.

Conclusão do capítulo

O projeto da Vale em Moatize consistiu na pesquisa, prospecção e exploração mineira na bacia carbonífera de Moatize, uma das maiores reservas de carvão mineral não exploradas do mundo e de elevada qualidade, que fica situada na província de Tete. A Vale passou a deter o direito de exploração da área por meio do concurso internacional aberto por Moçambique, saindo a Vale vencedora do mesmo.

Desde 2004, a Vale opera em Moçambique. Após vencer o concurso, estudos de viabilidade foram iniciados, a fase de implantação foi de 2004-2011, a segunda fase foi de operacionalização que teve início em 2011. O investimento inicial da Vale em Moçambique foi de mais de 1 bilhão de dólares, entretanto, no contrato assinado foram concedidos benefícios fiscais através do Código de Benefícios Fiscais (Decreto 16/2002). É por conta desse benefício que alguns moçambicanos acreditam que foram prejudicados na economia e no desenvolvimento do país.

Os acordos para aceitação da Vale em Moatize até hoje não são muito claros, o processo todo não foi transparente. O que se sabe de fato, é que a Vale seguiu todos os procedimentos exigidos pela lei para dar início ao processo de instalação e obtenção da concessão do projeto de carvão de Moatize. Porém, a Vale tem sido alvo de diversas críticas, sobretudo por conta dos reassentamentos.

A grande crítica em torno da Vale se deve aos conflitos com as comunidades locais reassentadas, não foi dada a atenção devida para essa população, seja pela indenização considerada injusta ou então pelas casas precárias que foram concedidas a

esses moradores. Não teve uma consulta pública com a população local para ouvir seus anseios e quem sabe evitar todos os conflitos que surgiram.

Essas críticas se estendem ao governo moçambicano que muitas vezes foi omissivo e quando começaram a haver manifestações ficou de lado da Vale. O posicionamento do governo moçambicano expôs as fragilidades do governo, a corrupção que existia e a cumplicidade do governo para com as atitudes que feriam os direitos humanos das comunidades.

A cultura do silenciamento em torno da Vale foi algo que foi confirmado, a cautela que os atores envolvidos diretamente com a Vale em Moatize tem é impressionante. Dois anos depois da Vale vender suas ações e deixar Moçambique, esse silêncio ainda é sentido.

O projeto da Vale em Moatize nos faz questionar até que ponto os países podem ir para se projetar internacionalmente? Até que ponto a população deve sofrer por conta de interesses particulares dos dirigentes de seus países? Estamos cientes que projetos dessa envergadura beneficiam os dois países na maioria das vezes, mas isso só se dá quando se coloca os interesses coletivos como prioridade na cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões empreendidas ao longo desta dissertação foi possível chegar a algumas conclusões, já expressas durante o texto sob a forma de análises no final de cada capítulo, mas que serão retomadas nesta seção a fim de sistematizar as principais ideias expostas nos capítulos em questão.

No que se refere ao Sul global como nexos causal das relações Brasil-Moçambique nos governos Lula, é importante colocar que, a ideia de Sul Global é indispensável para se entender as relações Brasil-Moçambique, uma vez que o desenvolvimento do Sul Global nasce como um movimento de resistência e passa a ocupar um espaço importante na periferia da economia mundial e da política internacional, sendo utilizado como identidade política para projetar-se como um ator relevante no campo da política internacional, tal como fez o Brasil, o que nos leva a responder ao primeiro questionamento empreendido na nossa introdução, que dá conta de questionar de que forma o Brasil capitalizou politicamente e economicamente suas ações de cooperação Sul-Sul para atuação na política internacional.

Dessa forma, entendemos que os projetos, como por exemplo a Vale ou a PROSAVA, evidenciam lacunas do Estado moçambicano, quer seja por suas ações ao combate a corrupção, ou ações de fortalecimento do aparato público no país, que permitem prejuízos não só econômicos, mas também sociais por projetos como os supracitados, quando desenvolvidos de forma como demonstrada nesta dissertação. No entanto, dependendo da análise empregada ao observar esses projetos, a postura brasileira nesses projetos para África, o perdão das dívidas de alguns países, pode aparentar uma intenção de firmar relações de caráter mais horizontal, no contexto das relações Sul-Sul, e também à intenção de firmar uma posição no cenário internacional, ocupando papel de protagonismo no processo de desenvolvimento de países como Moçambique. Conclui-se com isso, que o caminho que o Brasil busca quando protagoniza projetos dessa envergadura, é de se projetar economicamente e politicamente no sistema internacional.

Apesar da percepção negativa da ação do Brasil em Moçambique nos projetos acima mencionados, cabe lembrar também de projetos de caráter mais cooperativo, como o caso da FIOCRUZ Moçambique, pontuadas no capítulo dois. São esses os projetos que devem ser fomentados e ampliados pelos dois governos, projetos que visam a construção de relações mais horizontais de fato, considerando o caráter dos países

envolvidos, ambos situados na periferia do sistema-mundo, ainda que em posições diferentes neste campo de poder.

Outra conclusão possível refere-se às relações de carácter históricos dos dois países, que foi marcada por momentos de distanciamentos e aproximações por conta das transformações históricas que ocorriam no próprio sistema internacional e na trajetória histórico-político dos dois países. A reaproximação entre o Brasil e África volta a se observar nos mandatos do presidente Lula.

O governo Lula pode ser apontado como o ponto mais alto no que se refere às relações Brasil e África, existia muita expectativa por parte dos países africanos pelo discurso do Lula que dava conta que um dos objetivos dele era obter uma maior aproximação com o continente africano. É por esse objetivo que várias áreas de cooperação entre o Brasil e a África foram possíveis dentro do mandato do Lula, como foi o caso da Vale.

Por outro lado, a política externa moçambicana foi percebida como muito dependente da cooperação internacional. A história de Moçambique mostra que após a luta de libertação nacional o país se viu obrigado a buscar, na cooperação internacional, componentes para a construção e a sobrevivência do Estado. Entretanto, passados 47 anos, a estrutura organizativa do país se vê enfrentando um dos maiores entraves no seu crescimento enquanto nação, que é a sua própria estrutura organizativa, uma estrutura extremamente centralizada, que se estende de maneira abrangente em diversos níveis hierárquicos do país. Contudo, essa estrutura está diretamente ligada à herança marxista-leninista da FRELIMO como podemos observar no capítulo três.

Outra conclusão refere-se aos resultados do estudo de caso, percebe-se uma reação negativa quando pensamos nos impactos da cooperação Sul-Sul para Moçambique por meio da Vale em Moatize, é percebido que a maior crítica feita pelos funcionários, organização da sociedade civil e até mesmo os agentes do governo é em torno dos reassentamentos das comunidades locais. Outro ponto importante a destacar, alvo de muitas críticas, é a questão da convivência e participação das elites e autoridades moçambicanas, que se observou na implantação e instalação da Vale em Moatize. As manifestações de contrariedade à ação da empresa no país foram ignoradas pelo governo moçambicano e pela própria Vale, com isso, coloca-se que a exploração mineira da Vale tinha objetivos próprios que não incluíam a verdadeira cooperação Sul-Sul anunciada em 2004 quando a Vale tornou-se vitoriosa no processo de licitação.

A partir deste estudo considera-se importante o aprofundamento sobre o objeto de pesquisa, visto que estudos mais detalhados poderão dar uma maior dimensão dos impactos sociais, ambientais e econômicos que a Vale em Moatize teve, e constatar que o Brasil através do discurso da cooperação Sul-Sul conseguiu se projetar política e economicamente no sistema internacional. Com essa pesquisa e possivelmente com os desdobramentos dela decorrentes pretende-se contribuir para uma melhor interpretação do que foi a Vale em Moatize para além do discurso oficial brasileiro de cooperação internacional e às expectativas dos próprios moçambicanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Laís. **A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI**. UnB, Brasília, 2014.

ALMEIDA, Elga; KRAYCHETE, Elga. **Cooperação Brasil-Moçambique no governo Lula: marcos para a compressão de um discurso**. In: KRAYCHETE, Elsa. VITALE, Denise (org.). *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: desafios do século XXI*. Salvador, UFBA, 2013.

Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). **8 Coisas a Saber sobre a Ajuda Pública ao Desenvolvimento**. [online]. 2019. Disponível em: <https://www.afd.fr/pt/actualites/8-coisas-saber-sobre-ajuda-publica-ao-desenvolvimento>.

BALLESTRIN, Luciana. O Sul Global como Projeto Político. *Horizontes ao Sul*. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>. 2020.

BANDUNG. **Comunicado Final da Conferência Afro-asiática**. Fonte: http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf, 1955.

BARRAGÁN, Rossana. *Formulación de proyectos de Investigación: guía de procedimientos básicos para la formulación de un proyecto de investigación*. **La Paz, Fundación PIEB**. 2008.

BAYART, Jean. **África en el espejo. Colonialidad, criminalidad y Estado**. Fondo de Cultura Económica. Mexico, 2011.

BESHARATI, Neissan; ESTEVES, Paulo. **Os BRICS, a Cooperação Sul-Sul e o Campo da Cooperação para o Desenvolvimento Internacional**. Contexto Internacional (PUC). Rio de Janeiro, vol.37, n 1, 2015.

BESHARATI, Neissan. Busan HLF4: Bringing Everyone under the Same Roof. In: **South African Institute of International Affairs**, 2012a. Disponível em: <http://www.saiaa.org.za/opinion-analysis/busan-hlf4-bringing-everyone-under-the-same-roof>.

BESHARATI, Neissan. **Intersection of South-South Cooperation and Aid Effectiveness Discourse**. Joanesburgo, 2012b.

BRITO, Luís. **Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983**. Ed. IESE. 2019.

BUARQUE, Cristovam. **A Cooperação Sul-Sul**. Brasília: Fundação UnB, 1982.

BUSSOTTI, Lucas & MACAMO, Ernesto. **A Cooperação Bilateral Brasil-Moçambique, com Enfoque Especial na Área da Defesa**. *Cadernos de Estudos Africanos* [online], 36 | 2018.

CAIXETA, Marina; MENEZES, Roberto. Desafios atuais para a cooperação sul-sul: as desigualdades e o sul global. **Revista Monções**, Dourados, MS, V.10, N°20, jul. / dez. 2021.

CALICH, Ana. **O Impacto da Cooperação Sul-Sul nos Países Periféricos: um Estudo sobre a Presença do Brasil em Angola e Moçambique**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

CAMPOS, Luciana. **Relações Brasil-Moçambique: da desconfiança à cooperação (1975-1985)**. PPGRI/UNB. Brasília, 2015.

CAU, Hilário. **A Construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil**. 14 de abril de 2011, 132fls, Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

CUCO, Arcenio. **Espaço de Moçambique nas Relações Brasil-África: Breve Análise da Política Externa Brasileira para a África.** UFRS, v.5, n.10, 2018.

CUAMBE, Inês. **Análise da Dinâmica Socioambiental em Áreas De Mineração: Um Estudo da Exploração do Carvão Mineral em Moatize-Tete-Moçambique.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Paraíba, São Jose dos Campos, 2016.

CHICHAVA, Sérgio; ALDEN, Chris. Civil Society and the opposition to ProSavana in Mozambique: End of the line? In: ALDEN, Chris; CHICHAVA, Sérgio; ALVES, Ana (org.) **Mozambique and Brazil: Forging new partnerships or developing dependency?** Cidade do Cabo: Jacna Media, 2017.

DIAZ, José. **Limites da Cooperação Internacional: O Caso de Moçambique.** UNIEURO, Brasília, 2018.

ECOSOC, **Support to UN Development Cooperation Forum 2010: South--South and triangular cooperation:** improving information and data. New York: ECOSOC, 4 nov. 2009. Disponível em: https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/publications/analytical_study_ssc_-_november_2009.pdf

FIGUEIRA, Arlane. **Introdução à Análise de Política Externa.** Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

Frente Nacional de Prefeitos (FNP). **Cooperação Internacional Descentralizada** [online], 2021. Disponível em: <https://fnp.org.br/internacional/cooperacao-internacional-descentralizada>.

FONSECA, João. **A Cooperação Sul-Sul e o Campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Um Estudo de Caso sobre Moçambique e Dependência Simbólica.** Dissertação de Mestrado. PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2014.

FONSECA, Lucas. **O Sul Global e o desenvolvimento do conceito da responsabilidade de proteger: CIBAS e o caso líbio**. UFPB/CCSA. João Pessoa, 2016.

GERHARDT, Tatiana; & SILVEIRA, Denise. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GROVOGUI, Siba. A Revolution Nonetheless: The Global South in International Relations. **The Global South**, Vol. 5, No. 1, 2011.

HIRST, Monica. Países de renda média e a cooperação Sul-Sul: entre o conceitual e o político. In: LIMA, Soares; HIRST, Monica. (Org.). **Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HONÓRIO, Karen. Política regional e projeção de interesses privados: problematizando a América do Sul nos governos Lula. Rev. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, 2019.

INICIATIVA DE TRANSPARÊNCIA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA (ITIEM)–MOÇAMBIQUE. **Sexto Relatório da ITIEM**. Maputo, 2015.

Japan International Cooperation Agency (JICA). ProSavana: Transformando as Savanas Tropicais de Moçambique em uma região produtora de alimentos [online], 2022. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/publications/c8h0vm000001w9k8-att/prosavana.pdf>

JÚNIOR, Haroldo. **Uma Análise da Política Externa do Governo Lula da Silva**. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 60-80, jul.-dez. 2010.

KALTMEIER, Olaf. Global South. **Concepts of the Global South** – Voices from around the world, Global South Studies Center, University of Colonia, Alemanha. 2015.

KLOB, Sinah. The Global South as Subversive Practice: Challenges and Potentials of Heuristic Concept. In: **The Global South**, vol. 11, n° 2. Indiana University Press, 2017.

LANDAU, Georges. O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento. In: **Revista de Economia e Relações Internacionais** (Org.). Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado. Vol. 6, n. 1. 2008. São Paulo: FEC-FAAP, 2007.

LANGA, Ercílio. **Diplomacia e política externa em Moçambique: o primeiro governo pós-independência- Samora Machel (1975-1986)**. Revista Brasileira de Estudos Africanos, Porto Alegre | v. 6, n. 11, Jan./Jun. 2021 | p. 11-32 11

LEITE, Soares. O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão**, 2011.

LIMA, Maria. Relações internacionais e políticas públicas: a contribuição da análise de política externa. em **A política pública como campo multidisciplinar**, por Eduardo Marques e Carlos Faria, 127-154. São Paulo: UNESP, 2013.

MACHADO, Luiz. **A teoria da dependência na América Latina**. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp.199-215. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141999000100018>.

MARIA, Ana. **A cooperação Sul-Sul e os tipos de relações internacionais existentes entre Brasil e Moçambique**. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 08-19. 2020.

MARIANO, Marcelo; JÚNIOR, Haroldo; &ALMEIDA, Rafael. **A Cooperação Sul-Sul na Política Externa Brasileira dos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff**. ALACIP. Lima, 2015.

MARTINS, Paulo. Norte e Sul como Referências para uma Ciência Social global: Transdisciplinar, Antiutilitarista e Pós-Colonial. **Revista TOMO**, n° 31. UFSB, 2017.

MASSANGAIE, Arnaldo. **A Política Externa de Moçambique e sua Inserção no processo de Integração Regional na África Austral**. Porto Alegre, Ano 2017.

MERLE, Marcel. **La politique étrangère**. Presses Universitaires de France (PUF), 1984.

MENDICOA, Gloria. **Sobre tesis y tesisas. Lecciones de enseñanza y aprendizaje**. Buenos Aires, Espacio Editorial. 2003.

MILANI, Carlos. **Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. Caderno CRH, Salvador, 2012.

MILANI, Carlos; DUARTE, Rubens. Cooperação para o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul: a perspectiva do Brasil. In: RAMANZINI JR, Haroldo; AYERBE, Luís (org.). **Política externa brasileira, cooperação Sul-Sul e negociações internacionais**. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015. pp. 51-79.

MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **O Perfil do Distrito de Moatize Província de Tete**. Maputo, 2014. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz>

MORAIS, Jean. **Geopolítica e história econômica das relações Brasil-Moçambique: a longa duração e a inflexão no governo Lula. Dissertação de Mestrado**. USP, São Paulo, 2019.

MORIN, Jean. & PAQUIN, Jonathan. How to Identify and Assess a Foreign Policy? Em **Foreign Policy Anaysis: a toolbox**, 17-68. Canada: Palgrave MacMillan, 2018.

MORIN, Jean. & PAQUIN, Jonathan. What Is Foreign Policy Analysis? Em **Foreign Policy Analysis: a Toolbox**, 1-17. Canada: Palgrave MacMillan, 2018.

MOURÃO, Fernando. A cooperação internacional e as relações entre países. In: **Contexto Internacional**, IRI-PUC, n°6, Rio de Janeiro, 1987.

MUÑOZ, Enara. **Uma Visão Crítica da Cooperação Sul-Sul: Práticas, Atores e Narrativas**. Caderno do Ceas. Espanha, 2017.

MUTZENBERG, Remo. **Protestos Sociais em Moçambique: Uma agenda de pesquisa**. Revista Civitas, v. 14, n. 1, Porto Alegre, 2014.

MWANGI, Gakuo. Mozambique's Foreign Policy: From Ideological Conflict to Pragmatic Cooperation. In: ADAR, Gombe; AJULU, Rock (Org.). **Globalization and emerging trends in African states' foreign policy-making process: a comparative perspective of Southern Africa**. London: Ashgate, 2002.

PAREDES, Marçal. **A construção da identidade nacional moçambicana no pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa**. Vol. 21, n. 40, Anos 90, Porto Alegre, dez de 2014

PEIXOTO, Gabriela. **Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Moçambique: Fome, agricultura e Relações Internacionais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

PERREIRA, Luiz. **As Três Interpretações da Dependência**. Revista Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010

PINO, Bruno. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, A. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. IPEA, 2014.

PINO, Bruno. **A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília: 2013.

PINHEIRO, Leticia. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol.22, nº 2, jul/dez, 2000.

PISETA, Ivan. **Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: independência ou complementariedade?** [online]. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cooperacao-sul-sul-para-o-desenvolvimento-independencia-ou-complementariedade/>.

PISETA, Ivan. **Cooperação Norte-Sul como parte da Cooperação Internacional.** [online]. 2018. Disponível em: https://www.politize.com.br/cooperacao-norte-sul-entenda/?doing_wp_cron=1655320033.2782869338989257812500

RAMANZINI, Haroldo; MARIANO, Passini; ALMEIDA, Rafael. As Diferentes Dimensões da Cooperação Sul-Sul na Política Externa Brasileira. In: _____; AYERBE, Luís Fernando (Org.). **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

RESOLUÇÃO 32/2010 de 30 de agosto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Diário da República: I série, n 34 (2010).

ROCHA, Fábio. **Dependência e reconstrução pós-bélica: análise da dimensão econômica do peacebuilding no Timor-Leste.** Foz do Iguaçu, 2022.

RODRIGUES, Larissa. **O Sul global e a política externa de Lula da Silva (2003- 2010) para as questões agrícolas na rodada Doha.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa, João Pessoa, 2019.

RODRIGUES, Yssysay. **A Vale em Moçambique: Uma etnografia das relações entre brasileiros e moçambicanos no cotidiano dos megaprojetos.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista. 2015.

SARAIVA, José. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).** Brasília: Editora da UnB, 1996, p.29.

SANTOS, Boaventura. **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Universidad de los Andes/Siglo Veintiuno Editores. 2011.

SANTOS, Maria. **A Cooperação Sul-Sul (CSS) para a Reorientação dos Imaginários e Práticas do Desenvolvimento: os Caminhos da Cooperação entre Guiné Bissau e Brasil**. Tese de Doutorado. UnB. Brasília, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Roberta & CERQUEIRA, Mateus. **Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. 2015.

SANTOS, Vanicléia. **Brasil e Moçambique nos anos 1974-1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul**. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 277-301, jul./dez. 2014

SATO, Eiiti. **Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais**. RECIIS. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.46-57, mar, 2010.

SILVA, Igor. **Política Externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)**. Porto Alegre: CEBRAFRICA-UFRGS, 2016.

SILVA, Romeu da. Fim do ProSavana: Uma oportunidade para o desenvolvimento agrícola em Moçambique? In: Deutsche Welle (DW) [online]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/fim-do-prosavana-uma-oportunidade-para-o-desenvolvimento-agr%C3%ADcola-em-mo%C3%A7ambique/a-54339235>. Acesso em 20 de junho de 2021.

SOLARZ, Marcin. Third World: the 60th anniversary of a concept that changed history. **Third World Quarterly**, n. 33, v. 9, p. 1561-1573. 2012.

SOUZA, André. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2014.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. México, Universidad de Guadalajara: CALAS, 2019.

SZEIFERT, Jurek; VELOSO, Sérgio. O primeiro ciclo de cúpula dos BRICS: um balanço crítico. IN: Oxfam & BRICS Policy Center (Org.) **Os BRICS e seus desafios no combate à desigualdade**. 2014

VIZENTINI, Paulo. Editorial: Terceiro Mundo ou Sul Global? Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.4, n.8, Jul./Dez. 2015

VIZENTINI, Paulo. A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-“fim da história”. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. **Tempo**, v.8, n°16, 2004.

UN – UNITED NATIONS. **Millennium development goals progress report**. New York: United Nations, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/wZRNOE>>.

United Nations Development Programme (UNDP). **Forging a Global South**. United Nations Day For South-South Cooperation. Disponível em: <http://www.undp.org/content/dam/china/docs/Publications/UNDP-CH-PR-Publications/UNDay-for-South-South-Cooperation.pdf> . Acesso em 12 de out. De 2021. 2004.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **South-South Cooperation: Africa and the New Forms of Development Partnership**. Report 2010. United Nations Publication. Geneva, 2010.

UNDP Special Unit for South-South Cooperation. **Towards A Consolidated Development Platform for the South**, prepared for 2nd G-77 Eminent Persons Group meetings. New York: UNDP, oct 18-19, 2007.

VALE. **Nossa História**. Disponível em: < <https://www.vale.com/pt/o-que-fazemos>>. Último acesso em 26 de nov 2015.

WALLESTEIN, Immanuel. A África e a economia-mundo. In: AJAYI, Ade (Org.). **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**, Brasília: UNESCO, 2010.

WASSE, Hercínia. **Diplomacia e Política Externa em Moçambique: Estudo de Caso do Governo Joaquim Chissano (1987-2005)**. Trabalho de Conclusão de Curso, UNILAB. Salvador, 2022.

ZECA, Emílio. **Notas Sobre a Política Externa e Diplomacia de Moçambique: Princípios, Objetivos e Mecanismos de Implementação**. Vol. 2, Nº 05, Ano II, julho - setembro de 2015.

ANEXO A: PERGUNTAS PARA OS ENTREVISTADOS

Questionário para Agentes do Governo

1. De que maneira se deu o acordo/negociações entre o governo brasileiro e o governo moçambicano para a exploração da Vale em Moatize?
2. Foram levadas em conta as questões socioambientais?
3. Se sim, de que forma o governo procedeu com as constantes reivindicações por parte das comunidades locais e das organizações não governamentais insatisfeitas com a presença da Vale em Moatize?
4. A Vale proporcionou muitas oportunidades de trabalho para os jovens moçambicanos? Sabe-se que muitos dos jovens contratados vinham da capital do país, acha que existia algum acordo específico para seleção desses jovens?
5. Havia fiscalização da área explorada da Vale em Moatize? Porque muito se fala entre os moradores locais que eles foram abandonados pelo governo e a Vale, tendo suas “machambas/terrenos agrícolas” afetadas pela exploração do carvão. De que forma era feita a fiscalização?
6. Como vê o papel do Brasil e sua política externa com Moçambique para a realização do projeto Moatize?

Questionários para Funcionários da Vale em Moatize

1. Nome, idade, cargo na empresa e tempo de serviço?
2. Como era o clima organizacional dentro das instalações da Vale?
3. De que forma avalia a atuação da Vale em Moçambique? Especificamente em Moatize?

4. Quanto à oportunidade de trabalho, acha que a Vale cumpriu o que se propôs a fazer durante o acordo entre o Brasil e Moçambique para a instalação da Vale em Moatize?
5. Fale um pouco sobre as oportunidades de crescimento profissional dentro da Vale.
6. Como vê o papel do Brasil e sua política externa com Moçambique para a realização do projeto Moatize?

Questionário para Órgãos Sociais

1. De que forma enxerga o papel/atuação da Vale em Moçambique? Especificamente em Moatize?
2. Poderia comentar a questão do reassentamento das aproximadamente 1313 famílias?
3. Das reivindicações da população por conta da instalação do projeto Vale em Moatize, qual na sua opinião teve mais ênfase?
4. Qual foi o posicionamento do governo perante tais reivindicações? O governo agiu corretamente?
5. Pela Vale ter feito um investimento muito grande no país, acha que o governo moçambicano foi omissos quanto aos conflitos que perduraram durante toda a instalação e estadia da Vale em Moatize?
6. Como vê o papel do Brasil e sua política externa com Moçambique para a realização do projeto Moatize?

ANEXO B: RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

Resposta do Questionário para Agente de Estado

R1. Vamos lá, pra responder essa primeira pergunta, julgo imperioso, de forma breve, contextualizar historicamente o próprio processo de extração ou exploração de carvão em Moçambique (e de forma particular na província de Tete), isso porque, talvez até, nos ajuda a compreender um pouco como foi construída essa relação contratual (e aqui talvez pela minha orientação/formação e conseqüente inquinação para um olhar hermenêutica jurídica), de forma um pouco tanto técnica, gostaria de me valer dessa lente. Só a caráter de formalidades que diria o acordo em si, ele foi constituído por um ente estatal (o governo Moçambicano) e um não-estatal (a transacional Vale). Mas voltando ao cerne da questão, pode-se afirmar que o processo de exploração de carvão na província de Tete, ele data desde o próprio período colonial, lá entre os anos da década de 1940, o que possibilitou inclusive a construção de algumas infraestruturas que seriam cruciais como os caminhos de ferro (e que infelizmente foram perdidos durante a guerra civil). Ah pronto, por outro lado, de lembrar também a criação da Companhia Carbonífera de Moçambique (CCM), que se deu também no mesmo período. Moçambique após a sua independência em 1975, foi economicamente um país um pouco fechado para o comércio internacional, muito por conta até da orientação ideológica da FRELIMO, esse movimento que encabeçou o processo de luta armada de libertação nacional, mas esse cenário mudaria já na década de 90, esse foi o período chave para o processo de liberalização econômica, é aí onde começam os primeiros movimentos, até para a própria privatização do processo de extração do carvão da vila de Moatize, na província de Tete, daí que o governo moçambicano decide abrir um concurso internacional para reativação e conseqüente exploração do carvão da mina de Moatize. Tendo efetivamente ocorrido 2004 com o início de que a mineradora Transnacional de origem brasileira Vale, foi a grande vencedora do concurso. Três anos depois (2007), precisamente no dia 25 de junho, o governo moçambicano representado pela então ministra dos recursos minerais e a transnacional Vale pela RIO DOCE MOÇAMBIQUE, LIMITADA, celebraram o contrato de exploração do carvão na vila de Moatize por um prazo de até 35 anos. Por meio do DECRETO Nº 31/2007, A VALE em si, passou a deter pouco mais de 80% de toda a estrutura acionista daquele que se tornaria um dos se não o maior projeto nesta

vertente, os restantes percentuais foram divididos entre outros grupos empresárias nacionais, penso que isso se deu devido as obrigações contratuais. A Vale de acordo com o contrato celebrado entre as partes teria o direito a uma área de cerca de 23.780 hectares, para o exercício da extração mineral do carvão na província de Tete.

R2. Relativamente as questões socioambientais, ainda que a luz do contrato celebrado, especificamente em seu art. nº 15, previsse na sua essência que a transacional devesse observar e tomar as medidas cabíveis para acautelar todos quaisquer incidentes ambientais, o que se observou na prática foi uma total inversão do que o relação contratual previa, isto porque, logo após o início da atividade extrativa, inúmeras foram as denúncias, que davam conta tanto da quebra de uma importante cláusula contratual com o governo moçambicano ou, incumprimento contratual, a empresa por outro lado, violava a legislação ambiental em vigor no país, colocando em risco a vida dos habitantes não só da vila de Moatize, mais como das cidades circunvizinhas. A título de exemplo a partir de 2011, inúmeras foram as denúncias sobre as pouco mais de duas mil famílias reassentadas pela mineradora, na sua maioria antes viviam da agricultura, esses reassentamentos por si só, tiveram vários problemas, destacando-se de forma especial os terrenos pouco próprios para o continuo da atividade agrícola, a inalação das poeiras causadas pelo carvão e que conseqüentemente causaram inúmeras doenças respiratórias para as populações que estavam no entorno da mina.

R3. Diria que o governo moçambicano foi bastante tímido, pra não dizer inoperante face as constantes denúncias, não fez valer muitas das vezes suas leis, e legislação atendente a matéria supracitada, que por sinal, é bastante moderna e atualizada, graças em grande parte do seu interesse pelo tema, o governo como parte do Estado que deveria ser o guardião garantidor do cumprimento das leis, não foi, e pior, em alguns momentos ficou do lado da minerador e contra seus nacionais, usando do seu monopólio da força policial, para perpetuar a violação de direitos fundamentais dos seus nacionais, a favor dos interesses da Vale.

R4. Proporcionou sim, cerca de mais 85% dos trabalhadores contratados eram moçambicanos. Não existia nenhum acordo ou cláusula que obrigasse a Vale a contratar jovens maioritariamente da capital do país, aliás o artigo 14 nº1 tão somente obrigava a

empresa a contratar trabalhadores moçambicanos e estrangeiros, sem especificar de qual canto de Moçambique tinham que ser, logo, a empresa estava livre para contratar em qualquer parte do país, de acordo com suas necessidades.

R5. Sim, como referi anteriormente, as situações de violações de direitos fundamentais dos residentes tanto de Moatize como dos bairros circunvizinhos, em grande parte só aconteceram por conta da omissão e da conivência do governo, que por exemplo usava das forças policiais para reprimir manifestações da população, depois que a Vale começou o processo de extração poucas foram as vezes que o governo foi lá e fiscalizou suas atividades. Por outro lado, o único registro que me lembro de um caso de penalização da mineradora em Moatize se deu há cerca de dois anos atrás, quando esta foi condenada a indenizar pouco mais de 40 camponeses, por conta de uma barreira que impedia com que estes pudessem chegar aos seus territórios.

R6. Então é o seguinte, se fosse pra dar uma resposta sem muitos rodeios, nesse caso específico da Vale e do projeto de Moatize, eu diria que foi extremamente deletérias, aliás diria mais, o Brasil conseguiu através da Vale importar pra Moçambique a sua concepção predatória de violação de Direitos humanos, infelizmente com a anuência do governo moçambicano, é até um pouco difícil enxergar as ações da Vale em Moçambique (espaço internacional) e não relacionar por exemplo com os desastre de Brumadinho em Minas Gerais, o que reforça a minha visão de que, as constantes queixas e reclamações da população de Moatize de certa forma estão interligadas a um fenómeno que é constante no perfil da transacional Vale. Observa-se que, não estou querendo anular os investimentos ou até geração de empregos feitos pela empresa, só efetivamente esses todos investimentos e empregos, infelizmente custaram e tem custado a vida dos principais impactados (que é a população local). Os princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas sobre empresas e Direitos humanos, por exemplo, como parâmetros vinculastes estão aí desde 2011, e se aplicam tanto para o governo emissor da Vale (nesse caso o governo brasileiro) como para o governo moçambicano como receptor e ambos, sempre que foram chamados a coibir essas violações se mantiveram omissos.

Resposta do Questionário para Funcionários do Estado

R1. Nome: Élvio Daniel Sebastião Mate; idade: 45; empresa: Vale Moçambique; cargo: Supervisor da planta de processamento e tempo de trabalho: 5 anos

R2. A Vale Moçambique teve dois momentos organizacionais: Fase de Implantação e Fase de operação. Na fase de implantação a organização não estava como mandavam os padrões da Vale, pois foi uma fase de contratação de muitas empresas, mão de obra para a construção da mina e essas empresas muitas delas vinham de políticas diferentes da contratante, isso exigiu muito esforço por parte do vale para conseguir implementar as suas políticas e fazer perceber tanto as contratadas, como os trabalhadores que o projeto visa produzir carvão, de qualidade, com segurança e protegendo o meio ambiente. Isso exigiu da Vale muitos treinamentos, formações, acompanhamento por especialistas e auditores para permitir que todos entendessem e dominassem como a Vale deveria estar organizada. Na fase operacional a empresa já estava organizada estruturalmente, com padrões exigidos internacionalmente para toda empresa multinacional, implementando, seguindo normas de segurança, criando condições de comunidade dos trabalhadores, como transporte, saúde, alimentação, seguro de vida e outras motivações.

R3. A atuação da Vele em Moçambique e especialmente em Moatize é aceitável e não muito bom pelas seguintes razões: a implantação da Vale em Moatize mudou a vida da população, assim como do distrito, mas não como o esperado pois a Vale fez pouco para desenvolver o distrito e melhorar a vida da população em comparação com os outros países que a Vale opera; o reassentamento que a Vale fez no âmbito de retirada das pessoas abrangidas na concessão do projeto foi um verdadeiro fracasso, casas sem qualidade, local muito distante de tudo; mas também implementou muitos projetos de agro negócio, aquacultura, agricultura e de formação para autoemprego e formação profissional que mudou e melhorou a vida dos abrangidos pelo projeto e do distrito onde foi implantado.

R4. É difícil dizer se a vale cumpriu ou não o que se propôs a fazer durante o acordo com o governo de Moçambique porque o tal acordo nunca foi acessível a todos interessados em saber o conteúdo do acordo, como moçambicanos vimos as coisas a acontecer sem saber a essência das promessas, garantias dadas ao governo, assim como os ganhos que Moçambique teria com o projeto, salvo especulações que cada cidadão achava. Mas é

importante dizer que independentemente do acordado, o projeto Vale do Rio Doce que depois ficou Vale Moçambique trouxe muita oportunidade de emprego, no auge da sua construção a Vale tinha mais de 10.000 trabalhadores diretos e subcontratadas, mais de 100 empresas prestadoras de serviços e na fase operacional tinha 3.000 trabalhadores diretos e contratadas e muitas empresas prestadoras de serviços. Como podem testemunhar estes números melhoram a economia do país e em especial da Província, assim como mudou a vida de muitas famílias. Para dizer que direta ou indireta mais de 1.000.000 de pessoas foram beneficiados pelo projeto vale.

R5. A vale tinha um plano de carreira para seus profissionais, bem estruturado e ambicioso, cada escalão tinha plano de promoção, mais obedecendo critérios para o efeito e acompanhado de treinamentos e formações. A Vale foi uma das pioneiras no processamento de carvão em Moçambique, com isso não havia profissionais qualificados para atender as necessidades da empresa, ela investiu bastante para formar os seus quadros, no Brasil, África do Sul, Austrália, assim como nos centros de formação profissional em Moçambique, durante a operação foi contratando empresas especialistas em várias áreas operativas para formação dos seus colaboradores como plano de carreira e passados alguns anos os moçambicanos foram ocupando vagas importantes na empresa.

R6. A política externa do Brasil tem a ver com os interesses do governo do dia, em 2009 a quanto da aprovação do projeto para implementar em Moçambique, vários outros projetos também foram aprovados para África porque o governo de dia era o partido Trabalhista de Lula Inácio da Silva. Este governo tinha como um dos objetivos da sua política externa, aproximar os povos irmãos e cumprir com as suas metas de emprego que faziam parte do seu manifesto eleitoral, por esse motivo com a implantação do projeto foram vários brasileiros empregues no projeto mais sem reunir requisitos para as tarefas que estavam desempenhando ou fazendo trabalho que Moçambique tem pessoas qualificados para a função. Com a chegada do partido Liberal do Jair Bolsonaro, toda política externa para África foi cancelada e sem nenhum interesse por ela. Prova disso a Vale vendeu a mina e a demais projetos brasileiros na África fecharam. Com o regresso do partido trabalhista no poder, as relações foram reativadas e também há projetos a serem reativados ou novos a serem implantados.

Resposta do Questionário para Órgãos Sociais

R1.1. O Projeto da Vale em Moçambique está em volta muitos aspectos das quais não as olho com simpatia devido algumas incoerências de um Projeto como como este. a) A Vale não trouxe nenhum ganho para Moçambique (dado que o país oferece muitas isenções fiscais a demasia a Vale o que impossibilitou a arrecadação de receitas), b) as transações bancárias da Vale erram ou são realizadas fora do mercado bancário moçambicano não contribui desta forma na balança comercial bem como no índice das exportações; C) “progresso”: ela está repleta de perigos, mortes e destruição socioambiental. Grandes áreas são desmatadas; as usinas de beneficiamento geram poluição atmosférica; aquíferos formados em regiões ferríferas são contaminados e destruídos; a quantidade de rejeitos é gigantesca e acumulada em barragens; e o rompimento delas com lamas com diferentes graus de toxicidade podem se transformar em grandes tragédias. d) Ao invés de trazer a prosperidade e bem-estar que foram intensamente reafirmados tanto pela própria empresa quanto pelo governo moçambicano, o que se concretizou foi um aprofundamento das desigualdades já presentes previamente na população dessa região. Assim, a saúde só piorou: alimentos e águas contaminadas que favorecem o surgimento de doenças, poluição sonora, falta de moradia digna e de qualidade, precarização da vida das comunidades que supunha beneficiária. A Vale não deu relevância a gestão integrada da biodiversidade no seu Projeto. Por esta razão não se vislumbra um legado positivo se se considerar os aspectos sociais, econômicos e ambientais de Moatize.

R1.2. O comentário que faço parte no mínimo quatro referências: a) Dividir para reinar”. Chama atenção a aspectos culturais ou social. As famílias reassentadas foi lhes destruída sua cultura, seus valores, princípios; b) Aspecto econômico - a sua fonte de renda era agricultura embora tradicional e criação de animais. (na zona reassentada há não pode criar e nem tem onde cultivar foi lhe arrancada a terra); C) Habitação - uma família vivia sob forma de comunidade pau filhos, cada um com sua casa para mudar para uma casa de um quarto e sala para 12,15 ou 7 pessoas é impraticável.

R.1.3 Para dar início, é importante salientar que a maior reivindicação é sobre o assentamento dado que está fora dos parâmetros internacionais aceitáveis: i. A população

ficou sem sua fonte de rendimento e a população gerou aquela terra por gerações daí que deviam se beneficiar dos rendimentos da empresa por via de ações ou emprego; ii. A natureza da sua casa precárias e sem condições para albergar toda família. A falta de condições básicas de vida humana. (a vida humana é entendida como mais que a relação de um conjunto de elementos sociais: trabalho e economia, cultura e educação, saúde físico, emocional, energético e psíquico, o qual é afetado diretamente pelo meio em que se vive). Mas tem outra reivindicação muito latente e que talvez devia ser a primária - a poluição as comunidades localizadas nos arredores das instalações da empresa mineradora vêm sofrendo com a contaminação das águas e do solo; partículas tóxicas que são liberadas e acabam por adoecer a população local; poluição sonora e rachaduras nas casas e instalações próximas devido ao uso excessivo dos explosivos. Está poluição afeta também o meio ambiente e põe em causa a biodiversidade. A questão de necessidades básicas: Falta tudo. Há dificuldades de acesso à água potável, energia, transporte, serviços básicos como escolas e saúde, acesso à terra arável para agricultura, hospital serviços básicos. Submete as famílias fome aguda porque tudo tem de comprar, no entanto, não tem emprego e as suas fontes de renda foram apropriadas pela Vale. Os fatos e circunstâncias vividas pelas famílias reassentadas pela Vale são mais graves ainda se considerarmos que esta situação é conhecida pelos governos local, distrital, provincial e central de Moçambique, que nada fazem para ultrapassá-las. A situação e a condição de vida destas famílias são péssimas e revoltantes.

R1.4. O posicionamento do governo foi de um silêncio de cumplicidade associa a uma manifestação de "Soprar e morder". De todas as reivindicações das populações o governo nunca as atendeu com justeza.

R1.5. O Governo de Moçambique não foi transparente no negócio da empresa mineira brasileira Vale, desde o início. O investimento foi inflacionado, as isenções cheias de razões opacas resultante da falta de autonomia suficiente da Assembleia da República e o Tribunal Administrativo em relação ao poder executivo e partidário.

R2.1. Sobre a presença da Vale, havia muitas expectativas de um desenvolvimento sustentável e oportunidades de emprego para jovens. O que não veio acontecer por causa

de vários fatores de falta de cumprimento de normas e padrões nacionais e internacionais em termos de uma empresa da dimensão como a Vale.

R2.2. Podemos dizer que foi mal executado o processo desde de início, não houve uma consulta comunitária para poder fazer um processo de construção de casa modelo aceitável. Em primeira deixa me dizer que eu pessoalmente já estive em Moatize e vi às casas e tivemos encontro com várias chefes de famílias vítimas ou afetados pelo processo de reassentamento que mal foi para os beneficiários que antes de entrar nas casas, já estavam a apresentar degradação e por baixo da terra saia fumo que deixou várias pessoas indignadas e surpresas pelo facto estranho daquela situação sinistro.

R2.3. Houve falta de aplicação de políticas de conteúdo local que não aconteceu como às leis de uso e aproveitamento de terra preconiza no estado Moçambicano. Às famílias não sentiram a compensação de forma correta (houve corrupção) quase em todos os aspetos. A população foi desapropriada a terra que eles viviam e por direto deveriam ser tratadas de forma correta e atribuições de um local com padrão aceitável e que justifique a retirada. Às famílias produziam e trabalhavam nas terras. O que está colocando em causa a situação de conflitos até nos dias de hoje.

R2.4. O nosso governo é caracterizado por corrupção quando se trata de casos de gênero, os nossos governantes são muito poucos transparentes o governo tão pouco se pronunciou sobre o assunto de prejuízo das famílias afetadas pelo projeto, falta de diálogo e reconhecimento do seu povo que daquelas terras conseguiam fazer alguma coisa para sobrevivência.

R2.5. O governo omitiu e faltou com a transparência, diálogo, respeito imparcialidade justiça com todos os afetados pelo processo e mais sonegação fiscal.

R2.6. Sobre o papel do Brasil na implantação do projeto, podemos dizer que houve uma boa política a quando o processo, mais não demorou muito para poder falhar por causa do partidão que dirige o país Africano com políticas públicas de não se desejar para poder desenvolver o país só há mais concentração de poder e controle de empresas multinacionais que vem para poder fazer uma exploração de recursos naturais no nosso

país. O problema está nos dois lados de cooperação há que exigir transparência e honestidade na aplicação ou gestão de coisa pública ou privada. O que não acontece no nosso país deve haver separação de poderes para começarmos a pensar que o sistema de justiça seja independente e julgar e condenar os corruptos e infratores. Brasil poderá ter boas referências para o sistema de relações com Moçambique isso não temos como negar há boas relações com os governantes (mais uma coisa pode ser de interesse individual ou coletiva) sempre existe quem se beneficia mais que o outro o projeto de Moatize é um dos maiores investimentos e que se for transparente e prestação de contas poderá ser geração de desenvolvimento local e regional para Tete e região central do país ou seja Moçambique no geral.